

**ESTUDO DE IMPACTE DA REALIZAÇÃO DO EIXO
RODOVIÁRIO A8/IC1 NAS ACTIVIDADES, ESTRUTURAS
E EMPRESAS DA REGIÃO DO OESTE**

Relatório Final

15 de SETEMBRO de 2000

A presente edição é da responsabilidade da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

COORDENAÇÃO

Maria Teresa Bengala

EQUIPA TÉCNICA

CEDREL, Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local

APOIO À EDIÇÃO

Maria de Lurdes Manso

EDIÇÃO

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Rua Artilharia Um, n.º 33, 1250 Lisboa

TIRAGEM

100 exemplares



Índice

NOTA DE APRESENTAÇÃO	4
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
1. INTRODUÇÃO	46
1.1. Âmbito	46
1.2. Metodologia adoptada	47
1.3. Variáveis observadas	51
2. CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA ÁREA DE ESTUDO	55
2.1. Área geográfica de implantação da A8/IC1	55
2.2. Identificação e caracterização sumária dos concelhos abrangidos	57
3. CARACTERÍSTICAS DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÓMICA	59
3.1. Evolução Demográfica	59
3.2. Evolução do Alojamento Familiar	67
3.3. Evolução da População Activa e do Emprego	70
3.4. Evolução da Estrutura Empresarial	74
3.4.1 –Implantação e importância local do tecido empresarial	74
3.4.2 Implantação e importância do tecido societário	78
4. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SECTORIAL DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS	84
4.1. Estabelecimentos e emprego por sectores	84
4.2. Análise da evolução dos principais sectores	89
4.2.1. Agricultura e Pescas	89
4.2.2. Indústria e Construção	93
4.2.3. Comércio	99
4.2.4. Hotelaria e Restauração	102
4.2.5. Transportes, Armazenagem e Comunicações	105
4.2.6. Actividades financeiras, imobiliárias e de serviços a empresas	108
5. PERFIS DE ESPECIALIZAÇÃO NO COMÉRCIO E INDÚSTRIA NA REGIÃO, POR CONCELHOS	111
5.1. Especialização em termos de estabelecimentos por concelhos	112
5.2. Especialização em termos de pessoal por concelhos	116
5.3. Volume de vendas por actividade económica e por concelho	120
6. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA PÚBLICA LOCAL E CENTRAL	127
6.1. Actividade financeira corrente dos Municípios	127
6.2. Investimentos da Administração Central e Investimento Directo Estrangeiro	131
6.2.1-Síntese do Investimento nos Concelhos, no Período de 1989 a 1997	133
6.2.2. Análise por Fontes de Financiamento	134
7. CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	142
7.1. Uso / Ocupação de Infraestruturas	142
7.1.1. Ocupação das infraestruturas rodoviárias (tráfego)	142
7.2. Uso / Ocupação de Equipamentos	146
7.2.1. Educação	146
7.2.2. Saúde	147
7.2.3. Evolução da Capacidade de Alojamento Turístico	149
ANEXOS	152

Nota de Apresentação

O Observatório do Oeste foi criado em 1993, com os seguintes objectivos:

- ? Avaliar os efeitos do corredor rodoviário A8 / IC1 no tecido económico e social da Região do Oeste
- ? Apoiar os responsáveis pela política regional e local da região servida pela infra-estrutura rodoviária, maximizando os seus efeitos em prol do desenvolvimento da Região

Os trabalhos desenvolveram-se em três fases. Numa primeira fase, procedeu-se à caracterização socio-económica da Região antes da infra-estrutura rodoviária ser construída; numa segunda fase, acompanhou-se sistematicamente a evolução regional, em áreas-chave de impacto; na última fase, procedeu-se ao balanço final dos efeitos da infra-estrutura na Região. É o relatório desta última fase que agora se divulga.

Cumprе sublinhar que, tão importante como o *trabalho* realizado ao longo destes anos foi o *processo* de trabalho adoptado. Um processo que assentou na criação e funcionamento de uma parceria alargada, reunindo as Câmaras Municipais, as Regiões de Turismo, as Associações Empresariais Regionais, Polos Universitários, Empresas, sem cujo envolvimento e empenhamento os trabalhos não se poderiam ter desenvolvido da forma aberta, participada e consensual que os caracterizou.

Lisboa, 28 de Novembro de 200

António Fonseca Ferreira

Presidente da CCR Lisboa e Vale do Tejo

SUMÁRIO EXECUTIVO

SINTESE

O presente relatório final compreende as análises e conclusões parcelarmente inseridas em anteriores relatórios de progresso, e teve como principal base de trabalho a informação estatística disponível sobre a evolução de alguns indicadores socio-económicos da Região do Oeste, bem como inquéritos locais e entrevistas efectuadas no período entre Março e Julho de 2000.

A análise foi feita ao nível concelhio, relativamente a um território que compreende **15 concelhos com área global de cerca de 3.046 Km² e uma população de 405.000 habitantes**, concentrada principalmente nos concelhos de Torres Vedras (68.500 habitantes), Alcobaça (55.750 habitantes), Caldas da Rainha (45.000 habitantes), Mafra (45.000 habitantes) e Alenquer (34.300 habitantes). Todos os demais concelhos têm menos de 30.000 habitantes.

O objectivo central do trabalho realizado consistia em **avaliar os impactes da criação e entrada em exploração do eixo viário A8/IC1** que se encontra executado entre Loures e Caldas da Rainha desde 1997.

Assinale-se desde já, como primeiro resultado do trabalho de contacto com os principais “actores” regionais, que, quase unânimemente, foi por eles reconhecido que **a verdadeira dimensão dos impactes só poderá ser aferida quando concluído todo o sistema viário estruturante da sub-região Oeste.**

Tal significa que a A8 não pode ser vista isoladamente, mas interligada com outros eixos rodoviários a construir como o **IP6, IC11** que em conjunto com outras ligações secundárias, constituirão o sistema rodoviário principal, o

qual quando estiver em plena exploração irá proporcionar impactes favoráveis para as populações e actividades económicas, bem maiores do que aqueles que actualmente nos foi possibilitado medir.

Tal asserção resulta da convicção de que **a acessibilidade é ainda hoje um problema para muitas zonas do Oeste, nomeadamente a acessibilidade a territórios a Norte e a acessibilidade a Leste, isto é, a comunicação fácil com o Ribatejo**, e, através dele, com a Europa sem atravessar áreas centrais congestionadas da Grande Lisboa.

A avaliação efectuada, após percorrer, de modo sistemático, os principais aspectos da evolução demográfica e económica desde meados da década de 80 até ao presente, permitiu, em grandes linhas, fixar as seguintes características fundamentais da evolução recente do Oeste:

- ?? No plano demográfico **registou-se, entre o início da década de 80 e o fim da década de 90, um aumento de peso demográfico, dos concelhos mais urbanizados** da Região (T. Vedras e Caldas da Rainha) e uma redução e envelhecimento populacional nos concelhos rurais, apesar da tendência, muito recente para o aumento das migrações internas em favor desses concelhos rurais;
- ?? No plano empresarial **confirmou-se a terciarização da sub-região do Oeste**, radicada nos principais concelhos urbanos, e baseada sobretudo no crescimento do sector do comércio de retalho, mantendo-se ainda pouco representativo o sector terciário moderno;
- ?? No plano do investimento **os Quadros comunitários de Apoio constituíram desde 1989 o principal factor de dinamização e mudança** com expressão não apenas no que respeita às infraestruturas de base e aos transportes, mas também como suporte à modernização e empresarialização da agricultura

regional. Em contrapartida **o investimento directo estrangeiro (IDE) mostrou-se bastante reduzido** em termos comparativos com outras subregiões, não se tendo registado projectos de vulto daí resultantes.

CONCLUSÕES E IMPACTES SECTORIAIS

A avaliação efectuada segundo uma metodologia de efeitos por sectores e por agentes conduziu às seguintes conclusões, na linha do que atrás se referiu como características da evolução da sub-região:

1º O Oeste é um território que mantém fortes assimetrias de crescimento demográfico.

A análise da evolução demográfica concelhia, desde 1981 até 1998 revelou uma **tendência clara** para o reforço populacional das principais áreas urbanas – Torres Vedras, Caldas da Rainha, Alcobaça – e perda populacional das zonas mais rurais – Cadaval, Bombarral e Sobral de Monte Agraço.

Não é evidente, até ao presente, que a construção do eixo A8/IC1 tenha alterado este padrão de evolução.

2º O padrão de actividades dos concelhos rurais e piscatórios sofreu profunda alteração no sentido da terciarização. Os concelhos mais industriais reforçaram posições.

Registou-se grande quebra de activos na agricultura e pesca e crescimento do terciário nos concelhos de Bombarral, Cadaval e Peniche, evidenciando reflexos da crise do sector primário com transferência para o terciário.

Pelo contrário, Alcobaça e Rio Maior foram os únicos que reforçaram a percentagem de activos no secundário, que já era a actividade dominante nesses concelhos.

3º A melhoria de acessibilidades estará a contribuir para alterar o padrão de urbanização.

Uma conclusão que se pode retirar, da análise efectuada, é que a melhoria das acessibilidades terá impulsionado a construção de alojamentos nos concelhos balneares e turísticos da Região (Peniche, Lourinhã, Nazaré, Óbidos e Caldas), **animando o mercado de 2ªs residências**, mesmo em concelhos com perda demográfica, como Peniche e Lourinhã.

4º A actividade económica mantém forte concentração geográfica nos 3 concelhos urbanos dominantes – Torres Vedras, Caldas da Rainha e Alcobaça.

Os concelhos de Torres Vedras, Alcobaça e Caldas da Rainha representaram, segundo o INE, **cerca de 60%** do emprego em sociedades, em 1997, e, segundo o Ministério do Trabalho, os mesmos concelhos absorveriam **cerca de 47%** do emprego em todo o tipo de estabelecimentos existentes no Oeste nesse mesmo ano.

5º Os crescimentos recentes do tráfego rodoviário confirmam o maior incremento nos troços que servem Caldas e Alcobaça e os acessos a Torres Vedras, isto é, os centros urbanos dominantes. Confirmam, também a importância das 2^{as} residências nas zonas servidas por AE e afastadas da Grande Lisboa.

Analisaram-se os fluxos de tráfego dos postos de contagem da JAE, registando-se aumento significativo na A8 e na EN8 (a Estrada Nacional anterior ao eixo A8/IC1) e, após 1990, grande aumento nos tráfegos de acessos à A8 (entre Torres Vedras e a A8) evidenciando claramente o benefício para essa cidade da abertura da nova via.

Da análise feita, parece resultar que a construção do Eixo A8/IC1 tem sido um factor impulsinador do incremento de viagens no interior da Região com nítida vantagem para os seus maiores centros urbanos.

A análise de contagens de dia normal e fim de semana põe em destaque o movimento provocado pela difusão de 2^{as} residências.

6º Nos equipamentos colectivos Torres Vedras e Caldas da Rainha destacam-se e mantêm-se como áreas equipadas de âmbito supra-concelhio, tendo capitalizado os maiores apoios dos QCA's.

Os dados recolhidos sobre equipamentos colectivos de educação e saúde são reduzidos mostrando apenas grandezas de frequência/ocupação por concelhos em 1996.

Todavia são reveladores da concentração dos equipamentos de nível superior num número muito restrito de concelhos:

?? Apenas Torres Vedras e Caldas da Rainha oferecem Ensino Superior com expressão em termos de alunos matriculados;

?? Torres Vedras e Caldas da Rainha concentram largamente os movimentos de consulta e internamento hospitalar, existindo com menor expressão estabelecimentos hospitalares e centros de saúde também em Alcobaça e Peniche.

7º A actividade turística terá sido intensificada através da construção de alojamentos para usos sazonais em localidades balneares, sem que surja expressa em termos económicos nos registos da economia formal. Afigura-se prioritário mobilizar mais intensamente os apoios e incentivos para qualificar as zonas e equipamentos turísticos.

A conjugação das observações efectuadas sobre o crescimento recente dos stocks concelhios de alojamentos nos concelhos balneares, com as observações sobre a importância dos alojamentos para uso sazonal nos mesmos concelhos, revela uma **apreciável dinâmica** desta actividade, que se supõe alimentar o **turismo interno informal**, isto é, não classificado nem registado oficialmente.

Estima-se que a capacidade oferecida pelos estabelecimentos oficiais seja inferior a 10% da oferecida nos circuitos de alojamento não formal, beneficiando estas zonas balneares (algumas delas mais acessibilizadas com a abertura do Eixo A8/IC1).

As conclusões apresentadas expressam uma “dinâmica regional” favorável ao **reforço das funções terciárias concentradas nos principais aglomerados, à custa do abandono de populações e actividades de zonas rurais.**

Ao lado de tal dinâmica “**interna**” inscreve-se, em nosso entender, uma dinâmica “**externa**” que transporta, para o cordão de zonas balneares da Região (favorecendo o seu crescimento urbano e dinamização), uma procura turística sazonal e de 2^{as} residências, que provavelmente se ampliará à medida que o Eixo A8/IC1 se for completando.

Como se referiu fez-se, também, uma auscultação dos principais actores regionais acerca dos impactes da construção da A8 nas populações e actividades e nas estruturas da Região Oeste, tendo-se procedido à análise e tratamento da informação recolhida no sentido do registo do padrão das alterações ocorridas relativamente a:

- ?? População residente;
- ?? Emprego;
- ?? Alojamento;
- ?? Comportamento dos principais sectores da economia

a) Alterações no padrão de crescimento populacional

Na opinião dos inquiridos **a criação da A8 terá contribuído, sensivelmente para atrair novos residentes para o Oeste provenientes da AML**, o que as estimativas de migrações confirmam.

b) Alterações no padrão de emprego

De acordo com a generalidade das pessoas ouvidas, regista-se no Oeste uma **situação próxima do pleno emprego** desde há cerca de 2 anos. Tal é consequência do florescimento das diversas actividades económicas nomeadamente para os sectores da construção e dos serviços, com crescimento do emprego por conta de outrem bem acima do crescimento demográfico. **A A8 estará também a contribuir para trazer diariamente a trabalhar na sub-região pessoas residentes noutras sub-regiões.**

c) Alterações no padrão de alojamento

A dinâmica de construção, sobretudo de edifícios para habitação, registou incremento muito significativo em alguns dos concelhos da Região, como foi realçado pela maioria das entidades ouvidas.

Os dados estatísticos que podem suportar tais afirmações são os referentes ao número de licenças concedidas pelas Câmaras Municipais para obras, os quais, globalmente, evoluíram como segue na Região do Oeste:

NÚMERO DE LICENÇAS DE OBRAS PARA HABITAÇÃO

Anos	Nº	Principais concelhos		
		Torres Vedras	Mafra	Alenquer
1991	1.959	225	292	124
1997	2.777	389	566	264
Variação	+41,7%	+72,9%	+93,8%	+112,9%

Os concelhos imediatamente adjacentes à Área Metropolitana de Lisboa estão sendo objecto de intensa actividade de construção, **o que é imputável grandemente à melhoria de acessibilidade e redução do tempo de viagem casa / trabalho proporcionado pela A8.**

d) Comportamento dos principais sectores da economia

Segundo a opinião dos inquiridos, a evolução dos principais sectores foi favorecida pela existência da A8 nos seguintes aspectos:

?? Agricultura e pecuária

Forte expansão da horticultura e fruticultura, para o mercado interno e externo, nos concelhos de **Torres Vedras, Cadaval, Bombarral, Lourinhã e Peniche**. Evolução favorável da suinicultura e da indústria associada (conservas de carnes).

?? Indústria

Fortalecimento da agro-indústria, metalomecânica e fabrico de máquinas agrícolas no concelho de **Torres Vedras**. Reduzida atracção de novas indústrias para a Região.

?? Construção e imobiliário

Forte dinâmica de crescimento nos centros urbanos e núcleos balneares de Torres Vedras, Mafra, Ericeira, Santa Cruz, Lourinhã, Óbidos, Peniche, além dos núcleos rurais de Cadaval e Alenquer.

?? Comércio

Crescimento e modernização nos concelhos de Torres Vedras, Caldas da Rainha, Alcobaça e, em menor escala, em todos os demais concelhos.

?? Outros serviços

Crescimento acentuado das actividades de serviços nos concelhos mais próximos da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente em Mafra, Torres Vedras.

Em complemento das informações que puderam ser suportadas com informação estatísticas, os interlocutores ouvidos referiram as seguintes conclusões de carácter qualitativo:

- (i) **A A8 por si só não provocará impactes ao nível das actividades económicas, enquanto não se concluírem o IP6 e o IC11**, que são fundamentais para que a A8 cumpra o seu contributo para o desenvolvimento económico, e permitirão pela primeira vez ligações transversais neste território do Oeste.
- (ii) **A A8 melhorou o escoamento dos produtos hortícolas e frutícolas** da Região e permitiu defender a **qualidade** dos produtos até ao mercado final (são produtos frescos que necessitam de boas condições de transporte e distribuição, sendo muito importante o modo como são transportados e as vias por onde são transportados).
- (iii) **A A8 é uma das principais causas, nos concelhos mais próximos de Lisboa, do aumento da procura e oferta de 1ª habitação**, e nos concelhos mais afastados do aumento da **procura e oferta de 2ª habitação**, tendo dinamizado a construção e o imobiliário.
- (iv) **O turismo beneficiou limitadamente com a A8**, mas poderá vir a ser mais beneficiado quando existir melhoria das ligações à A8/IC1 através do IP6 e do IC11, e melhoria significativa da sinalização.
- (v) A indústria não aparece como actividade beneficiada e **não tem havido interesse por parte de empresas estrangeiras em investir na Região**, pois existem problemas em arranjar mão de obra. Muitas pessoas da Região trabalham em Lisboa e há dificuldade para a instalação de indústrias na Região porque os espaços são caros.

CONCLUSÕES E IMPACTES CONCELHIOS

CONCELHO DE ALCOBAÇA

População residente

Crescimento acentuado da população residente, com intensificação nos últimos anos. Para este aumento populacional terão contribuído muito significativamente as migrações internas. Alcobaca é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo.

Verificaram-se alterações da estrutura da distribuição espacial da população, com claro reforço das freguesias urbanas de Alcobaca e da Benedita, mas também de outros pólos, casos de Pataias e S. Martinho do Porto.

Actividade Económica e Emprego

O sector secundário manteve-se como o sector dominante da economia, quer em termos de produção quer de volume de emprego, logo seguido do comércio, em particular do comércio a retalho.

As actividades industriais mais relevantes em termos de emprego são a fabricação de produtos cerâmicos (não refractários), a fabricação de mobiliário e colchoaria, o calçado. Já em termos de volume de vendas, ocupa o primeiro lugar a fabricação de alimentos compostos para animais.

No caso do comércio, o maior volume de vendas regista-se no comércio por grosso, na comercialização de produtos agrícolas brutos (com relevo das frutas), e de animais vivos.

Alojamento

Dinâmica do sector da construção, sobretudo para habitação. O peso das licenças concedidas para habitação no total das licenças concedidas para os diferentes fins tem aumentado quase continuamente, e em 1998 representava 84% do total. A evolução do número de fogos por edifício indicia um processo em que a construção em altura tem relevo.

O crescimento da construção e o padrão de urbanização serão apenas em parte efeitos da A8 / IC1.

Tais efeitos são particularmente visíveis em S. Martinho do Porto. Aqui, a A8 veio induzir o turismo de 2ª habitação, marcado pela quantidade em detrimento da qualidade, e fomentar algumas 1ªs residências, dada a facilidade de acesso a Lisboa.

A A8 tem tido efeitos penalizadores no comércio a retalho tradicional, pela alternativa fácil de acesso a zonas onde se praticam horários alargados de funcionamento.

CONCELHO DE ALENQUER

População residente

Crescimento acentuado da população residente, com intensificação nos últimos anos. Para este aumento populacional terão contribuído muito significativamente as migrações internas. Alenquer é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo.

Verificaram-se alterações da estrutura da distribuição espacial da população, com claro reforço populacional da freguesia do Carregado, seguindo-se Santo Estevão, Triana e Abrigada.

Actividade Económica e Emprego

O sector secundário manteve-se como o sector dominante da economia, logo seguido do comércio.

As actividades industriais mais relevantes, no que se refere ao emprego são a fabricação de produtos alimentares, de produtos cerâmicos (não refractários), e as componentes para a indústria automóvel.

Já em termos de importância económica, avaliada através do volume de vendas, destacam-se as indústrias de produtos alimentares, o abate de animais e a preparação e conservação de carnes e derivados.

No caso do comércio, o maior volume de vendas regista-se no comércio por grosso, em produtos alimentares, bebidas e tabaco.

Alojamento

Dinâmica do sector da construção, sobretudo para habitação. O peso das licenças concedidas para habitação no total das licenças concedidas para os diferentes fins tem aumentado quase continuamente, e em 1998 representava 81% do total. A evolução do número de fogos por edifício mostra claramente uma evolução em que se está a intensificar a construção em altura.

Em Alenquer não são ainda visíveis impactes directos da A8 / IC1.

Dinâmicas derivadas das facilidades de acesso, particularmente no caso da freguesia recente do Carregado, reflectem o efeito das A1 e IC2.

Na opinião qualitativa recolhida, só quando estiverem concluídos o IC11, que vai ligar Torres Vedras / Marateca e a A15, que ligará o IP6 a Rio Maior e Santarém, poderão ser potenciados os efeitos da A8 / IC1 no concelho de Alenquer.

CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS

População residente

Crescimento acentuado da população residente, com intensificação nos últimos anos. Para este aumento populacional terão contribuído muito significativamente as migrações internas. Arruda dos Vinhos é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo de residência, em particular para populações oriundas da AML.

Verificaram-se alterações da estrutura da distribuição espacial da população, com claros reforços populacionais da freguesia urbana de Arruda e da freguesia de Arranhó.

Actividade Económica e Emprego

A estrutura económica do concelho alterou-se. O sector terciário tornou-se o sector predominante, em detrimento do secundário, e absorve mais de metade da população activa do concelho.

Os ramos do comércio por grosso de produtos alimentares bebidas e tabaco e de bens intermédios, desperdícios e sucatas são aqueles onde existem mais estabelecimentos e maiores volumes de emprego e de vendas.

No comércio a retalho está a verificar-se um crescimento e uma diversificação de serviços e produtos, para corresponder às exigências de consumo, sobretudo manifestadas pela nova população residente.

Na indústria, surgem como actividades principais a metalurgia, o material de escritório, as casas pré-fabricadas, algumas com características exportadoras.

Alojamento

Dinâmica do sector da construção. O peso médio das licenças concedidas para habitação no total das licenças concedidas para os diferentes fins foi de 68% entre 1992 e 1997, mas em 1998 representava 82% do total. A evolução do número de fogos por edifício mostra claramente uma evolução da construção em altura, em particular nas zonas periféricas da freguesia de Arruda. Na freguesia de Arranhó, onde se assiste igualmente a um movimento assinalável de construção, este é marcado sobretudo por vivendas.

A principal acessibilidade do concelho de Arruda dos Vinhos é a A1, cujos acessos a Arruda e Arranhó e outras vias municipais foram melhorados.

Assim, as alterações ocorridas no concelho foram até agora influenciadas pela A1 e pela CREL.

Os potenciais efeitos da A8 / IC1 só serão visíveis após a construção do IC11, Torres Vedras / Marateca.

CONCELHO DE AZAMBUJA

População residente

Crescimento acentuado da população residente, com intensificação nos últimos anos. Para este aumento populacional terão contribuído muito significativamente as migrações internas. A Azambuja é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo.

Verificaram-se alterações da estrutura da distribuição espacial da população, com claro reforço populacional da freguesia urbana de Azambuja.

Actividade Económica e Emprego

A estrutura económica do concelho alterou-se. O sector terciário tornou-se o sector predominante, em detrimento do secundário, e absorve quase metade da população activa do concelho, sendo de realçar o caso do comércio a retalho, e em particular o comércio de veículos automóveis, pelo montante do volume de vendas.

Em termos do sector secundário, o concelho tem um perfil de industrialização afirmado, a actividade mais relevante é a fabricação de veículos automóveis (investimentos Ford e General Motors), o ramo que emprega mais gente e detém a primeira posição no volume de vendas, seguido da fabricação de artigos de matérias plásticas, da fabricação de componentes para veículos automóveis e do abate de animais, preparação e conservação de carnes e derivados.

Alojamento

Dinâmica do sector da construção. O peso médio das licenças concedidas para habitação no total das licenças concedidas para os diferentes fins foi de 83% entre 1992 e 1998. A evolução do número de fogos por edifício nos últimos anos mostra tendência para a construção em altura.

No concelho da Azambuja a A8 / IC1 só por si não tem grande impacte, o acesso a Lisboa já está assegurado pela A1.

Na opinião qualitativa recolhida, só quando estiver concluída a A15, em direcção a Rio Maior e Santarém, permitindo a fácil ligação litoral / interior, é que estarão criadas condições para impactes visíveis no concelho.

CONCELHO DE BOMBARRAL

População residente

Segundo as estimativas de população residente divulgadas pelo INE, o concelho do Bombarral estaria em perda de população. No entanto, existem outras fontes de informação que permitem confirmar, ou não, aquela situação. A principal destas fontes é constituída pelos Recenseamentos Eleitorais, sendo certo que estes se referem apenas à população maior de 18 anos.

Tomando os dados referentes ao número de eleitores recenseados em cada freguesia, e no concelho, e comparando-os com as estimativas do INE, é-se levado a admitir que a **população realmente residente** será superior à estimada pelo INE, no concelho do Bombarral, podendo não se verificar uma situação de perda.

Ainda, a evolução do número de eleitores por freguesia mostra um claro reforço populacional da freguesia urbana do Bombarral.

Actividade Económica e Emprego

A estrutura económica do concelho alterou-se. O sector primário perdeu posição e o sector terciário tornou-se o sector predominante em termos de volume de emprego.

No terciário, destaca-se o comércio por grosso e a retalho, de produtos alimentares, bebidas e tabaco, e o comércio de veículos automóveis, os mais importantes em matéria de volume de vendas.

No sector secundário, as principais actividades são a fabricação de produtos alimentares e de produtos de betão, gesso, cimento e marmorite.

O sector primário é ainda de grande importância no concelho pela população que emprega, e dá mostras de modernização. No passado, as actividades agrícolas eram desenvolvidas por conta própria e por empresários em nome individual, e em regime de economia de subsistência. Recentemente, assiste-se a um movimento de empresarialização, com o surgimento de novas empresas, activas no mercado interno e também no externo.

Alojamento

A construção tem evoluído em sentido crescente, tem ocorrido muito por força da construção habitacional, e mostra alguma tendência para a construção urbana em altura. A procura é elevada. Nos casos de 1ª residência, as preferências vão para a zona urbana do concelho; nos casos de 2ª residência, são procuradas as freguesias rurais, sendo de referir os casos do Carvalhal e da Roliça.

A A8 / IC1, e a melhoria da EN8, contribuíram claramente para o desenvolvimento do concelho, fomentando a instalação de populações e a procura por parte de empresas. A construção de residências e a projecção de zonas para instalação de actividades económicas constituem respostas a essa evolução.

Com a ligação ao interior, através da A15, o concelho do Bombarral ficará servido em matéria de infraestruturas rodoviárias.

CONCELHO DE CADAVAL

População residente

Segundo as estimativas de população residente divulgadas pelo INE, o concelho do Cadaval estaria em perda de população. No entanto, existem outras fontes de informação que permitem confirmar, ou não, aquela situação. A principal destas fontes é constituída pelos Recenseamentos Eleitorais, sendo certo que estes se referem apenas à população maior de 18 anos.

Tomando os dados referentes ao número de eleitores recenseados em cada freguesia, e no concelho, e comparando-os com as estimativas do INE, é-se levado a admitir que a **população realmente residente** será superior à estimada pelo INE, no concelho do Cadaval, podendo não se verificar uma situação de perda.

Ainda, a evolução do número de eleitores por freguesia mostra um claro reforço populacional da freguesia urbana do Cadaval.

Actividade Económica e Emprego

A estrutura económica do concelho alterou-se. O sector primário perdeu posição e o sector terciário tomou-se o sector predominante.

No terciário, destaca-se o comércio por grosso e a retalho, de produtos alimentares, bebidas e tabaco, e o comércio de veículos automóveis, os dois mais importantes em matéria de volume de vendas.

No sector secundário, a principal actividade é o abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos derivados, e a fabricação de tijolos, telhas e outros produtos de barro.

O sector primário é ainda de grande importância no concelho pela população que emprega, e dá mostras de modernização. No passado as actividades agrícolas eram desenvolvidas por conta própria e por empresários em nome individual, e em regime de economia de subsistência. Desde 1985 e até ao presente, assiste-se a um movimento de empresarialização, com aumento continuado de novos estabelecimentos agrícolas, activos no mercado interno e externo, sendo de realçar as centrais fruteiras, embaladoras e exportadoras.

Alojamento

O sector da construção tem revelado forte dinamismo, acentuando-se progressivamente, desde 1992, o peso da construção habitacional, já com alguma construção em altura na sede de concelho. A procura é elevada, para primeira residência no centro urbano. A procura para 2ª residência dirige-se sobretudo aos espaços rurais, mas começa a ter expressão a transformação destas 2^{as} residências em primeiras, face à facilidade de acessos a Lisboa.

O concelho do Cadaval encontra-se localizado entre a A8, a A1 e o IC2.

A A8 é o eixo principal de acesso a cerca de metade das freguesias do concelho. As freguesias do Cercal, Alguber, Figueiros e Painho, e grande parte do Peral, são mais directamente servidas pela A1. Estas três vias garantem um fácil acesso do concelho a Lisboa e têm induzido a instalação de populações e de actividades com reflexos positivos no desenvolvimento do concelho.

CONCELHO DE CALDAS DA RAINHA

População residente

Crescimento acentuado da população residente, com intensificação nos últimos anos. Para este aumento populacional terão contribuído muito significativamente as migrações internas. O concelho das Caldas da Rainha é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo.

Verificaram-se alterações da estrutura da distribuição espacial da população, sendo de notar o claro reforço populacional da freguesias urbanas de Santo Onofre e de Nossa Senhora do Pópulo, mas também, em menor grau, das freguesias de Nadadouro, Tornada e Santa Catarina.

Actividade Económica e Emprego

Na estrutura económica do concelho o sector terciário permanece como o sector mais relevante, empregando cerca de metade da população activa, seguindo-se o secundário e o primário.

O comércio por grosso de bens intermédios, desperdícios e sucata e o comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, ocupam posições cimeiras em matéria de volume de vendas.

No caso da indústria, o ramo mais relevante parece continuar a ser a fabricação de produtos cerâmicos não refractários, surgindo com alguma implantação a fabricação de cutelarias e a marroquinaria.

O sector primário é o de menor peso no concelho, mas tem vindo a revelar alguma modernização, com crescente empresarialização entre 1985 e 1997.

Alojamento

Dinâmica do sector da construção, representando as licenças para construção cerca de 80% do total das licenças concedidas. As construções em altura localizam-se no núcleo urbano das Caldas da Rainha, e destinam-se a residências permanentes. Na freguesia do Nadadouro, cujo desenvolvimento está particularmente ligado ao sector do turismo, assiste-se a uma forte procura de 2ª residência, mais na forma de vivenda que de apartamento.

Segundo as opiniões qualitativas recolhidas, entrave estrutural ao desenvolvimento do concelho era a inexistência de infraestruturas rodoviárias.

A A8 e a A15 vêm resolver essa situação, e permitir a intensificação do ritmo de desenvolvimento do concelho das Caldas da Rainha, que irá situar-se no nó destas duas autoestradas.

CONCELHO DE LOURINHÃ

População residente

Crescimento da população residente. Nos últimos anos, para este aumento populacional terão contribuído muito significativamente as migrações internas. O concelho da Lourinhã é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo.

Verificaram-se alterações da estrutura da distribuição espacial da população, sendo de notar o reforço populacional da freguesia urbana da Lourinhã.

Actividade Económica e Emprego

No concelho da Lourinhã, o sector primário manteve-se como o preponderante na estrutura económica concelhia, seguindo-se por ordem decrescente de volume de emprego os sectores terciário e secundário.

Tem vindo a notar-se uma modernização de actividades no sector primário. No passado, as actividades agrícolas eram sobretudo desenvolvidas por conta própria, e por empresários em nome individual, em regime de economia de subsistência. Nos últimos anos tem vindo a assistir-se progressivamente à implantação de um novo modelo de gestão agrícola, com crescente empresarialização e maior protagonismo de mercado.

No sector terciário, são mais importantes os ramos do comércio por grosso de produtos intermédios desperdícios e sucatas, e de produtos alimentares, bebidas e tabacos.

Em termos industriais, a fabricação de alimentos compostos para animais e o abate de animais preparação e conservação de carne e de produtos derivados ocupam posição cimeira em termos de volume de vendas.

Alojamento

Crescimento do sector da construção, representando as licenças para habitação cerca de 89% do total das licenças concedidas. em 1998. As construções em altura são pouco significativas, e as existentes localizam-se no núcleo urbano da Lourinhã.

Há procura de 2ª residência, fora do núcleo urbano, e preferencialmente na forma de vivenda individual (ou geminada).

Segundo as opiniões qualitativas recolhidas, a A8 beneficiou o desenvolvimento do concelho, tanto em termos de atracção de população como em termos de actividades económicas, incluindo o turismo, designadamente balnear.

A construção da A15 deverá ser igualmente benéfica para o concelho da Lourinhã naquelas duas vertentes.

CONCELHO DE MAFRA

População residente

Crescimento continuado da população residente. Nos últimos anos, para este crescimento terão contribuído muito significativamente as migrações internas. O concelho de Mafra é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo.

Verificaram-se alterações da estrutura da distribuição espacial da população, sendo de notar o reforço populacional da freguesia urbana de Mafra e da freguesia da Ericeira.

Actividade Económica e Emprego

No concelho de Mafra o sector terciário manteve-se como o preponderante na estrutura económica concelhia, empregando mais de metade da população, seguindo-se por ordem decrescente de volume de emprego os sectores secundário e primário.

No sector terciário, são de realçar os ramos do comércio por grosso e a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabacos, a hotelaria e a restauração. Mafra é o segundo concelho da área do Observatório do Oeste em termos de ocupação populacional na hotelaria e restauração.

No sector secundário, os ramos de actividade mais importantes são o abate de animais preparação e conservação de carne e produtos derivados, e a fabricação de produtos alimentares. Mais recentemente, como consequência directa da A8, começaram a instalar-se, em áreas preparadas para o efeito, novas empresas, sobretudo ligadas a actividades de madeiras, gráficas, materiais de construção.

Alojamento

No conjunto dos concelhos que compõem a área do Observatório Mafra é aquele que mostra o maior crescimento do sector da construção; a parcela destinada a habitação rondou em média 70% do total no período de 1992 a 1998, não sendo muito acentuada a percentagem da construção em altura no total.

Nas áreas mais adjacentes à AML, Malveira, Venda do Pinheiro, verificou-se um forte aumento da procura de habitações, dada a proximidade a Lisboa. Também na freguesia urbana de Mafra a procura se intensificou. É nestas áreas que há um certo predomínio de prédios de apartamentos. Na zona balnear, e em particular na Ericeira, há procura de 2ª habitação (em alguns casos já transformada em 1ª pela facilidade de acesso a Lisboa), que incide menos em apartamento e mais em vivenda.

Segundo as opiniões qualitativas recolhidas, a A8 beneficiou o desenvolvimento do concelho, tanto em termos de atracção de população como em termos de actividades económicas, incluindo o turismo, designadamente balnear. A construção de uma variante Malveira / Ericeira iria potenciar os efeitos benéficos da A8 para o concelho, quer em termos da circulação e instalação de pessoas, quer em termos de novas actividades económicas.

CONCELHO DE NAZARÉ

População residente

Segundo as estimativas de população residente divulgadas pelo INE, o concelho da Nazaré encontra-se em perda de população. Tentou-se confirmar, ou não, esta situação, através da análise de outras fontes de informação. A principal destas fontes é constituída pelos Recenseamentos Eleitorais, sendo certo que estes se referem apenas à população maior de 18 anos.

Tomando os dados referentes ao número de eleitores recenseados em cada freguesia, e no concelho, é-se levado a admitir que a **população residente** estará a diminuir de facto no concelho da Nazaré.

Não obstante, nota-se alteração na estrutura da distribuição espacial da população, com reforço da freguesia urbana da Nazaré, e em menor grau, de Valado de Frades, em detrimento de outras zonas do concelho.

Actividade Económica e Emprego

A estrutura económica do concelho não se alterou. O sector terciário manteve-se como sector predominante em termos de volume de emprego, seguindo-se os sectores secundário e primário.

No terciário, destaca-se o comércio por grosso e a retalho, de produtos alimentares, bebidas e tabaco, sendo o primeiro, o mais importante em matéria de volume de vendas.

No sector secundário, a principal actividade é a fabricação de produtos cerâmicos, com volume de vendas apreciável, com ampliação de capacidades de empresas já instaladas, e os pedidos de instalação existentes mostram uma tendência para a implantação de novas empresas neste ramo.

O sector primário tem perdido importância no concelho, e a actividade da pesca já não é significativa.

O movimento turístico tem evoluído em sentido crescente, mas é muito marcado por turismo de passagem, sem pernoita no concelho.

Alojamento

O sector da construção tem revelado dinamismo, reflectindo sobretudo o peso da construção habitacional, já com alguma construção em altura na sede de concelho e na freguesia de Valado de Frades. A procura é essencialmente para primeira residência, em consequência do reforço populacional nelas verificado, mas o fenómeno da 2ª residência começa a notar-se.

A A8 IC1, continuada para norte até Leiria, como previsto a curto prazo, e completada com as vias de acesso ao interior (IC9) virá trazer benefícios directos ao concelho.

Poderá fomentar novas actividades industriais e em particular turísticas, e permitir que a Nazaré se constitua como uma alternativa de residência para populações de áreas vizinhas, alterando-se o padrão de perda populacional que tem marcado o concelho.

CONCELHO DE ÓBIDOS

População residente

Crescimento continuado da população residente, para o que terão contribuído significativamente as migrações internas. Óbidos é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo.

A Vila de Óbidos não tem possibilidade de expansão, e a população vem ocupando áreas fora daquele espaço.

Actividade Económica e Emprego

A estrutura económica do concelho de Óbidos caracteriza-se por uma distribuição da população activa quase da mesma ordem de grandeza pelos sectores primário, secundário e terciário, com uma pequena vantagem dos dois últimos. Muitos dos residentes em Óbidos exercem actividade fora do concelho.

A agricultura continua a desenvolver-se essencialmente em moldes tradicionais, por conta própria, em regime de subsistência, pouco inserida no mercado.

No sector secundário, as principais actividades são a fabricação de produtos cerâmicos e de vimes, em regime artesanal, havendo também a laborar nestas áreas algumas pequenas empresas.

No sector terciário assinala-se o comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco.

Mas em termos do perfil económico do concelho, o que ressalta é a actividade turística, para a qual o concelho tem notórias potencialidades, e que muito se tem desenvolvido nos últimos anos, quer em termos de procura quer de oferta.

Alojamento

O sector da construção tem revelado dinamismo, reflectindo uma partição com equidade entre a construção habitacional, quer para primeiras quer para segundas residências e a construção para outras finalidades, em particular turísticas, das quais o maior exemplo é o investimento na Praia D' EL Rei.

Não é relevante a construção em altura, a maioria das casas e das construções em aldeamentos turísticos revestem a forma de vivendas. Muita da construção refere-se a recuperação de casas em ruínas, mantendo traças.

A construção da A8 / IC1, segundo as opiniões recolhidas, foi benéfica para o concelho.

Permitiu esbater a sazonalidade que afectava a principal actividade, o turismo, veio trazer uma grande mobilidade à população do concelho, favoreceu o afluxo de novos residentes, e há sinais de que está a promover o desenvolvimento de novas actividades, com procura crescente de espaços na zona industrial do concelho.

CONCELHO DE PENICHE

População residente

A população residente no concelho tem crescido de forma continuada, para o que terão contribuído significativamente as migrações internas. O concelho de Peniche é, ou tornou-se depois de 1991, um concelho atractivo.

A distribuição espacial da população tem mostrado alterações, verificando-se uma clara concentração nas freguesias urbanas da Conceição e da Ajuda.

Actividade Económica e Emprego

A estrutura económica do concelho de Peniche alterou-se. O sector primário perdeu posição, em detrimento do sector terciário, que se tornou o maior empregador de mão de obra.

A perda de posição do sector primário deve-se essencialmente à crise das pescas. Actualmente, a produção agrícola suplantou a produção pesqueira, e é importante sobretudo a produção hortícola, que conta com estruturas de distribuição para os mercados das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas também para o estrangeiro, neste último caso ainda com alguma sazonalidade. No sector secundário, as principais actividades estão ligadas a indústrias derivadas da pesca e à aquacultura, mas não têm registado desenvolvimento assinalável, em parte reflexo de carência de estruturas de distribuição, muito embora a produção do concelho represente cerca de 30% do total da produção de peixe conservado do País.

No sector terciário assinala-se o comércio por grosso e a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, e de novos produtos especializados.

Em termos do perfil económico do concelho, a actividade turística, ocupa um lugar importante, e a procura tem fomentado uma adequação e uma modernização da oferta.

Alojamento

O sector da construção tem crescido moderadamente, reflectindo sobretudo o peso da construção habitacional, em altura, destinada a 1ª residência. O fenómeno das segundas residências começa a fazer-se notar, mais fora das áreas urbanas.

A construção da A8 / IC1 teve efeitos directos ao nível da procura de 2ª residência.

Segundo as opiniões recolhidas, o impacte maior só se verificará após a continuação da A8 para norte, até Leiria, e com a conclusão da A15, assegurando a ligação ao interior e à A1, via Rio Maior e Santarém.

CONCELHO DE RIO MAIOR

População residente

A população residente no concelho tem crescido, para o que terão contribuído significativamente, entre 1991 e 1998, as migrações internas.

Mas note-se que em Rio Maior tem expressão o fenómeno das migrações temporárias, deslocação de pessoas para o concelho sem que estabeleçam nele a sua residência permanente, o que faz com que a população que de facto se movimenta e utiliza as infraestruturas e equipamentos concelhios seja superior à população oficialmente residente. Refira-se a este propósito o caso, típico da população estudantil, e de desportistas.

A distribuição espacial da população tem mostrado alterações, verificando-se uma clara concentração na freguesia urbana de Rio Maior, na perspectiva de maiores oportunidades de emprego.

Actividade Económica e Emprego

Na estrutura económica do concelho de Rio Maior o sector secundário continua a ser o dominante, seguido, por ordem decrescente do volume de emprego, pelo terciário e pelo primário.

No sector secundário, as actividades dominantes são o abate de animais preparação e conservação de carnes e produtos derivados, em primeiro lugar em termos de volume de vendas, e também os têxteis e calçado, em crescimento, e a metalomecânica (actividades de montagem).

A extracção de inertes, no norte do concelho, está em desenvolvimento acentuado, que deve permanecer tendo em vista o fornecimento para as obras do novo aeroporto da Ota.

As actividades comerciais são muito diversificadas, e estão muito concentradas, principalmente na sede do concelho.

A suinicultura e a avicultura têm ainda um peso importante, mas estão em perda, em parte por questões de dimensão e competitividade das empresas.

Alojamento

O sector da construção tem crescido reflectindo sobretudo o peso da construção habitacional. O aumento de pedidos de licenciamento refere-se tanto ao espaço urbano como ao espaço rural, verificando-se que no rural esse aumento é proporcionalmente maior, o que tem reflexos no modelo de construção, não muito marcado pela construção em altura.

Tem-se verificado uma procura crescente de 2ª residência, vivendas, reconstrução de casas, em especial de pessoas oriundas da AML, que escolhem núcleos urbanos do meio rural, na zona sul do concelho, S. João da Ribeira, Marmeleira, Malaqueijo.

A acessibilidade de Rio Maior a Lisboa já era assegurada pela A1.

O impacte da A8 no concelho será grande, quando concluída a ligação através da A15. São esperados efeitos específicos em termos turísticos, com a dinamização das tradições gastronómicas de Rio Maior.

As informações qualitativas recolhidas espelham o sentimento de que o total aproveitamento dos efeitos da acessibilidade implica uma estratégia de marketing para o concelho.

CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

População residente

Segundo as estimativas de população residente divulgadas pelo INE, o concelho de Sobral de Monte Agraço estaria em perda de população. No entanto, existem outras fontes de informação que permitem confirmar, ou não, aquela situação. A principal destas fontes é constituída pelos Recenseamentos Eleitorais, sendo certo que estes se referem apenas à população maior de 18 anos.

Tomando os dados referentes ao número de eleitores recenseados em cada freguesia, e no concelho, e comparando-os com as estimativas do INE, é-se levado a admitir que a **população realmente residente** será superior à estimada pelo INE, no concelho do Sobral de Monte Agraço, não se verificando de facto uma situação de perda.

Ainda, a evolução do número de eleitores por freguesia mostra um claro reforço populacional da freguesia urbana do Sobral.

Actividade Económica e Emprego

Na estrutura económica do concelho o sector terciário continua a ser o dominante, seguido, por ordem decrescente do volume de emprego, pelo secundário e pelo primário.

No sector terciário, os ramos mais importantes para a economia do concelho, em termos do volume de vendas, são, o comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco, e de produtos agrícolas brutos e animais

vivos. Por efeito da A8, o concelho começa a notar movimento turístico, que a actividade da restauração e o turismo de habitação reflectem claramente.

No sector secundário, os ramos mais importantes são os de produtos alimentares, abate de animais e preparação e conservação de carne e derivados, e também, mais recentemente, instalaram-se no concelho empresas de metalurgia e de embalagem, na zona infraestruturada existente, e por efeito directo da A8.

A mão de obra tem saído do sector primário para a indústria e a construção, mantendo no concelho alguma importância a produção de vinho e de leite, registando-se acréscimos de produtividade.

Alojamento

O sector da construção tem demonstrado grande dinamismo, reflectindo a pressão da procura, em grande parte proveniente da AML. A construção é cara, no que influi a valorização dos terrenos, por efeito directo da A8. O peso dos licenciamentos para construção no total dos licenciamentos é elevado. A construção em altura é moderada, mas tem-se intensificado. É forte a procura de 1ª residência, mas também de 2ª, neste último caso fora da vila sede de concelho.

A A8 trouxe efeitos positivos ao concelho de Sobral de Monte Agraço, fomentando o aumento da população residente, a implantação de novas actividades industriais e potenciando o desenvolvimento turístico.

O concelho espera muito dos efeitos a gerar pela construção do novo aeroporto da Ota.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS

População residente

A população residente no concelho tem crescido, para o que terão contribuído significativamente, entre 1991 e 1998, as migrações internas. Torres Vedras tornou-se um concelho atractivo de residência.

Em termos da distribuição espacial da população, verificou-se um claro reforço das freguesias urbanas, de S. Pedro e Santiago.

Actividade Económica e Emprego

A estrutura económica do concelho alterou-se, o sector terciário passou a sector dominante, empregando quase metade da população activa, seguindo-se o sector secundário e o primário.

No sector terciário, os ramos do comércio por grosso e a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabacos são os mais importantes para a economia do concelho em termos do volume de vendas.

No secundário, destacam-se os alimentos preparados para animais, a metalomecânica, a fabricação de aparelhagem de uso doméstico.

No sector primário, assinala-se algum movimento de empresarialização, e um reforço da posição de mercado das maiores empresas exportadoras de produtos hortícolas.

Alojamento

O sector da construção tem apresentado um forte crescimento, reflectindo sobretudo a construção habitacional. De facto, entre 1992 e 1998, o peso dos licenciamentos para habitação foi, em média, 87% do total dos licenciamentos do concelho.

A procura de habitação é elevada, tanto para 1ª como para 2ª residência. No primeiro caso, as preferências vão essencialmente para apartamentos em zonas urbanas, e daí o peso da construção em altura nestas áreas. No segundo caso as preferências vão para moradias, disseminadas em áreas rurais, quer no interior do concelho quer mais junto ao litoral.

A A8 / IC1 produziu efeitos no concelho de Torres Vedras essencialmente em termos de atracção populacional.

A população residente aumentou nas freguesias urbanas, e o concelho exerceu também atracção para outras populações que se instalaram com segundas residências, disseminadamente, em áreas rurais.

A distribuição e o comércio beneficiaram da facilidade de acesso que a infraestrutura propiciou.

A nível de indústria, os efeitos não são perceptíveis.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Âmbito

O presente relatório contém os resultados da avaliação de impactes dos investimentos realizados no Eixo Rodoviário constituído pela A8/IC1 nas actividades, estruturas económicas e empresas da Região do Oeste.

Os investimentos referidos, que se traduziram positivamente em assinaláveis melhorias das condições de acessibilidade aos principais núcleos urbanos e industriais da Região, **mensuráveis pela significativa redução do tempo de viagem e do custo de operação dos veículos**, tiveram também efeitos sobre **as actividades económicas, as estruturas e as empresas regionais**, e que se identificaram e mediram no quadro do presente estudo.

O estudo têm, **como âmbito geográfico, o NUT III do Oeste** que abrange os concelhos de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, a que se acrescentam, para o estudo a realizar, os concelhos de **Azambuja e Rio Maior**, perfazendo um total de 15 concelhos numa área global de **3.046 Km²** (3,3% do território português).

Nesta área reside uma população de cerca de **405.000 habitantes** (4,1% da população portuguesa) e, de acordo com o Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos do INE, existiam nesses 15 concelhos, no final de 1998, cerca de **56.000** empresas, sendo **10.120** sob a forma de sociedade.

Trata-se de um território contíguo à Área Metropolitana de Lisboa (AML), sendo, por isso, expectável que os importantes investimentos na melhoria de acessibilidades e mobilidade interterritorial tenham efeitos económicos apreciáveis, sobretudo na sub-região menos ocupada.

A melhoria do Eixo Viário A8/IC1 foi potenciadora de tais efeitos, nomeadamente os de descongestionamento de actividades e deslocação de residentes de Lisboa para novos locais de residência no Oeste.

No entanto, os efeitos económicos e sociais da infraestrutura rodoviária A8/IC1 não decorrem apenas da desconcentração da AML sobre um território agora mais acessível, abrangendo também o reforço de dinâmicas internas (endógenas) que se tratou de apreciar, por sectores e por concelhos.

Tais dinâmicas influenciaram o quadro de urbanização regional espelhando-se em alterações populacionais e de padrão sectorial do emprego e na intensidade de utilização dos equipamentos colectivos, o que se tratou também de apurar no âmbito do presente estudo.

1.2. Metodologia adoptada

A metodologia adoptada para avaliação dos impactes económico-sociais do investimento realizado no Eixo A8/IC1, baseia-se na comparação das **situações “com” e “sem”** projecto, que foram referenciadas temporalmente como segue, para o presente estudo:

- **Situação sem projecto** – baseada nos valores assumidos pelas variáveis estatísticas observadas em anos escolhidos, antes do início de realização do projecto, nomeadamente:
 - 1981** - Ano de recenseamento
 - 1984/1985** – Anos intermédios
 - 1991** - Ano de recenseamento

- **Situação com projecto** – baseada nos valores assumidos pelas variáveis estatísticas observadas, após a realização do projecto, nos anos de **1997** ou **1998**, consoante a disponibilidade de dados.

Estabeleceram-se, entretanto, como **anos-chave**, para observação das variáveis em análise, os anos de **1984, 1991 e 1998**, por permitirem definir intervalos temporais idênticos (7 anos), e por serem anos adequados à análise, pois trata-se do ano mais recente de que há informação estatística (1998), e do ano imediatamente anterior à plena entrada em exploração do 1º sub-lanço (1991)¹, a que se acrescentou um ano (1984) claramente anterior à intensificação de investimentos infraestruturais, impulsionados a partir de 1986 pela adesão às CCEEs.

As especificações do trabalho encomendado pela CCRLVT referiam como impactes (efeitos) a medir, em termos de comparação de situações entre o ano de partida e o ano de chegada, os seguintes:

- **Alterações de funcionamento** das estruturas e das empresas, concorrência e relacionamento com fornecedores e clientes, e eventual incremento do número e actividade das empresas;
- **Novas estruturas e novas empresas** instaladas, motivos da sua instalação, e identificação e hierarquização de factores complementares de dinamização económica e social para potenciação de efeitos da construção do Eixo A8/IC1;
- **Dissolução/Extinção** de pessoas colectivas e entidades equiparadas;
- **Níveis de atractividade e oportunidades** oferecidas pela Região Oeste a potenciais investidores internos e externos.

As especificações referidas visavam o estudo dos efeitos na economia, nas estruturas e nas empresas, nomeadamente ao nível das **modificações na produção** e trocas da Região, e também ao nível das **alterações do quadro urbano** (população) **e emprego**.

¹ De facto o sub-lanço Loures-Malveira foi inaugurado ainda em 1991 (Setembro de 1991).

Por outro lado, as especificações determinavam também que a avaliação dos efeitos fosse feita para o referencial temporal cobrindo 3 períodos e integrando os anos-chave atrás referidos, a saber:

- **Período de 1980/90** – Situação “**Sem projecto**”, com 1984/85 como anos típicos;
- **Período de 1991/96** – Situação intermédia “**Durante o projecto**”, com ano típico de arranque em 1991 e com anos de análise entre 1993 e 1996²;
- **Período de 1997/1999** – Situação “**Com projecto**”, com ano típico em 1998.

Os aspectos e especificações referidos foram tidos em conta no detalhe de tarefas executadas e foram **objectivados** para um nível de detalhe concelhio, com análises ocasionais, quando existiu informação, ao nível de freguesia.

Para a comparação entre situações antes da construção do Eixo Viário A8/IC1 e após a construção do mesmo, seleccionaram-se variáveis estatísticas para cobrir os principais aspectos económicos e sociais, com uma dupla óptica de abordagem:

?? Em termos de impactes na **estrutura**;

?? Em termos de impactes nos **agentes/actores**.

A primeira óptica implicou a recolha centrada sobre as bases estatísticas e monográficas dos períodos em análise (1981/90, 1991/96, 1997/99).

As fontes de informação utilizadas permitiram caracterizar situações (estáticas) em três épocas e, por comparação, destacar a **trajectória** das alterações ocorridas, quantificando desse modo a dimensão dos impactes.

² Assinala-se que o INE iniciou, em 1993, a publicação anual de dados, a nível concelhio, relativos ao Oeste, e contidos no “**Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo**”.

A segunda óptica implicou a **audição dos próprios actores** regionais para completar informação em falta, captar a sua interpretação das alterações ocorridas, e apoiar uma visão prospectiva sobre impactes ainda em curso.

Para o efeito desenvolveram-se tarefas que envolveram:

?? A realização de visitas e entrevistas nas principais Associações da Região, bem como nas Câmaras e nas Regiões de Turismo;

?? A realização de sessões públicas com empresários e autarcas no **NERLEI** (Leiria) e **AERLIS** (Torres Vedras).

Os contactos e sessões realizadas tiveram como objectivo aprofundar e actualizar a recolha de informação estatística publicada, e, em particular, obter opiniões sobre o conjunto de assuntos que constavam da informação quantitativa recolhida de modo a aferir a importância, em termos relativos, para o conjunto dos agentes regionais, das alterações provocadas pela criação da **A8/IC1** na:

- (i) Dinâmica de crescimento populacional (e migrações);
- (ii) Emprego (concelho e fora do concelho);
- (iii) Alojamento (1ª e 2ª residência);
- (iv) Dotação/reforço de infraestruturas/equipamentos colectivos;
- (v) Dinâmica empresarial/investimento.

Fez-se um tratamento sumário dos inquéritos efectuados às diversas empresas e agentes regionais, inquérito que é apresentado em anexo ao presente Relatório, bem como as sùmulas de todas as entrevistas que foram realizadas.

1.3. Variáveis observadas

Para análise das alterações das **estruturas** fez-se uma recolha desagregada por concelhos, das seguintes categorias de variáveis:

- **População residente;**
- **População activa e emprego;**
- **Alojamento;**
- **Estrutura empresarial;**
- **Infraestruturas (ocupação);**
- **Equipamentos colectivos (ocupação);**
- **Serviços (número e natureza).**

A informação recolhida baseia-se numa Base de Dados por concelho, com a estrutura que se apresenta de seguida, tendo como fontes o INE (nomeadamente através dos Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo e através dos Inventários Municipais), e também a CCRLVT, o Observatório do Oeste, e o Ministério do Trabalho e Solidariedade, além de fontes de informação avulsa sobre as estruturas económicas e as empresas.

A estrutura da **informação básica para os anos-chave** (por concelho), abrange os seguintes conteúdos, organizados sob a forma de quadros por anos:

Território e população

- Superfície do território
- População residente
- Famílias
- Alojamentos
- População activa

Ocupação do solo

- Agro-florestal
- Habitação e comércio
- Indústria
- Outros usos

Parque edificado

- Edifícios (stock)
- Alojamentos (stock)
- Fogos concluídos no ano

Equipamentos

- Escolas por tipo de ensino – Número/capacidade (salas)
- Estabelecimentos de saúde por tipo – Número/capacidade (camas)
- Segurança e assistência - Lares, centros de dia (Nº)
- Cultura - Museus, teatros, bibliotecas, cinemas (Nº)
- Desporto e lazer – Campos de jogos, piscinas, polidesportivos (Nº)
- Administração – Finanças, notários, conservatórias, tribunais (Nº)
- Correios e rede telefónica – Número de postos
- Bancos e seguros – Agências, dependências (Nº)
- Turismo – Estabelecimentos, camas (Nº)
- Protecção civil – Bombeiros, GNR (Nº)

Infraestruturas

- Água (consumos e % população abastecida)
- Energia eléctrica (consumos e % população abastecida)
- Acessibilidades (Km de rede viária)

Parque automóvel

- Ligeiros e mistos

- Pesados

Estrutura económica

- Empresas por sectores
- Pessoal ao serviço por sectores
- Volume de negócios por sectores

Estrutura financeira

- Receitas autárquicas
- Despesas autárquicas
- Receitas de impostos nacionais
- Volume de depósitos bancários

Indicadores de bem estar e qualidade de vida (por 1.000 hab)

- Número de médicos
- Número de enfermeiros
- Número de telefones

Indicadores de comércio

- Estabelecimentos por tipos de comércio
- Volume de negócios (vendas por tipos de comércio)

Com a informação referida fizeram-se as seguintes análises, que se apresentam ao longo dos capítulos subsequentes:

- ?? Evolução da população residente;
- ?? Evolução dos alojamentos familiares;
- ?? Evolução da população activa e do emprego;

- ?? Evolução da estrutura empresarial;
- ?? Evolução da estrutura sectorial de actividades económicas;
- ?? Evolução da actividade financeira pública;
- ?? Evolução da ocupação de infraestruturas e equipamentos.

2. CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA ÁREA DE ESTUDO

2.1. Área geográfica de implantação da A8/IC1

O eixo A8/IC1 estabelece a ligação entre Lisboa e Leiria atravessando de Norte a Sul a Região do Oeste. Como se pode observar pela figura anexa, este eixo não passa por todos os concelhos abrangidos pelo presente estudo. No entanto, todos eles estão na sua área de influência beneficiando da sua proximidade através de estradas que lhe dão acesso directo.

Este eixo está parcialmente construído, encontrando-se aberto à circulação o conjunto dos troços que ligam Loures a Caldas da Rainha. Os troços foram abertos à circulação nas seguintes datas:

- ?? Sub-lanço Loures-Malveira, em Setembro de 1991;
- ?? Variante a Bombarral (8 Kms), em Setembro de 1994;
- ?? Variante a Caldas da Rainha (20 Kms), em Setembro de 1995;
- ?? Sub-lanço Malveira-Torres Vedras (17 Kms), em Abril de 1996;
- ?? Sub-lanço Torres Vedras-Bombarral (24 Kms), em Agosto de 1997.

O troço final – Caldas da Rainha-Leiria – está previsto ficar concluído em Setembro de 2001.

Na situação actual, as freguesias e os concelhos directamente servidos pelo Eixo A8/IC1, através de nós, estão indicados no Quadro 1, bem como as freguesias e concelhos ainda a servir até ao limite da Região do Oeste.

São também atravessadas pelo eixo A8/IC1, mas não dispõem de nós de acesso, as freguesias de Sapataria (Sobral de Monte Agraço), Dois Portos, Runa e Matacães (Torres Vedras), Moita dos Ferreiros (Lourinhã) e Bombarral (Bombarral).

QUADRO 1
FREGUESIAS E CONCELHOS SERVIDOS E A SERVIR PELO EIXO A8/IC1
(IDENTIFICAÇÃO DOS NÓS DE LIGAÇÃO AO EIXO A8/IC1)

Nº	Local	Lanço / ligação	Freguesia	Concelho	Portagem	Situação
4	Lousa	acesso a Lousa - EN 374-2	Lousa	Loures	Sim	aberto
5	Milhaçado	acesso a Maíra e Malveira - EN 8	Milhaçado	Maíra	Sim	aberto
6	Enxara do Bispo	acesso a Sobral de Monte Agraço e Enxara do Bispo - EN 248-1 e EN 9-2	Enxara do Bispo	Maíra	Sim	aberto
7	Catefica	Lanço Malveira-Torres Vedras	Santa Maria do Castelo e São Miguel	Torres Vedras	Sim (prevista)	aberto
8	a 2 Kms de T. V.	Início do IC 11 (Torres Vedras Norte)	São Pedro e Santiago	Torres Vedras	Sim (prevista)	aberto
9	Ameal	variante EN 8-2	Ramalhal	Torres Vedras	Sim (prevista)	aberto
10	Campelos	ligação à EN 361-1	Campelos	Torres Vedras	Sim (prevista)	aberto
11	Bombarral Sul	acesso ao Bombarral e à EN 361	Vale Covo	Bombarral	Não	aberto
12	Delgada	acesso ao Bombarral (Norte)	Roliça	Óbidos	Não	aberto
13	São Mamede	Entroncamento entre IC 1 e IP 6	Roliça	Óbidos	Não	aberto
14		ligação ao IP 6	Roliça	Óbidos	Não	fechado
15	Óbidos	Ligação à EN 8 (Óbidos)	O (São Pedro)	Óbidos	Não	aberto
16	Amoia	Entroncamento IC 1 e IP 6	O (São Pedro)	Óbidos	Não	aberto
17	Gaeira	ligação à EN 8 (entre Óbidos e Caldas da Rainha)	O (São Pedro)	Óbidos	Não	aberto
18	Caldas da Rainha	Cruzamento com EN 360 (Caldas da Rainha/Foz do Arelho)	Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	Não	aberto
19	Caldas da Rainha (Z.I.)	acesso à Zona Industrial	Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	Não	aberto
20	Tomada	ligação à EN 8 (Caldas da Rainha / Alcobaca)	Tomada	Caldas da Rainha	Sim (prevista)	por construir
21	Alfeizerão	acesso à EN 115 (IP 6) (Caldas da Rainha/Cercal)	Alfeizerão	Alcobaca	Sim (prevista)	por construir
22	Valado de Frades	acesso à Nazaré e a Alcobaca	Valado de Frades	Nazaré	Sim (prevista)	por construir
23	Pataias	ligação à EN 242-4 (Pataias-Porto de Mós)	Pataias	Alcobaca	Sim (prevista)	por construir
24	Marinha Grande Sul	ligação à Marinha Grande e à Batalha		Marinha Grande	Sim (prevista)	por construir
25	Marinha Grande Norte	ligação à Marinha Grande e a Leiria		Marinha Grande	Sim (prevista)	por construir

Fonte: Adaptado de Autoestradas do Atlântico – Mapa de Portugal e da Região do Oeste.

2.2 Identificação e caracterização sumária dos concelhos abrangidos

Como já foi referido, os 15 concelhos abrangidos pelo presente estudo são: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

No Quadro 2 sintetizam-se para cada concelho, os principais aspectos caracterizadores geográficos e demográficos. Outros aspectos, nomeadamente, quanto à estrutura económica e dinâmicas concelhias, serão tratados mais adiante.

Analisando o Quadro 2, salientam-se, claramente, dois núcleos de concelhos com grande peso nas estruturas demográfica e empresarial, que são: **Torres Vedras, Alcobaça, Caldas da Rainha e Mafra. Só estes 4 concelhos (num universo de 15) representam mais de 50% quer da população residente e activa quer do tecido empresarial (empresários em nome individual e sociedades).**

Considerando as acessibilidades constantes do PRN 2000, os concelhos servidos com maior número de vias de acesso são: Torres Vedras, Alenquer, Caldas da Rainha, Lourinhã e Mafra.

Relativamente à estrutura etária apresentada, os concelhos com uma população residente mais envelhecida são: Cadaval, Bombarral e Óbidos.

No que se refere ao sector primário, **Lourinhã, Óbidos, Cadaval e Bombarral são os concelhos com maior percentagem de activos agrícolas.**

Conclui-se, portanto, que à excepção do concelho da Lourinhã, a maior ruralidade destes concelhos está associada uma estrutura etária populacional mais envelhecida.

QUADRO 2

CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DOS CONCELHOS DO OESTE

Concelhos	Área (Km ²)	Principais acessibilidades (PRN2000 e ferrovia)	População residente (1998)	Estrutura etária (%)			População activa (1991) (%)			Empresas		
				0-14 anos	15-64 anos	65 e + anos	Primário	Secundário	Terciário	Nome individual	Sociedades	
Alcobaça	417	IC1, EN8, EN8-5, ER8-6 e Linha ferroviária do Oeste	55.740	16,8	69,1	15,2	24.091	11,3	56,1	32,6	5.940	1.349
Alenquer	302	IP1, EN1, EN3, EN9, EN115 e Linha Ferroviária do Norte	34.280	15,3	66,4	18,3	13.552	15,7	42,5	41,8	3.457	853
Arruda dos Vinhos	78	IC11 e EN115	9.590	14,1	69,4	17,5	3.816	15,1	30,5	54,4	1.038	279
Azambuja	262	IP1, EN3, EN366 e Linha Ferroviária do Norte	19.630	14,3	67,5	18,1	7.415	17,9	34,7	47,4	1.752	353
Bombarral	90	IC1, EN8, EN361 e Linha Ferroviária do Oeste	12.190	16,3	62,9	20,8	5.052	30,9	26,8	42,3	1.334	339
Cadaval	174	EN115, EN361, EN361-1, EN366 e ER115-1	13.050	13,8	63,8	22,3	4.660	31,2	27,3	41,5	1.534	243
Caldas da Rainha	256	IP6, IC1, EN8, EN114, EN115 e Linha Ferroviária do Oeste	44.710	16,6	67,0	16,3	18.877	14,5	37,5	48,0	5.112	1.299
Lourinhã	146	IC1, EN8-2, EN247, EN361, EN361-1 e ER247	21.930	17,4	66,3	16,3	8.112	40,9	24,8	34,3	2.372	633
Mafra	291	EN8, EN9, EN116, ER19, ER374 e Linha Ferroviária do Oeste	44.880	16,5	69,5	14,9	17.848	13,5	36,2	50,3	5.333	1.292
Nazaré	80	IC1, EN8-5 e EN242	14.990	16,7	69,8	14,5	6.500	14,3	37,6	48,0	1.945	329
Óbidos	142	IP6, IC1, EN8, EN114 e Linha Ferroviária do Oeste	11.660	14,5	66,3	19,2	4.617	32,4	33,7	33,9	1.323	192
Peniche	77	IP6, EN114 e EN247	26.420	17,1	69,1	14,7	10.006	27,0	30,2	42,8	2.817	558
Rio Maior	272	IP6, IC2, EN114 e ER361	20.060	16,4	66,3	17,3	7.904	20,1	40,8	39,1	2.515	551
Sobral de Monte Agraço	52	IC11, EN115, ER374 e Linha Ferroviária do Oeste	7.090	16,0	67,0	17,0	2.766	14,9	33,7	51,3	954	181
Torres Vedras	406	IC1, IC11, EN8, EN8-2, EN9, EN115, EN361-1 e Linha Ferroviária do Oeste	68.560	16,2	69,0	15,8	28.251	19,1	33,9	47,1	8.443	1.668

Fonte: INE, PRN 2000 e CP.

3. CARACTERÍSTICAS DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÓMICA

3.1. Evolução Demográfica

Na Figura 1 apresenta-se a evolução da população residente ocorrida nas últimas duas décadas. Os concelhos estão ordenados pela variação percentual verificada no período de 1982 a 1998.

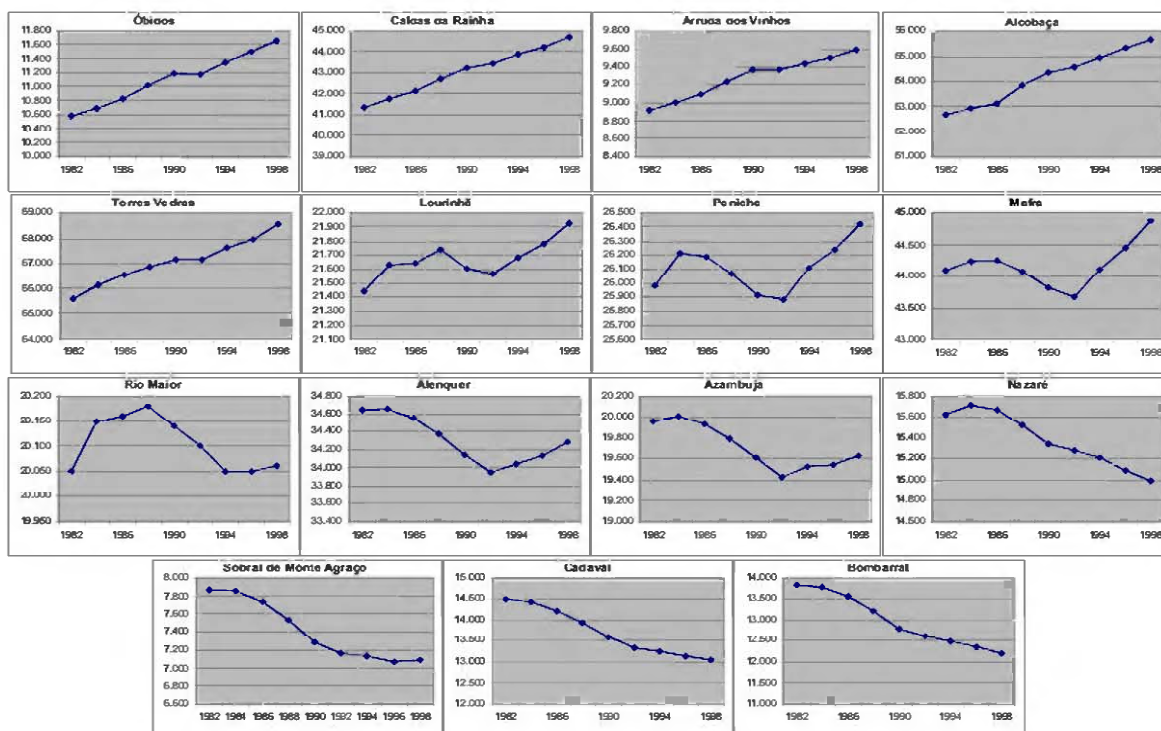
Os dados referem-se às séries cronológicas das estimativas da população residente, em 31 de Dezembro, feitas pelo INE com base nos Censos de 1981 e 1991.

Como se pode observar, as alterações demográficas foram distintas entre os concelhos em causa. Do conjunto de situações podemos identificar três grandes grupos de concelhos com evoluções semelhantes:

- a) Em primeiro lugar, destacam-se os **concelhos cuja evolução populacional foi, de uma forma continuada, positiva**: Óbidos, Caldas da Rainha, Arruda dos Vinhos, Alcobaça e Torres Vedras.
- b) Em segundo lugar e em contraposição, destacam-se os concelhos que tiveram de uma forma continuada **evolução populacional negativa**: Bombarral, Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Nazaré.
- c) **Os restantes concelhos tiveram evoluções irregulares**, em geral com uma inversão da tendência no início da década de 90.

Visto que no primeiro grupo se encontram os concelhos que possuem os maiores aglomerados urbanos e no segundo de características rurais, **pode concluir-se por uma tendência clara para o reforço populacional das principais áreas urbanas da Região, em desfavor das áreas rurais, e piscatórias, tendência que a abertura da A8 não atenuou** nos concelhos rurais que passou a servir – Bombarral e Cadaval.

Figura 1 - Evolução da população residente entre 1982 e 1998



Critério de ordenação: variação percentual da população residente.

A conclusão referida, que repousa nas estatísticas publicadas pelo INE, merece alguma reserva por parte das entidades inquiridas localmente no âmbito do presente estudo, afirmando que a criação da A8 terá contribuído, globalmente, para **atrair novos residentes para a Região**, provenientes principalmente da Área Metropolitana de Lisboa, como se pode confirmar por informações a nível dos Municípios sobre a **procura de alojamento de 1ª residência**.

De facto, as estatísticas disponíveis **mostram (Quadro 3) uma forte atracção migratória de certos concelhos** do Oeste, no período após o último recenseamento populacional (período desde 1991 a 1997).

QUADRO 3
ESTIMATIVA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS 1991/97

Concelhos	Variação da População (1)	Excedente de vidas (2)	Migrações Internas (1) – (2)
Torres Vedras	1.075	-498	1.573
Mafra	909	-400	1.309
Caldas da Rainha	1.245	65	1.180
Alcobaça	1.168	17	1.151
Alenquer	102	-706	808
Óbidos	392	-325	717
Azambuja	22	-512	534
Lourinhã	284	-103	387
Peniche	450	86	364
Arruda dos Vinhos	186	-196	382
Rio Maior	-69	-306	237
Cadaval	-436	-672	236
Sobral de Monte Agraço	-175	-250	75
Bombarral	-447	-306	-141
Nazaré	-235	-22	-231

FONTE: INE – Estimativas da População Residente e Anuário Demográfico.

Confirma-se, portanto, que os concelhos de **Torres Vedras, Caldas da Rainha e Alcobaça**, apresentam incrementos significativos de população para os quais **contribuíram, quase exclusivamente, as migrações internas**.

Houve, entretanto, um outro grupo de concelhos – **Mafra, Alenquer, Lourinhã, Peniche, Óbidos e Azambuja** – cuja população aumentou também após 1991 por razões migratórias, isto é, são também depois de 1991, **concelhos atractivos**.

Pelo contrário, registou-se **decréscimo e repulsão** de população nos concelhos de Bombarral e Nazaré, à luz das estimativas populacionais do INE.

Existem, ainda, outras fontes de informação que permitem aferir também, de modo aproximado, a população residente na Região do Oeste, e confirmar ou desmentir o padrão de atractividade.

A principal fonte de informação são os Recenseamentos Eleitorais, cujos resultados são apurados pelo STAPE, e se referem, obviamente, à parte da população sujeita legalmente à obrigação de recenseamento (maiores de 18 anos).

Com base nos dados referentes ao número de eleitores recenseados em cada **freguesia e concelho da Região do Oeste**, apresentam-se nas Figuras 2-A e 2-B comparações entre as grandezas dos recenseados pelo STAPE e as da população residente segundo o INE.

Verifica-se que, em Maio de 1999, só a população recenseada (com 18 ou mais anos) em alguns dos concelhos, era próxima da estimada pelo INE como população total residente, o que leva a supor que a população **realmente residente** será superior à estimada pelo INE, em particular nos **concelhos rurais de Cadaval, Bombarral e Sobral de Monte Agraço**.

Esta presunção reforça a de que as migrações para alguns concelhos próximos da Área Metropolitana de Lisboa, **como 1ª residência**, resultante da melhoria de acessibilidades é um fenómeno com expressão, e, portanto, a diminuição populacional que o INE estima (com base no movimento natural da população) não será tão acentuado.

Os dados da evolução do número de eleitores recenseados **por freguesias** mostram também no interior de cada concelho alterações da estrutura de **distribuição espacial** da população, **com claro reforço** de algumas freguesias, a saber:

?? **Em Torres Vedras** – S. Pedro e Santiago (freguesias urbanas);

?? **Em Alcobaça** – Benedita e Alcobaça (freguesias urbanas);

?? **Nas Caldas da Rainha** – Santo Onofre (freguesia urbana);

?? **Em Mafra** – Ericeira e Mafra (freguesias urbanas);

?? **Em Alenquer** – Carregado (freguesia urbana);

?? **Em Peniche** – Conceição e Ajuda (freguesias urbanas);

?? **Na Lourinhã** – Lourinhã (freguesia urbana);

?? **Em Rio Maior** – Rio Maior (freguesia urbana);

?? **Na Azambuja** – Azambuja (freguesia urbana);

?? **Na Nazaré** – Nazaré (freguesia urbana);

?? **No Cadaval** – Cadaval (freguesia urbana);

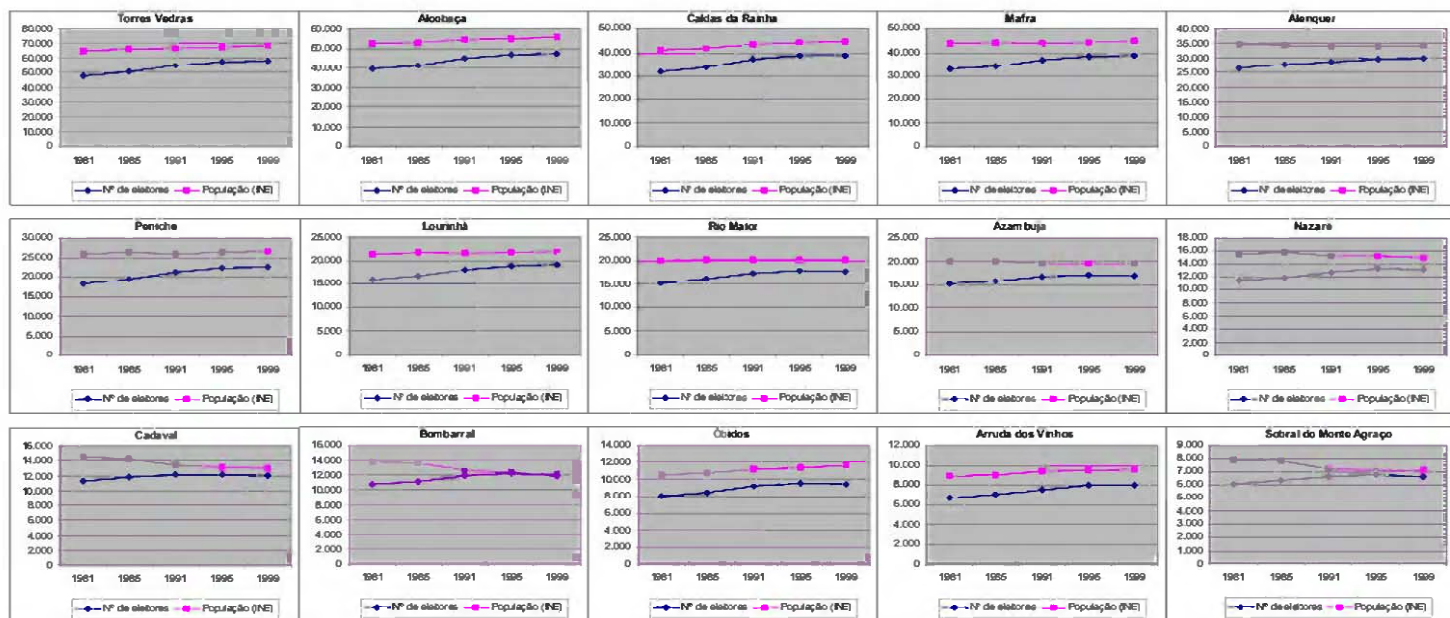
?? **No Bombarral** – Bombarral (freguesia urbana);

?? **Em Arruda dos Vinhos** – Arruda (freguesia urbana);

?? **No Sobral de Monte Agraço** – Sobral (freguesia urbana).

Como se verifica, os maiores crescimentos verificaram-se nas freguesias da sede do concelho, revelando uma crescente concentração da população nos lugares centrais.

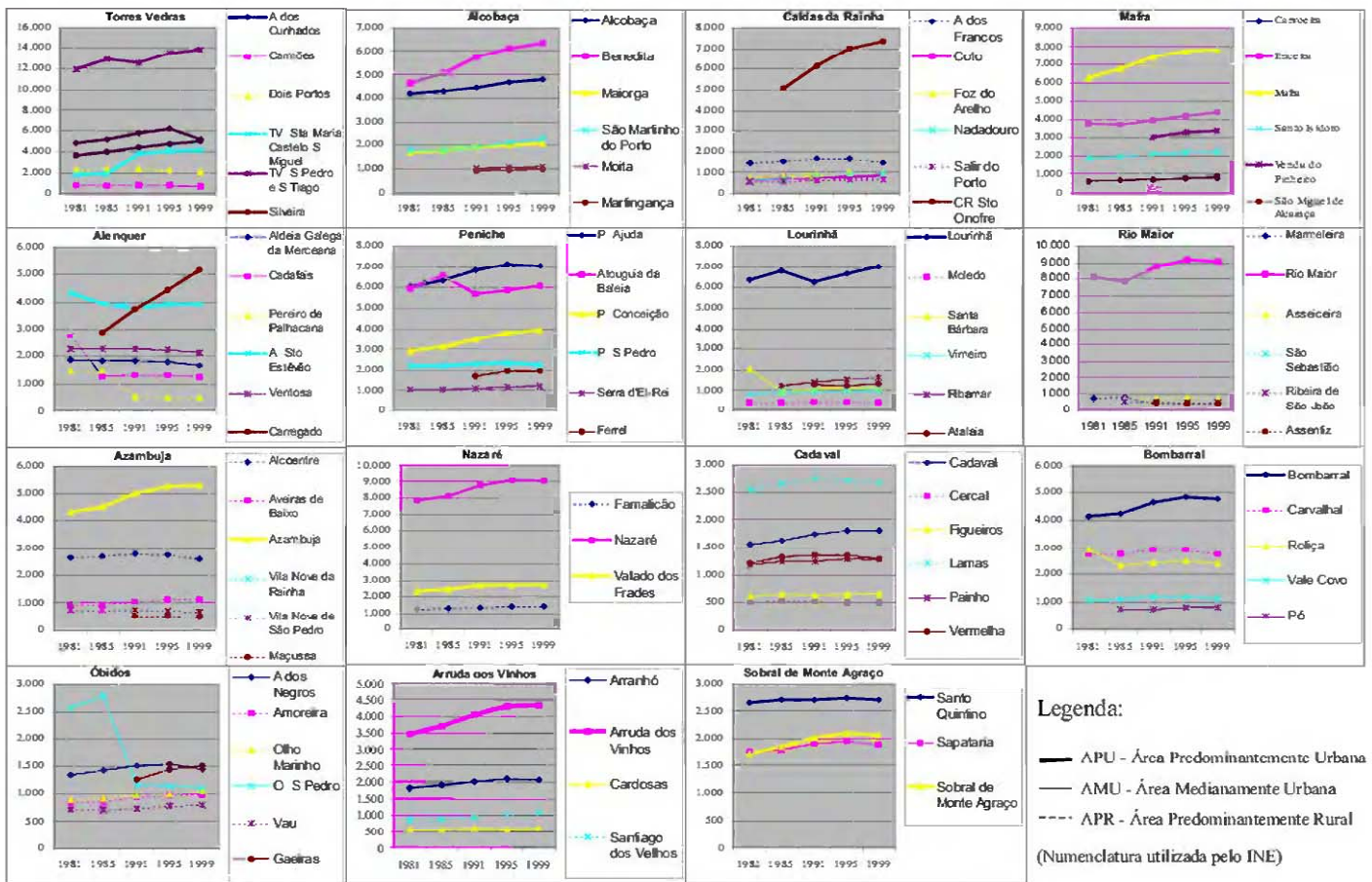
Figura 2A - Evolução da população residente e do número de eleitores recenseados



Critério de ordenação: Número de eleitores recenseados em 1999 (mês de Maio).

Nota: As últimas estimativas de população do INE referem-se a Dezembro de 1998.

Figura 2B - Evolução do nº de eleitores recenseados nas freguesias c/ variações mais significativas



Critério de ordenação: Número de eleitores recenseados em 1999 (mês de Maio).

3.2. Evolução do Alojamento Familiar

Na Figura 3 apresenta-se o stock de alojamentos familiares existente em 1998, para cada concelho, evidenciando-se qual a percentagem dos que foram construídos nos períodos de 1982 a 1991 e de 1992 a 1998. O critério de ordenação utilizado foi o da importância (em percentagem) dos alojamentos construídos após 1981.

Os dados referentes a 1981 e 1991 foram retirados dos respectivos Censos do INE. O valor em 1998 foi estimado a partir dos dados de 1991 adicionando-se-lhe os dados anuais (1992 a 1998) sobre obras construídas em cada concelho, cuja fonte é igualmente o INE (Estatísticas da Construção).

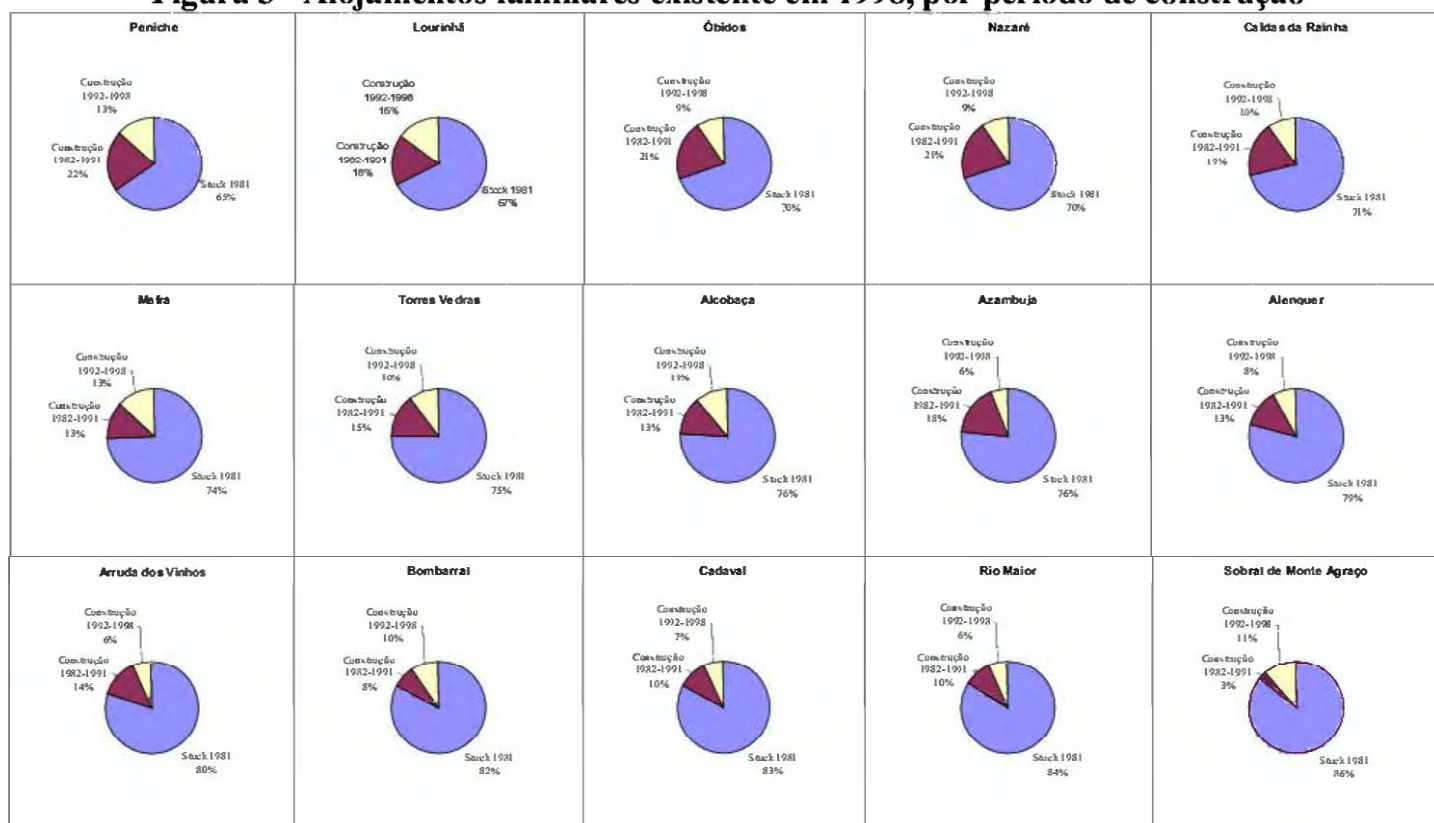
Nos gráficos apresentados salientam-se os concelhos de Peniche, Lourinhã, Óbidos, Caldas da Rainha e Nazaré, isto é, uma faixa de concelhos litorais, com a maior dinâmica relativa de construção no período de 1982 a 1998, visto que 30%, ou mais, dos fogos existentes foram construídos após 1982.

Porém, no período mais recente, ou seja, entre 1992 e 1998 durante a construção da A8, os concelhos que se destacaram, em termos relativos, foram a Lourinhã, Peniche, Mafra e também Sobral de Monte Agraço, neste último caso um concelho cuja construção nos períodos anteriores fora modesta.

O caso de Sobral de Monte Agraço é uma situação particularmente interessante, pois passa de um período de construção muito reduzida (apenas 3% dos alojamentos foram construídos entre 1982 e 1991), para uma expansão significativa (11% dos alojamentos entre 1992 e 1998).

Parece claro que a melhoria das acessibilidades terá impulsionado a construção de alojamentos não só nos concelhos balneares e turísticos da Região (Peniche, Lourinhã, Nazaré, Óbidos e Caldas), como também em concelhos rurais próximos de Lisboa (Mafra, Sobral) animando o mercado de 2^{as} residências, mesmo nos concelhos com perda demográfica.

Figura 3 - Alojamentos familiares existente em 1998, por período de construção



Critério de ordenação: percentagem de alojamentos construídos após 1981.

3.3. Evolução da População Activa e do Emprego

Na Figura 4 ilustra-se a alteração da estrutura da população activa empregada por sectores, entre 1981 e 1991. A informação oficial sobre população activa em geral é a constante dos Censos do INE, sendo o último de 1991, e, portanto, anterior à criação do Eixo A8/IC1. A informação dos últimos Censos permite, porém, apreciar o sentido das alterações do padrão de actividades da população, por concelhos, complementando-se esta informação com a informação sobre o emprego, no período pós 1991, segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade (MTS).

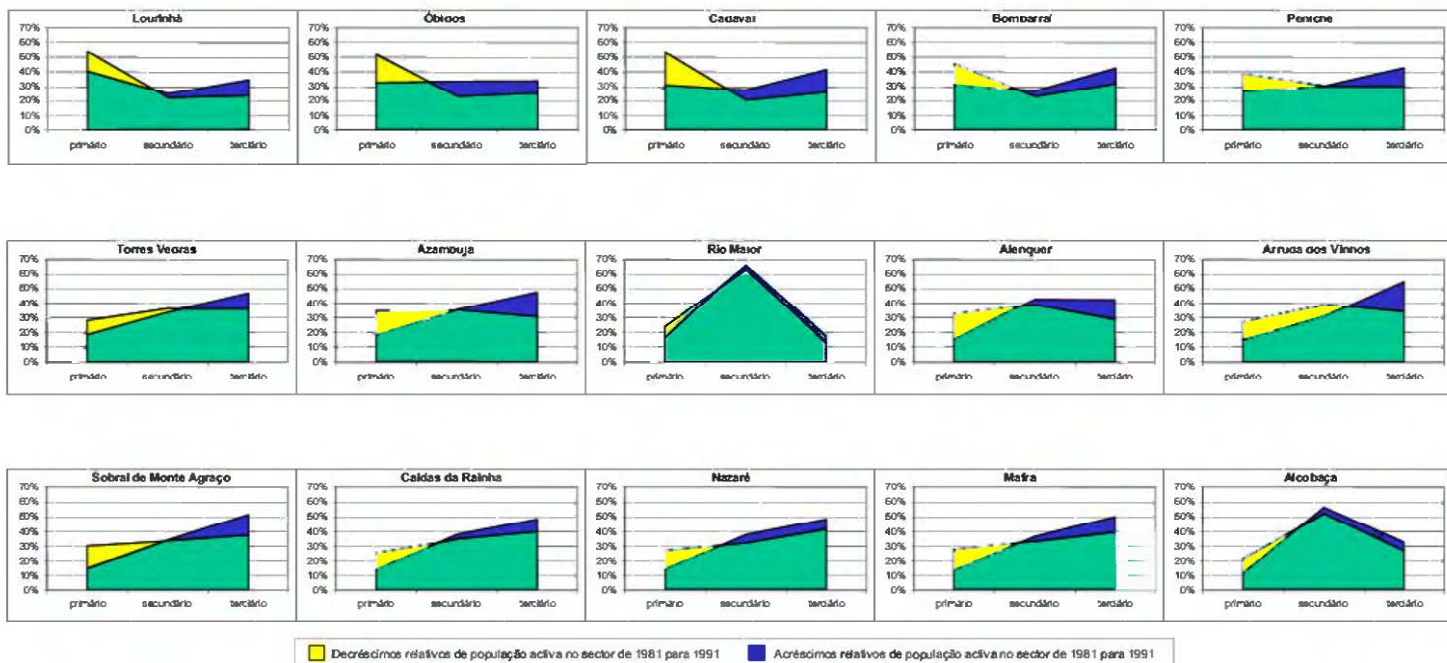
Com os dados censitários do INE, sobre população activa, fez-se a ordenação dos concelhos do Oeste pelo grau de importância relativa do sector primário em 1991 permitindo salientar os concelhos mais rurais (ainda com mais de 25% da população activa na agricultura e pesca).

Em termos de evolução, desde 1981 a 1991, destacam-se duas situações: concelhos em que se manteve o mesmo sector predominante e, por outro lado, concelhos em que se alterou o sector predominante.

Concelhos cujo sector predominante se manteve		Concelhos cujo sector predominante sectorial se alterou	
Sector primário	Lousinhã	Do primário para o secundário	Nenhum
Sector secundário	Rio Maior, Alcobaça e Alenquer	Do primário para o terciário	Peniche, Bombarral e Cadaval
Sector terciário	Sobral de Monte Agraço, Mafra, Nazaré e Caldas da Rainha	Do secundário para o terciário	Torres Vedras, Azambuja e Arruda dos Vinhos

As alterações ocorridas foram todas em favor do sector terciário.

Figura 4 - Evolução da população activa empregada por sectores (1981-1991)



Critério de ordenação: percentagem de população activa no sector primário em 1991.

Verificou-se, portanto, uma **forte terciarização** na Região, com maior expressão nos concelhos rurais e piscatórios, evidenciando a debilidade destes sectores para sustentar os seus activos.

Em contrapartida, **nos concelhos de grande predominância da indústria** – Alcobaça e Rio Maior – o peso e predominância deste sector manteve-se.

Os dados dos Recenseamentos incluem toda a população activa, existindo estimativas recentes do INE sobre emprego em empresas, em termos de pessoal ao serviço, e estimativas do Ministério do Trabalho e Solidariedade, em termos de emprego total por conta de outrem.

O emprego registado pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade, por concelhos, evoluiu nos anos típicos escolhidos como segue:

QUADRO 4
EVOLUÇÃO DO EMPREGO TOTAL EM ESTABELECIMENTOS
POR CONCELHOS

Concelhos	1985	1991	1997
Alcobaça	9.300	14.001	15.246
Bombarral	1.267	1.815	1.963
Caldas da Rainha	7.859	9.597	10.389
Nazaré	1.631	1.672	1.577
Óbidos	487	704	1.033
Peniche	4.060	3.779	3.297
Alenquer	4.875	6.498	9.466
Arruda dos Vinhos	1.252	1.226	1.723
Azambuja	3.204	4.203	5.934
Cadaval	637	1.108	1.780
Lourinhã	1.216	2.065	2.829
Mafra	5.099	7.868	9.946
Sobral de Monte Agraço	565	731	1.023
Torres Vedras	9.043	12.149	14.555
Rio Maior	2.715	3.358	4.228
TOTAL	53.210	70.774	84.989

Fonte: DETEFP do MTS

O incremento registado no emprego por conta de outrem foi:

de 1985 a 1991 + 17.564

de 1991 a 1997 + 14.215

Atendendo ao crescimento demográfico ocorrido (já apresentado), conclui-se que o emprego por conta de outrem ultrapassou largamente o crescimento demográfico.

A evolução recente do emprego revela alterações de que cumpre destacar:

- ?? **Uma provável atracção para zonas de emprego na Região de activos de fora da Região**, de modo a suprir as insuficiências (quantitativas e qualitativas) da população potencialmente activa;
- ?? **Uma provável dinâmica de modernização**, que será responsável pelo reforço do emprego por conta de outrem, em empresas, a custo do **emprego por conta própria**.
- ?? Os concelhos rurais de **Cadaval, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço** são aqueles onde, em termos relativos, o crescimento do emprego por conta de outrem foi maior, em áreas tradicionais do sector primário onde se terá registado **modernização e empresarialização**.

3.4. Evolução da Estrutura Empresarial

Trabalharam-se dados do INE e compilações do Observatório do Oeste – Informação Estatística (Setembro de 1998).

A informação de base concelhia abrange um período recente, iniciado em 1992, ano a partir do qual o INE passou a publicar Anuários Estatísticos regionais, com informação sobre empresas e sociedades.

3.4.1 – Implantação e importância local do tecido empresarial

A Figura 5 mostra, relativamente às empresas com sede na Região que, no conjunto dos quinze concelhos em estudo se destacam, pelo **número de empresas e pelo volume de emprego, os concelhos de Alcobaça, Torres Vedras, Caldas da Rainha e Mafra**, e, já um pouco distanciado, **Alenquer**. Este grupo de concelhos evidencia a existência de **duas manchas de concentração da actividade económica na Região – Torres Vedras/Mafra, a Sul, e Alcobaça/Caldas, a Norte**.

Apesar dos esforços dos restantes concelhos foram ainda os concelhos das referidas manchas **os mais dinâmicos** quanto a aumento do número de empresas e do emprego entre 1992 e 1996, sendo o grupo de concelhos correspondente aos principais aglomerados urbanos da Região, confirmando assim o **reforço da polarização de populações e actividades nos núcleos dominantes**.

Tal polarização é, porém, menos evidente quando se analisa a importância das empresas em termos de volume de negócios (Figura 6), surgindo ao lado dos 4 concelhos referidos os concelhos de **Azambuja e Alenquer, revelando**

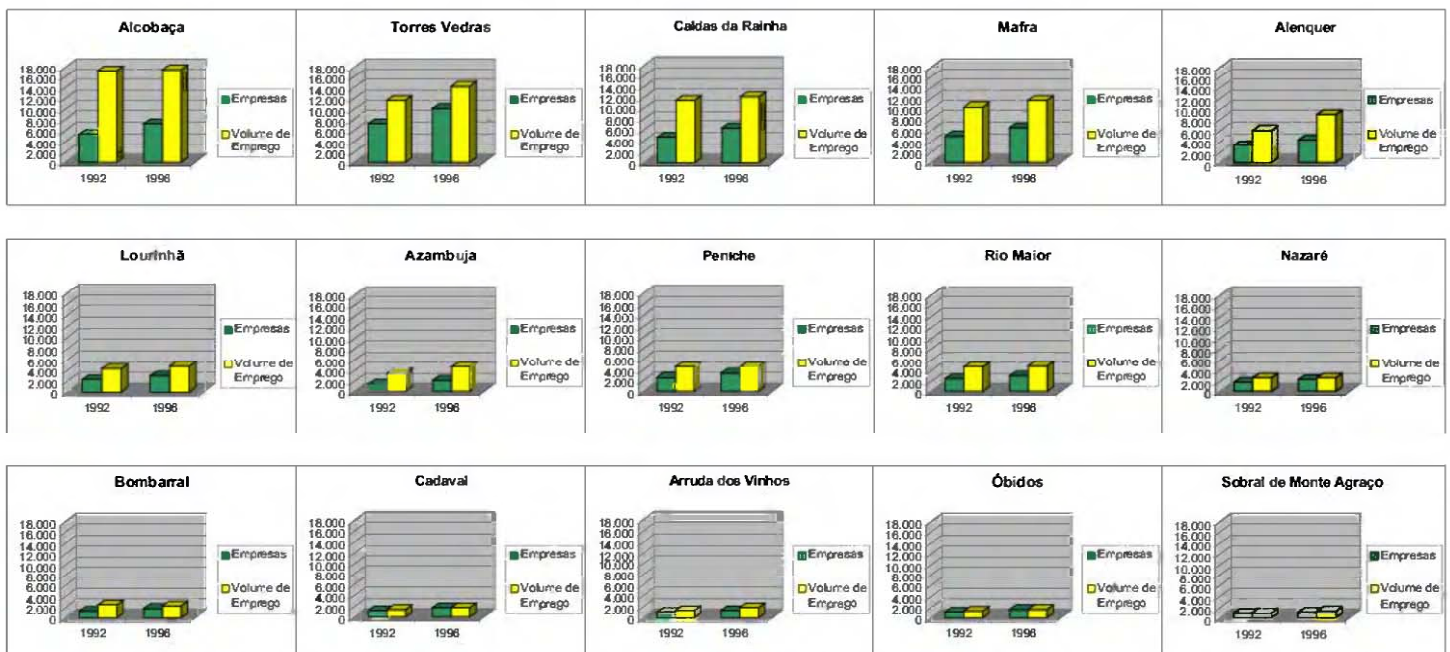
uma outra mancha cuja dinâmica de crescimento se atribui não à A8 mas inteiramente à A1.

É bem evidente na Figura 6 a importância crescente dos 6 concelhos referidos face aos restantes 9.

Assinala-se, atrás dos concelhos referidos, **dois concelhos em posição intermédia – Lourinhã e Rio Maior – com volumes de negócios importantes, pelo peso que o sector primário (agricultura) tem no primeiro, e pelo peso que o sector secundário tem no segundo.**

Por último, assinala-se um grupo de cinco concelhos, em que a actividade empresarial, tem ainda expressão reduzida em número de empresas, de emprego, e de volume de negócios. Trata-se dos concelhos do **Bombarral, Cadaval, Arruda dos Vinhos, Óbidos e Sobral de Monte Agraço, que são aqueles a que se reconhecem a priori características rurais.**

Figura 5 - Evolução do número de empresas e do volume de emprego (1992-1996)



Critério de ordenação: número de empresas em 1996.

3.4.2 Implantação e importância do tecido societário

O número de sociedades comerciais existentes e o movimento de criação e dissolução de sociedades comerciais constituem indicadores da importância da economia de mercado na Região e da sua dinâmica de modernização.

Os Anuários Estatísticos da RLVT apresentam dados sobre a evolução recente do número de sociedades, com sede nos concelhos em análise, como se pode constatar pelo Quadro 5.

QUADRO 5

Nº DE SOCIEDADES COM SEDE NOS CONCELHOS EM 1993 E 1997

Concelhos	Total 1993	Total 1997	Variação 93-97 (%)	Estrutura (%)
Alcobaça	1.053	1.262	19,9	13,2
Alenquer	601	785	30,6	8,2
Arruda dos Vinhos	207	255	23,2	2,7
Azambuja	246	315	28,1	3,3
Bombarral	284	331	16,6	3,5
Cadaval	177	236	33,3	2,5
Caldas da Rainha	1.000	1.284	28,4	13,5
Lourenhã	469	584	24,5	6,1
Mafra	946	1.223	29,3	12,8
Nazaré	248	318	28,2	3,3
Óbidos	135	171	26,7	1,8
Peniche	454	548	20,7	5,8
Rio Maior	415	492	18,6	5,2
Sobral de Monte Agraço	122	157	28,7	1,6
Torres Vedras	1.188	1.567	31,9	16,4

Fonte: Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo INE.

Hierarquizando os concelhos segundo o critério de número de sociedades em 1997, quatro concelhos – **Alcobaça, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Mafra** – são os que se destacam (com mais de 1.000 sociedades).

De salientar que estes dados se referem a sociedades com sede nos concelhos, podendo eventualmente ocorrer que, nalguns concelhos, além

dos estabelecimentos das sociedades que aí têm sede, existam estabelecimentos de outras sociedades com sede fora dos concelhos. De facto, algumas das sociedades que laboram na Região do Oeste (e noutros concelhos limítrofes à Área Metropolitana de Lisboa), têm a sua sede em Lisboa ou noutro local, pelo que não estão considerados nesta informação estatística. Este aspecto realça a importância das análises por estabelecimentos, que adiante se efectuam.

O Quadro 6 mostra a evolução do pessoal e confirma a maior importância de Torres Vedras, Alcobaça e Caldas da Rainha, representando 59% do pessoal total, ou seja, mais de metade do emprego em sociedades na Região.

Em contraste com os 4 concelhos anteriores os 4 concelhos mais discretos, em termos de emprego em sociedades – Arruda dos Vinhos, Cadaval, Óbidos e Sobral de Monte Agraço – representam em conjunto apenas 6% do total regional.

QUADRO 6

PESSOAL AO SERVIÇO NAS SOCIEDADES COM SEDE NOS CONCELHOS

Concelhos	1993	1997*	Varição 1993 1997 (%)
Alcobaça	13.885	14.626	5,34
Alenquer	5.373	7.562	40,74
Arruda dos Vinhos	1.187	1.469	23,76
Azambuja	3.296	3.584	8,74
Bombarral	1.934	1.953	0,98
Cadaval	1.061	1.242	17,06
Caldas da Rainha	9.297	10.523	13,19
Lourinhã	3.512	3.939	12,16
Mafra	8.164	8.738	7,03
Nazaré	1.440	1.735	20,49
Óbidos	798	1.086	36,09
Peniche	3.379	3.418	1,15
Rio Maior	3.697	3.944	6,68
Sobral de Monte Agraço	582	839	44,16
Torres Vedras	9.698	11.573	19,33
Total	67.303	76.231	13,27

Fonte: Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo INE.

* Último ano disponível.

Os dados dos Quadros 5 e 6 permitem, conjugadamente, calcular a dimensão média das sociedades, em termos de pessoal, e apreciar a respectiva evolução como se mostra no Quadro 7.

QUADRO 7

EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO MÉDIA DAS SOCIEDADES DO OESTE

Concelhos	Média de pessoal ao serviço por sociedade		Variação
	1993	1997	
Alcobaça	13,2	11,6	-1,6
Alenquer	8,9	9,6	0,7
Arruda dos Vinhos	5,7	5,8	0,1
Azambuja	13,4	11,4	-2,0
Bombarral	6,8	5,9	-0,9
Cadaval	6,0	5,3	-0,7
Caldas da Rainha	9,3	8,2	-1,1
Louinhã	7,5	6,7	-0,8
Mafra	8,6	7,1	-1,5
Nazaré	5,8	5,5	-0,3
Óbidos	5,9	6,4	0,5
Peniche	7,4	6,2	-1,2
Rio Maior	8,9	8,0	-0,9
Sobral de Monte Agraço	4,8	5,3	0,5
Torres Vedras	8,2	7,4	-0,8

Constata-se que **a dimensão média das sociedades é muito reduzida**, e, apesar disso, sofreu ainda uma redução de 1993 para 1997.

Os dados em análise referem-se apenas **a sociedades**, estando pois de fora os empresários em nome individual.

No Quadro 8 estão sintetizados dados para 1998 que mostram a situação conjunta.

Se compararmos o número de sociedades com sede nos concelhos, com o número total de empresas com sede nos concelhos, verifica-se o peso significativo dos empresários em nome individual na estrutura empresarial.

Em geral, por concelho, as empresas sob forma societária não ultrapassam 15% das empresas existentes no respectivo concelho.

QUADRO 8

SOCIEDADES E EMPRESAS COM SEDE NOS CONCELHOS EM 1998

Concelhos	Nº de Sociedades	Nº de Empresas	% de Sociedades no total de Empresas
Alcobaça	1.349	7.289	14.6
Alenquer	853	4.310	13.9
Arruda dos Vinhos	279	1.317	14.9
Azambuja	353	2.105	11.9
Bombarral	339	1.673	15.7
Cadaval	243	1.777	9.7
Caldas da Rainha	1.299	6.411	15.5
Lourinhã	633	3.005	15.2
Mafra	1.292	6.625	14.5
Nazaré	329	2.274	11.0
Óbidos	192	1.515	7.9
Peniche	558	3.375	14.1
Rio Maior	551	3.066	13.3
Sobral de Monte Agraço	181	1.135	10.4
Torres Vedras	1.668	10.111	12.3
TOTAL	10.119	55.988	13.5

Fonte: Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo INE.

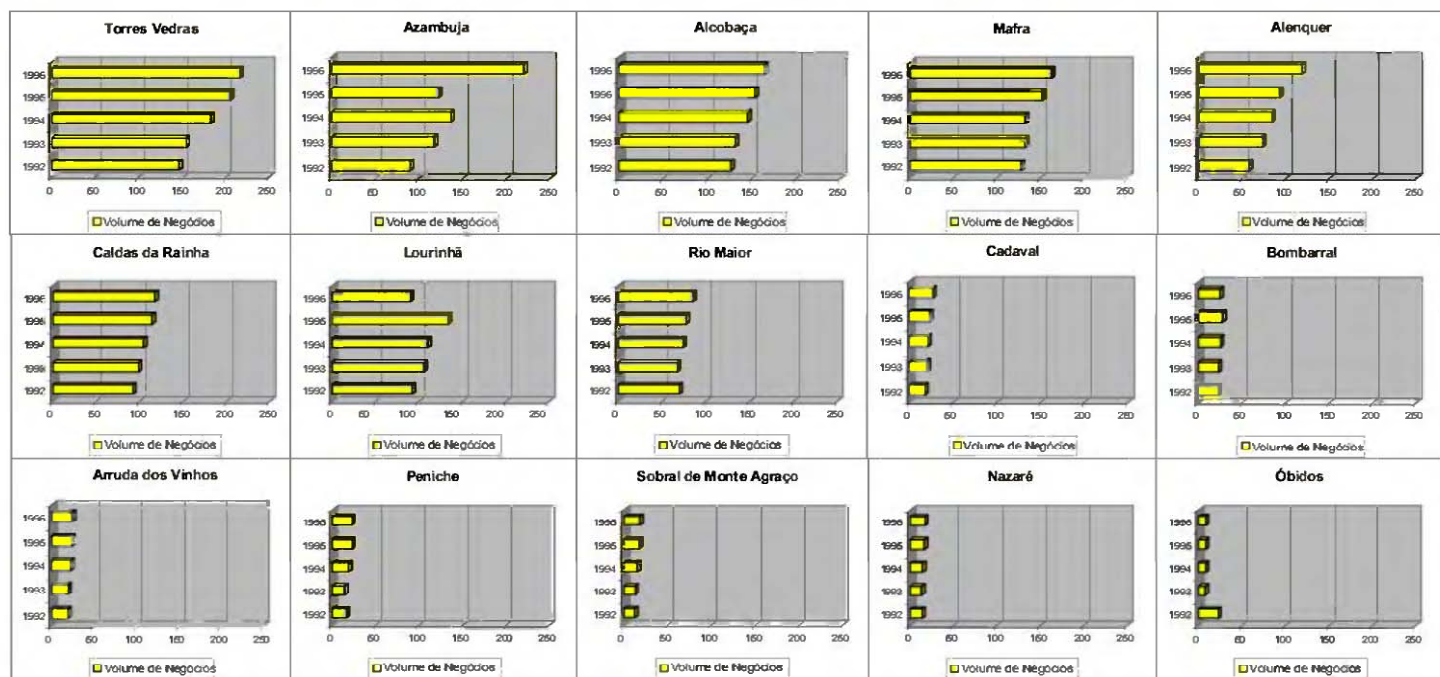
Quanto à dinâmica de constituição e dissolução de sociedades, a Figura 7 mostra claramente que **a dinâmica de constituição de novas sociedades se concentra nos principais concelhos urbanos**, e com grande diferença relativamente aos demais.

Em situação oposta, **nos concelhos do Bombarral, Cadaval, Nazaré, Óbidos, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço, a dinâmica de constituição de sociedades manteve-se muito baixa.**

Aliás os quatro concelhos de Arruda dos Vinhos, Cadaval, Óbidos e Sobral de Monte Agraço, apresentam, à luz de todos os indicadores, dados modestos

em termos de estrutura empresarial, evidenciando a sua ruralidade, apesar da atracção de novos residentes como se assinalou no capítulo precedente.

Figura 6 - Evolução do volume de negócios das empresas por Município (1992-1996), em milhões de contos



Critério de ordenação: volume de negócios em 1996.

4. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SECTORIAL DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

4.1. Estabelecimentos e emprego por sectores

Recolheu-se informação que permite uma descrição da evolução recente das actividades económicas da Região, no que respeita aos grandes sectores produtivos, tendo como fonte o Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e Solidariedade que disponibilizou dados sobre o emprego por conta de outrem, por estabelecimentos a nível concelhio.

A evolução refere-se ao período 1985 a 1997, com informação sobre os anos de 1985 (anterior à construção da A8), 1991 (início da construção) e 1997 (conclusão até Caldas da Rainha), tendo-se apreciado o comportamento evolutivo de:

?? Número de estabelecimentos em actividade;

?? Números de pessoas ao serviço.

A Figura 8 evidencia as grandes discrepâncias económicas entre concelhos: de um lado estão os concelhos com estruturas económicas mais densas e diversificadas (T. Vedras, Mafra, Alcobaça e Caldas), do outro lado estão concelhos com estruturas empresariais débeis com reduzido número de estabelecimentos empregando pessoal por conta de outrem (Sobral, Bombarral, Arruda, Cadaval).

As diferenças encontradas marcam, mais uma vez, a dicotomia entre os concelhos urbanos da Região e os concelhos mais rurais e piscatórios.

Quanto à repartição sectorial e à sua evolução, os Quadros 9A e 9B e a Figura 9 destacam claramente, na maioria dos concelhos, **o crescimento de importância do terciário (serviços) que tende a ser predominante**, à custa da redução do sector primário onde sempre existiram poucos

estabelecimentos empresariais com empregados por conta de outrém, isto é, onde havia muita actividade agrícola por conta própria.

As excepções à predominância do terciário são as dos concelhos de Azambuja e Alenquer (mancha industrial beneficiária da melhoria de acessibilidades proporcionada pela A1) e os concelhos de Alcobaça e Rio Maior. **Em qualquer dos casos não se evidenciam ganhos relativos de relevância da indústria nos concelhos directamente servidos pelo eixo A8/IC1.**

QUADRO 9A

PESSOAL AO SERVIÇO EM ESTABELECIMENTOS, POR SECTORES DE ACTIVIDADE (%)

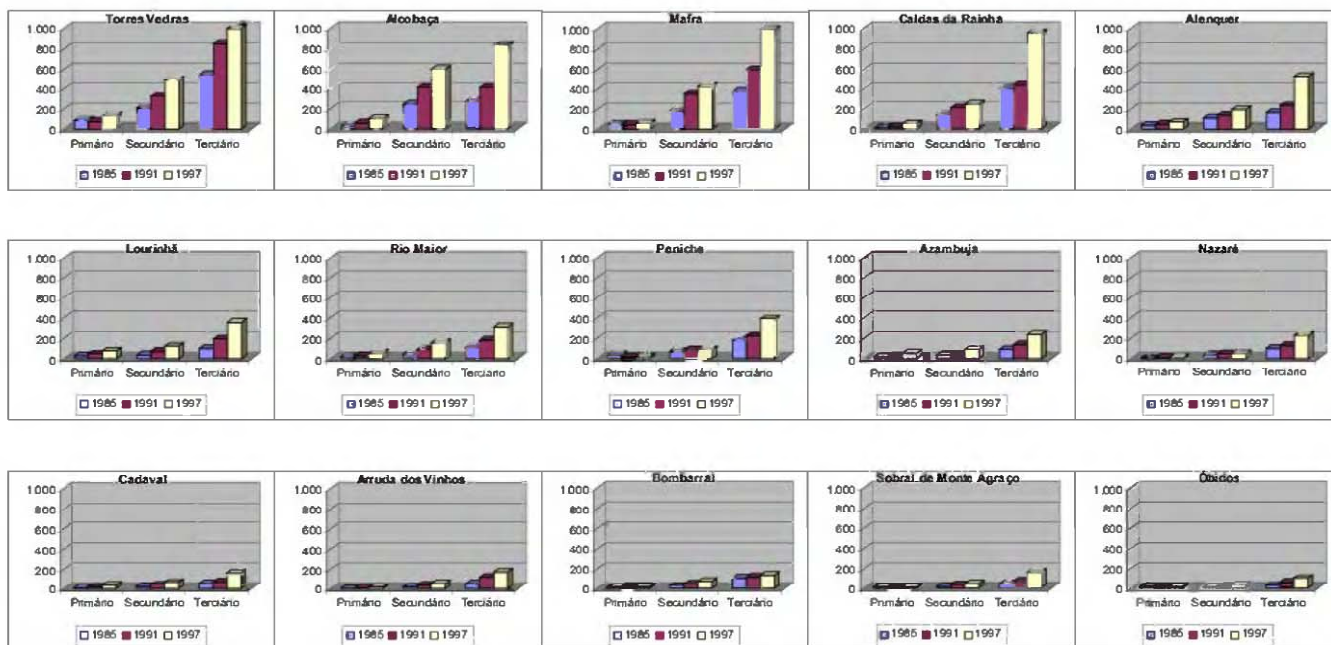
	Primário			Secundário			Terciário			Sector dominante
	1985	1991	1997	1985	1991	1997	1985	1991	1997	em 1997
Alcobaça	29	3,4	3,8	77,2	79,7	70,5	19,9	16,9	25,7	Secundário
Alenquer	11,4	11,2	7,8	64,7	65,1	52,0	23,9	23,7	40,3	Secundário
Aruda V.	0,3	2,5	2,8	70,8	45,1	32,3	28,9	52,5	64,9	Terciário
Azambuja	8,7	8,0	5,8	74,7	69,3	48,5	16,5	22,7	45,6	Secundário
Bombarral	4,7	12,2	10,0	42,6	48,9	51,4	52,7	39	38,6	Secundário
Cadaval	11,0	15,9	9,9	48,7	40,3	38,3	40,3	43,9	51,7	Terciário
Caldas R.	21	1,2	1,6	57,6	58,8	38,8	40,3	40	59,6	Terciário
Lourinhã	17,5	21,8	17,2	44,2	42,1	32,8	38,3	36,0	49,9	Terciário
Mafra	4,1	2,8	2,0	52,3	60,5	45,8	43,6	36,7	52,2	Terciário
Nazaré	21	6,3	3,2	55,2	46,7	39,9	42,7	48,9	56,8	Terciário
Ózidos	33,3	27,4	12,7	27,5	28,4	26,6	39,2	44,2	61,8	Terciário
Peniche	23,1	12,3	9,8	46,2	45,9	36,0	30,7	41,8	54,2	Terciário
Rio Maior	9,1	7,2	9,2	56,9	54,8	53,4	34,0	38,0	37,3	Secundário
Sobral MA.	21	5,2	2,6	35,2	37,9	44,8	62,7	56,9	52,6	Terciário
T.Vedras	3,5	3,5	4,1	55,5	49,4	43,4	41,0	47,2	52,5	Terciário

QUADRO 9B

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, POR SECTORES DE ACTIVIDADE (%)

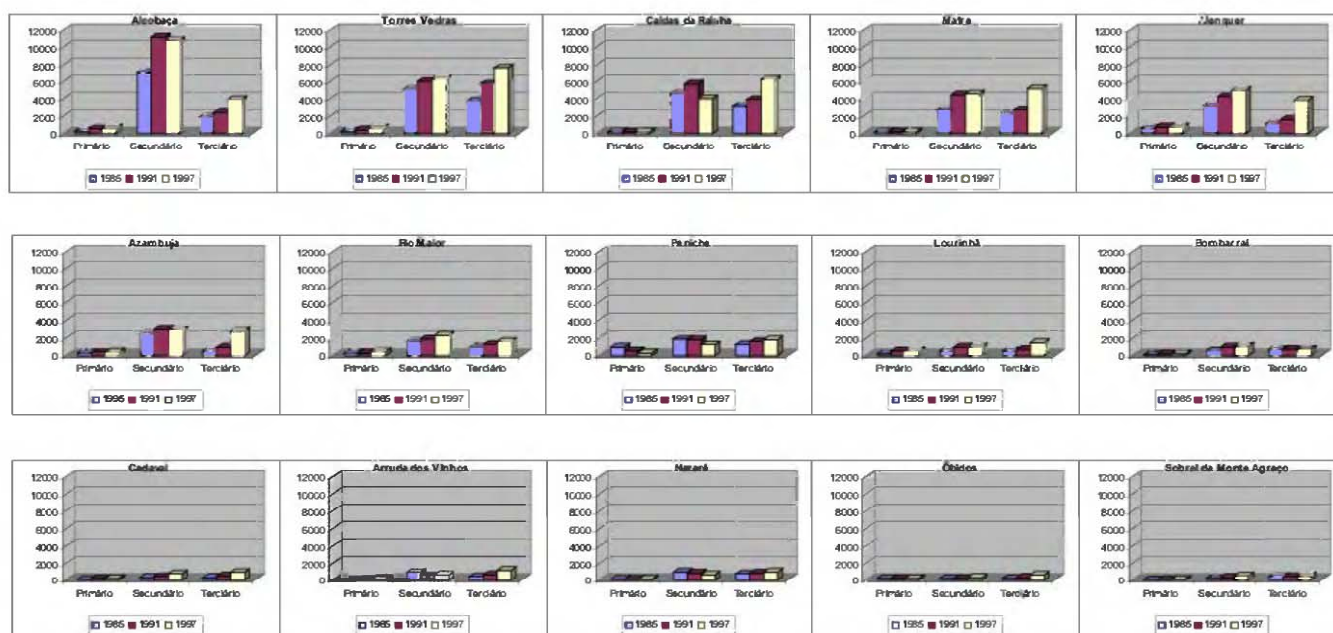
	Primário			Secundário			Terciário		
	1985	1991	1997	1985	1991	1997	1985	1991	1997
Alcobaça	5,3	6,7	6,8	45,2	47,0	39,0	49,5	46,3	54,1
Alenquer	11,9	12,0	8,7	35,2	32,3	24,6	52,9	55,7	66,7
Arruda V.	3,8	5,4	6,5	28,8	22,9	23,0	67,5	71,7	70,6
Azambuja	12,9	13,9	15,0	26,5	20,8	23,4	60,6	65,3	61,6
Bombarral	7,0	9,4	7,4	21,0	26,0	31,7	72,0	64,6	60,9
Cadaval	11,7	17,6	14,9	27,7	29,6	25,1	60,6	52,8	60,0
Caldas R.	2,4	2,8	4,1	24,5	31,6	19,8	73,1	65,5	76,2
Lourinhã	17,0	15,9	14,2	23,6	23,4	22,3	59,4	60,6	63,6
Mafra	7,9	4,5	3,7	30,1	35,1	29,1	62,0	60,4	67,2
Nazaré	4,1	7,3	2,9	26,7	24,5	15,9	69,2	68,2	81,2
Óbidos	29,8	19,0	10,4	22,8	19,0	24,5	47,4	62,0	65,0
Peniche	12,8	5,6	3,8	24,7	25,3	17,8	62,5	69,1	78,3
Rio Maior	11,4	9,8	10,7	26,6	29,4	29,2	62,0	60,8	60,1
Sobral MA.	11,4	8,7	5,7	25,3	30,7	21,3	63,3	60,6	73,0
T.Vedras	9,8	6,0	6,8	25,2	26,1	26,3	65,0	67,9	66,9

Figura 8 - Evolução do número de estabelecimentos por sectores (1985-1997)



Critério de ordenação: Número total de estabelecimentos, em 1997.

Figura 9 - Evolução do número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos por sectores



Critério de ordenação: Número total de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, em 1997.

4.2. Análise da evolução dos principais sectores

O Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e Solidariedade, dispõe e trata os quadros de pessoal das empresas com empregados por conta de outrém (cujo preenchimento e entrega é obrigatório).

A análise foi desagregada pelos seguintes sectores económicos:

- ?? **Agricultura e Pescas** (Quadro 10 e Figura 10);
- ?? **Indústria** (Extractiva, Transformadora, e Produção de Gás, Electricidade e Água) (Quadro 11 e Figura 11) e **Construção** (Quadro 12 e Figura 12);
- ?? **Comércio** (Quadro 13 e Figura 13);
- ?? **Turismo** (Restaurantes e Hotéis) (Quadro 14 e Figura 14);
- ?? **Transportes, Armazenagem e Comunicações** (Quadro 15 e Figura 15);
- ?? **Outros serviços a empresas** (Quadro 16 e Figura 16).

Faz-se seguidamente a apreciação do comportamento a nível concelhio de cada sector, no período em análise:

4.2.1. Agricultura e Pescas

Estas actividades na Região são **predominantemente exercidas por conta própria e por empresários em nome individual** e em regime de economia de subsistência.

Os estabelecimentos empresariais com pessoal empregado por conta de outrem são poucos e constituem a componente do sector **mais inserida na economia de mercado**.

Entre 1985 e 1997, no total da Região, registou-se um aumento, quer dos estabelecimentos pertencentes a empresas, quer do emprego (o pessoal reduziu-se depois de 1991):

Anos	Estabelecimentos (n ^o)	Pessoal (n ^o)
1985	330	2.836
1991	427	3.420
1997	659	3.393

Como se verifica através do Quadro 10 e da Figura 10, a evolução da Agricultura e Pescas **foi bastante diferenciada** nos vários concelhos da Região, sendo de destacar:

- ?? **O comportamento largamente negativo dos concelhos de Peniche e Óbidos**, cuja justificação se encontra na crise do sector da pesca, e que não sofreu qualquer inflexão favorável mesmo após 1991 com a abertura da A8/IC1;
- ?? **O comportamento largamente positivo dos concelhos rurais** – Bombarral, Arruda, Cadaval, Lourinhã, Sobral – aparentando uma evolução no sentido da criação de estruturas empresariais novas no sector da agricultura;
- ?? **Uma evolução igualmente favorável**, após 1991, do concelho de maior relevância demográfica e económica – Torres Vedras – bem como de concelhos charneira, tais como Alcobaça e Rio Maior.

QUADRO 10- EVOLUÇÃO EMPRESARIAL DA AGRICULTURA E PESCAS NO OESTE

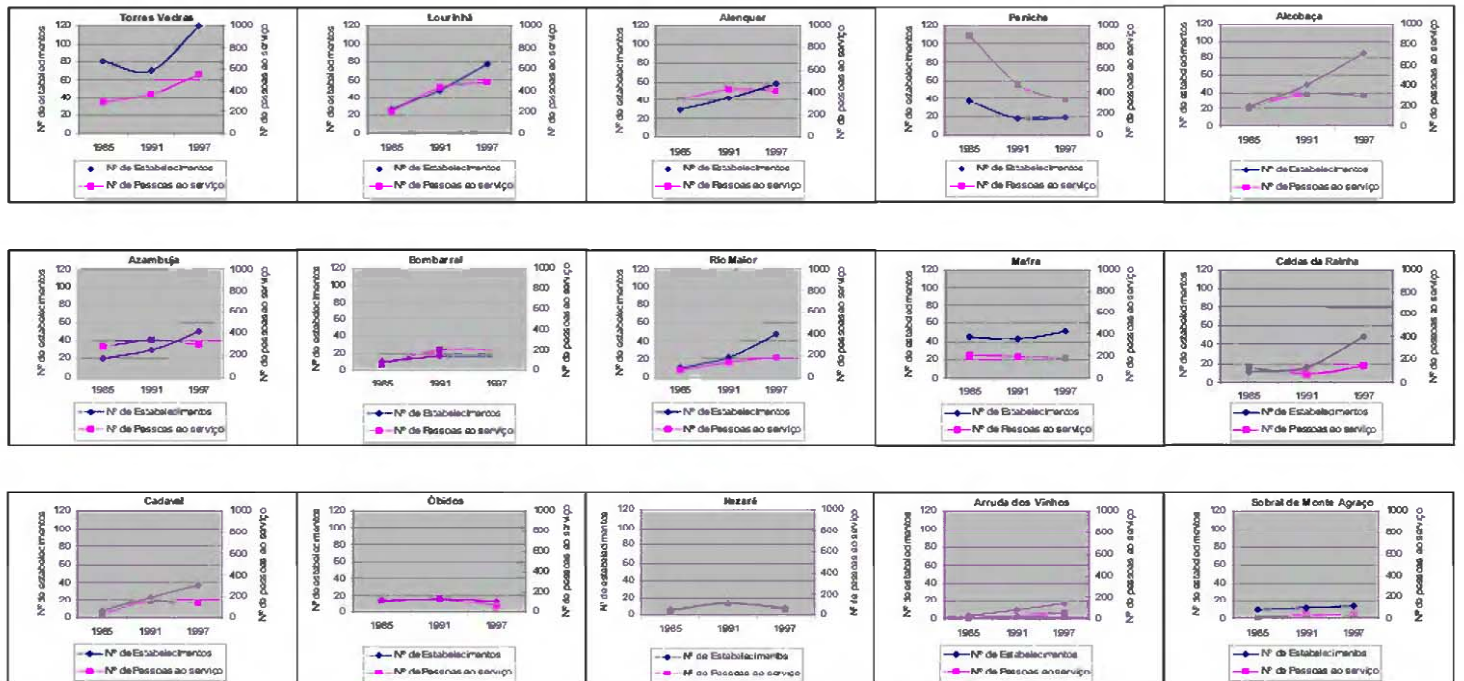
(Análise por estabelecimentos)

CONCELHOS	Nº de Estabelecimentos			Variação 1985/97	Nº de Pessoas ao serviço			Variação 1985/97	Dimensão média		
	1985	1991	1997		1985	1991	1997		1985	1991	1997
Alcobaça	22	49	86	290,9%	170	324	307	80,6%	7,7	6,6	3,6
Bombarral	10	16	16	60,0%	53	199	193	264,2%	5,3	12,4	12,1
Caldas da Rainha	11	16	48	336,4%	131	70	143	9,2%	11,9	4,4	3,0
Nazaré	6	14	8	33,3%	34	106	51	50,0%	5,7	7,6	6,4
Óbidos	14	16	13	-7,1%	103	123	64	-37,9%	7,4	7,7	4,9
Periche	37	18	19	-48,6%	909	465	322	-64,6%	24,6	25,8	16,9
Alenquer	30	42	58	93,3%	348	438	418	20,1%	11,6	10,4	7,2
Arruda dos Vinhos	3	9	16	433,3%	4	30	48	1100,0%	1,3	3,3	3,0
Azambuja	20	30	50	150,0%	280	335	297	6,1%	14	11,2	5,9
Cadaval	7	23	37	428,6%	33	155	138	318,2%	4,7	6,7	3,7
Lourinhã	26	49	77	196,2%	201	435	481	139,3%	7,7	8,9	6,2
Mafra	45	43	51	13,3%	202	197	177	-12,4%	4,5	4,6	3,5
Sobral de Monte Agr.	9	11	13	44,4%	12	38	27	125,0%	1,3	3,5	2,1
Torres Vedras	80	70	120	50,0%	284	369	548	93,0%	3,6	5,3	4,6
Rio Maior	10	21	47	370,0%	72	136	179	148,6%	7,2	6,5	3,8
TOTAL	330	427	659	99,7%	2636	3420	3393	19,6%	6,6	6,0	5,1

FONTE: Departamento de Estatística do MTS

NOTA: A Agricultura e Pescas abrange a Divisão 1 da CAE de 1973 e as secções A e B da actual CAE

Figura 10 - Evolução empresarial na Agricultura e Pescas, entre 1985 e 1997



Critério de ordenação: total de emprego na Agricultura e Pesca em 1997.

4.2.2 – Indústria e Construção

Sob esta designação agruparam-se os sectores das indústrias extractivas e transformadoras e a produção de energia, gás e água, bem como a construção civil e obras públicas.

Globalmente na Indústria registou-se na Região um crescimento satisfatório do número de estabelecimentos e do número de pessoas ao serviço, que o Quadro 11 e Figura 11 discriminam por concelhos:

Anos	Estabelecimentos (n ^o)	Pessoal (n ^o)
1985	1.075	29.518
1991	1.452	37.948
1997	1.912	36.108

Assinale-se na indústria o papel **largamente destacado do concelho de Alcobaça**, em contraste com a modéstia de diversos concelhos com menos de 500 empregados na indústria.

A nível de evolução sectorial e concelhia, destacam-se:

- ?? **A dinâmica favorável** da criação de empresas em Alcobaça, Bombarral, Óbidos, Azambuja, Cadaval, Sobral e Rio Maior, com maior expressão dos pequenos concelhos, mostrando alguma tendência de disseminação da indústria no território;
- ?? Pelo contrário, os concelhos litorais – Nazaré, Peniche, Caldas, Lourinhã – **perderam emprego na indústria**.

**QUADRO 11- EVOLUÇÃO EMPRESARIAL DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA E TRANSFORMADORA
ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA NO OESTE**

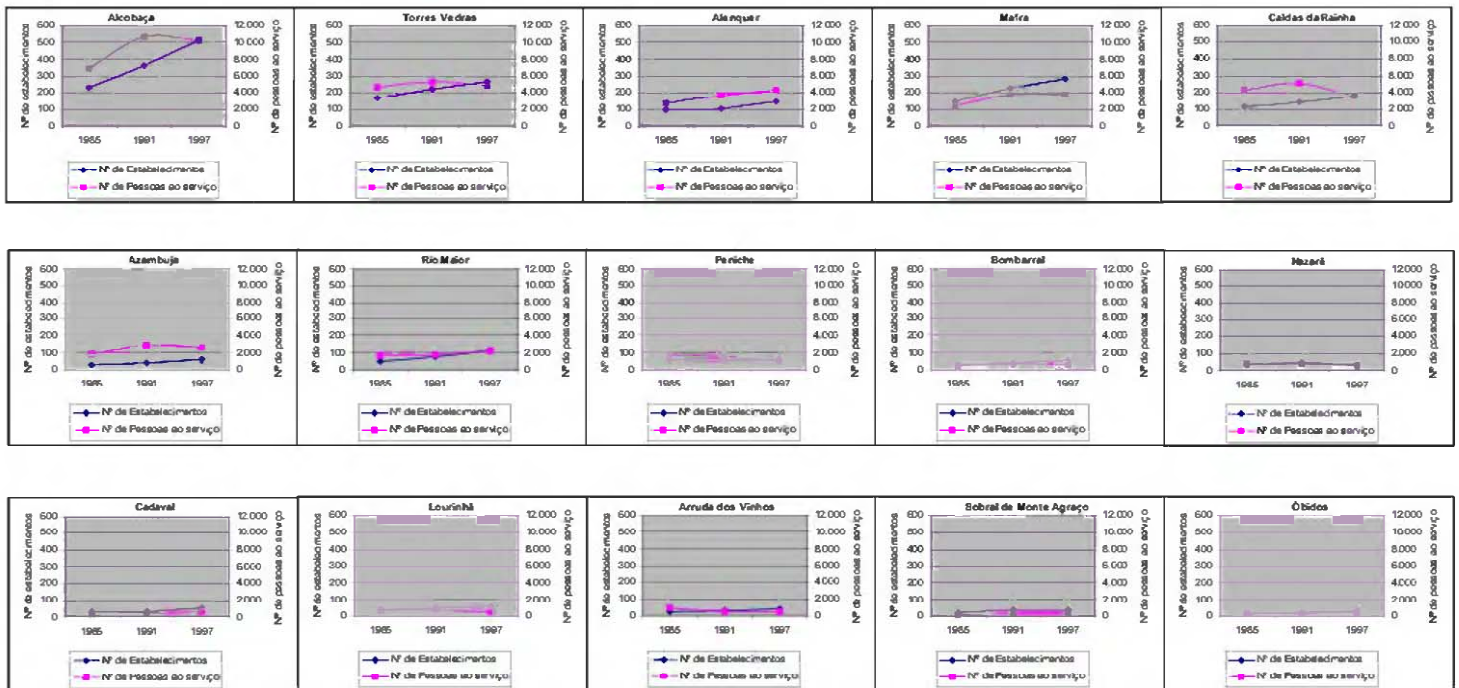
(Análise por estabelecimentos)

CONCELHOS	Nº de Estabelecimentos			Variação 1985/97	Nº de Pessoas ao serviço			Variação 1985/97	Dimensão média		
	1985	1991	1997		1985	1991	1997		1985	1991	1997
Alcobaça	233	362	512	119,7%	6897	10657	10250	48,6%	29,6	29,4	20,0
Bombarral	28	36	56	100,0%	435	675	644	48,0%	15,5	18,8	11,5
Caldas da Rainha	114	141	179	57,0%	4354	5077	3610	-17,1%	38,2	36,0	20,2
Nazaré	34	41	32	-5,9%	792	741	590	-25,5%	23,3	18,1	18,4
Óbidos	12	16	26	116,7%	171	237	246	43,9%	14,3	14,8	9,5
Peniche	61	56	60	-1,6%	1708	1510	1022	-40,2%	28,0	27,0	17,0
Alenquer	99	102	149	50,5%	2749	3681	4359	58,6%	27,8	36,1	29,3
Arruda dos Vinhos	21	25	36	71,4%	871	489	461	-47,1%	41,5	19,6	12,8
Azambuja	30	37	62	106,7%	1891	2851	2607	37,9%	63,0	77,1	42,0
Cadaval	25	30	47	88,0%	243	342	569	134,2%	9,7	11,4	12,1
Lourinhã	34	42	54	58,8%	510	671	473	-7,3%	15,0	16,0	8,8
Mafra	146	231	281	92,5%	2430	3773	3788	55,9%	16,6	16,3	13,5
Sobral de Monte Agr.	16	31	34	112,5%	154	228	365	137,0%	9,6	7,4	10,7
Torres Vedras	171	226	270	57,9%	4662	5310	4900	5,1%	27,3	23,5	18,1
Rio Maior	51	76	114	123,5%	1651	1706	2224	34,7%	32,4	22,4	19,5
TOTAL	1075	1452	1912	77,9%	29518	37948	36108	22,3%	27,5	26,1	18,9

FONTE: Departamento de Estatística do MTS

NOTA: As indústrias extractiva, transformadora, electricidade, gás e água incluem as divisões 2,3 e 4 da CAE de 1973 e as secções C, D e E da actual CAE

Figura 11 - Evolução empresarial das Indústrias Extractiva e Transformadora e electricidade, gás e água



Crítério de ordenação: total de emprego nas Indústrias Extractiva e Transformadoras e Electricidade, Gás e Água, em 1997.

A construção foi um dos sectores que evoluíram de modo mais dinâmico no período 1985-97, visto que o número de estabelecimentos **mais que quadruplicou e o número de pessoas ao serviço duplicou:**

Anos	Estabelecimentos (n^o)	Pessoal (n^o)
1985	206	2.974
1991	522	4.761
1997	907	6.470

Os crescimentos mais acentuados **ocorreram nos concelhos da Lourinhã e Arruda.**

O Quadro 12 e a Figura 12 mostram evoluções favoráveis nos principais concelhos urbanos.

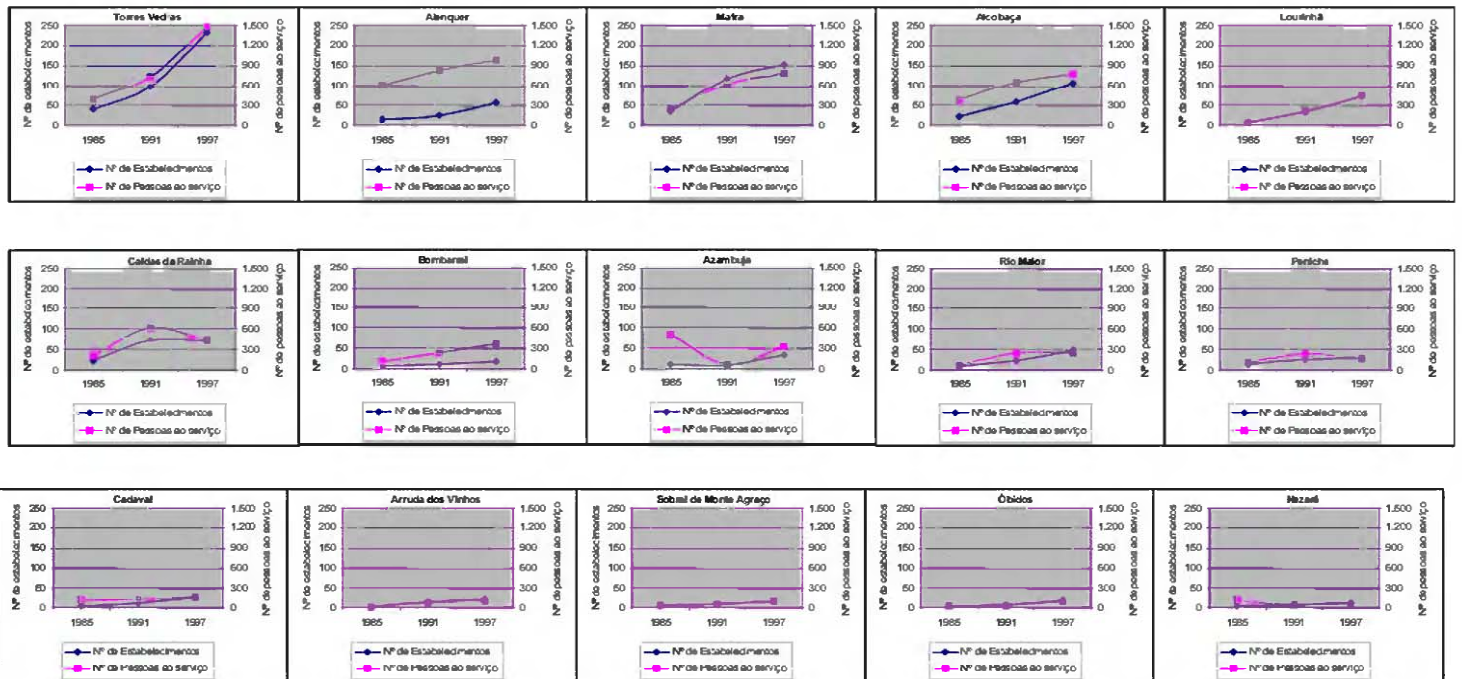
QUADRO 12- EVOLUÇÃO EMPRESARIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NO OESTE
(Análise por estabelecimentos)

CONCELHOS	Nº de Estabelecimentos			Variação 1985/97	Nº de Pessoas ao serviço			Variação 1985/97	Dimensão média		
	1985	1991	1997		1985	1991	1997		1985	1991	1997
Alcobaça	23	60	106	360,9%	380	651	773	103,4%	16,5	10,9	7,3
Bombarral	6	12	18	200,0%	111	234	368	231,5%	18,5	19,5	20,4
Caldas da Rainha	22	72	71	222,7%	210	611	440	109,5%	9,5	8,5	6,2
Nazaré	5	6	12	140,0%	109	40	40	-63,3%	21,8	6,7	3,3
Óbidos	4	6	18	350,0%	22	33	85	286,4%	5,5	5,5	4,7
Peniche	13	26	28	115,4%	114	226	165	44,7%	8,8	8,7	5,9
Alenquer	17	26	56	229,4%	615	837	977	58,9%	36,2	32,2	17,4
Arruda dos Vinhos	2	13	21	950,0%	15	63	96	540,0%	7,5	4,8	4,6
Azambuja	11	8	34	209,1%	503	62	322	-36,0%	45,7	7,8	9,5
Cadaval	5	12	26	420,0%	104	125	152	46,2%	20,8	10,4	5,8
Lourinhã	7	33	72	928,6%	39	215	456	1069,2%	5,6	6,5	6,3
Mafra	36	119	152	322,2%	245	634	788	221,6%	6,8	5,3	5,2
Sobral de Monte Agr.	4	8	15	275,0%	45	49	93	106,7%	11,3	6,1	6,2
Torres Vedras	42	98	231	450,0%	393	741	1469	273,8%	9,4	7,6	6,4
Rio Maior	9	23	47	422,2%	69	240	246	256,5%	7,7	10,4	5,2
TOTAL	206	522	907	340,3%	2974	4761	6470	117,6%	14,4	9,1	7,1

FONTE: Departamento de Estatística do MTS

NOTA-A indústria da construção abrange a Divisão 5 da CAE de 1973 e a secção F da actual CAE

Figura 12 - Evolução empresarial da Indústria da Construção, entre 1985 e 1997



Critério de ordenação: total de emprego I da Construção, em 1997.

4.2.3. Comércio

O comércio por grosso e a retalho concentra-se nos concelhos mais urbanos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Mafra e Torres Vedras.

No período de 1985 a 1997 a sua evolução foi positiva em todos os concelhos, como se mostra no Quadro 13 e Figura 13.

Globalmente o número de estabelecimentos comerciais e o número de pessoas ao serviço mais do que duplicaram:

Anos	Estabelecimentos (n ^o)	Pessoal (n ^o)
1985	1.446	8.246
1991	2.108	11.570
1997	3.822	19.382

Destaca-se a evolução significativa do pessoal no concelho de Azambuja, atribuível à **forte implantação do comércio por grosso após 1991**, provocando um efeito de aumento da dimensão média, que se situa muito acima dos restantes concelhos. Este fenómeno nada tem a ver com a A8, mas mais com a A1.

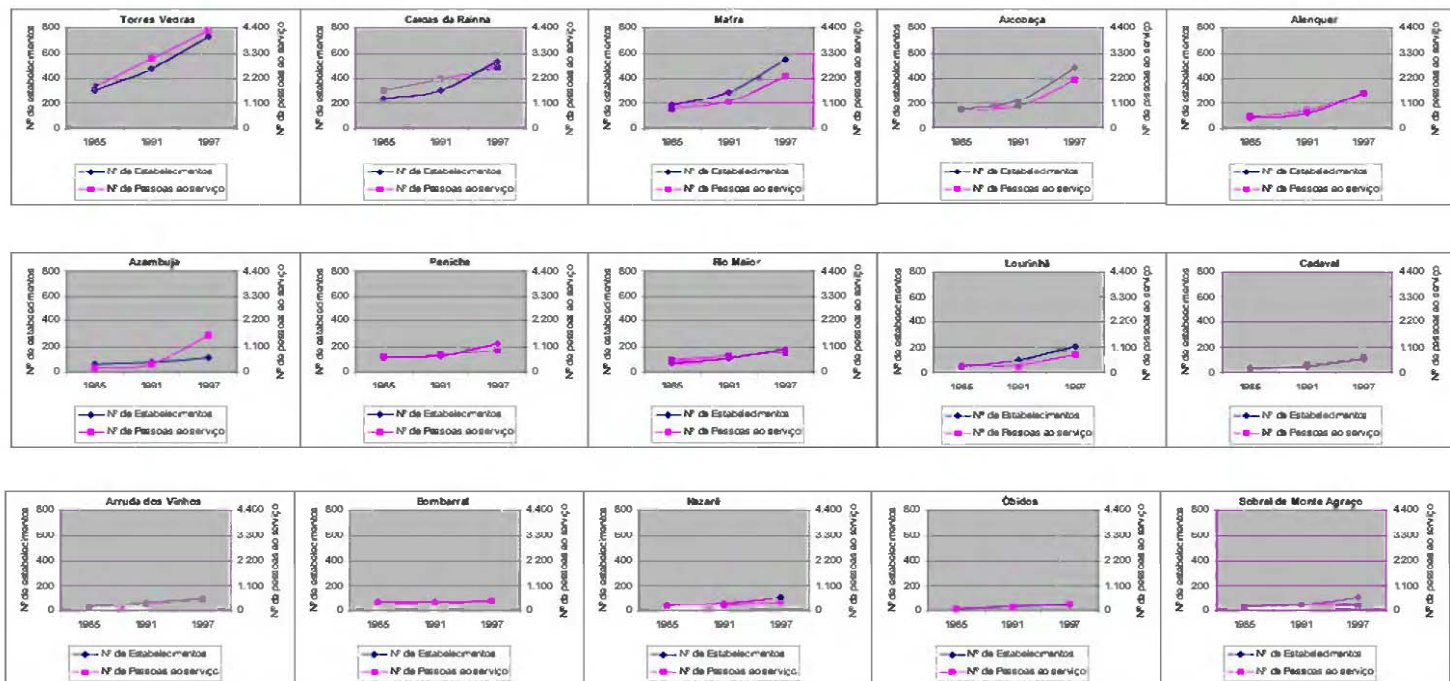
QUADRO 13- EVOLUÇÃO EMPRESARIAL DO COMÉRCIO NO OESTE
(Análise por estabelecimentos)

CONCELHOS	Nº de Estabelecimentos			Variação 1985/97	Nº de Pessoas ao serviço			Variação 1985/97	Dimensão média		
	1985	1991	1997		1985	1991	1997		1985	1991	1997
Alcobaça	143	220	483	237,8%	817	980	2106	157,8%	5,7	4,5	4,4
Bombarral	73	70	83	13,7%	331	334	459	38,7%	4,5	4,8	5,5
Caldas da Rainha	238	307	533	123,9%	1687	2156	2654	57,3%	7,1	7,0	5,0
Nazaré	43	55	106	146,5%	219	200	342	56,2%	5,1	3,6	3,2
Óbidos	10	29	45	350,0%	55	147	264	380,0%	5,5	5,1	5,9
Peniche	106	121	221	108,5%	657	740	922	40,3%	6,2	6,1	4,2
Alenquer	81	115	283	249,4%	518	768	1569	202,9%	6,4	6,7	5,5
Arruda dos Vinhos	27	65	99	266,7%	102	237	479	369,6%	3,8	3,6	4,8
Azambuja	56	75	109	94,6%	167	307	1548	826,9%	3,0	4,1	14,2
Cadaval	35	42	99	182,9%	138	317	647	368,8%	3,9	7,5	6,5
Lourinhã	51	97	206	303,9%	228	311	760	233,3%	4,5	3,2	3,7
Mafra	184	293	546	196,7%	843	1141	2296	172,4%	4,6	3,9	4,2
Sobral de Monte Agr.	26	42	107	311,5%	142	221	259	82,4%	5,5	5,3	2,4
Torres Vedras	306	473	727	137,6%	1826	3023	4281	134,4%	6,0	6,4	5,9
Rio Maior	67	104	175	161,2%	516	688	796	54,3%	7,7	6,6	4,5
TOTAL	1446	2108	3822	164,3%	8246	11570	19382	135,0%	5,7	5,5	5,1

FONTE: Departamento de Estatística do MTS

NOTA-As actividades do Comércio por grosso e a retalho abrangem as Subdivisões 6.1 e 6.2 da CAE de 1973 e a secção G da actual CAE

Figura 13 - Evolução empresarial do Comércio, entre 1985 e 1997



Critério de ordenação: total de emprego no Comércio, em 1997.

4.2.4. Hotelaria e Restauração

O sector do turismo registou também um grande crescimento dos estabelecimentos e do emprego em todos os concelhos, o que se relaciona certamente com a melhoria de acessibilidades:

Anos	Estabelecimentos (n ^o)	Pessoal (n ^o)
1985	289	1.678
1991	554	2.612
1997	1.052	4.215

Assinalam-se como aspectos mais relevantes, evidenciados no Quadro 14 e Figura 14:

- ?? A reduzida **dimensão média dos estabelecimentos**, que revela o grande peso dos pequenos estabelecimentos de comidas e bebidas;
- ?? A **estrutura ainda muito frágil** deste sector em concelhos rurais, como Arruda, Bombarral, Cadaval, Sobral de Monte Agraço, apesar dos crescimentos registados.

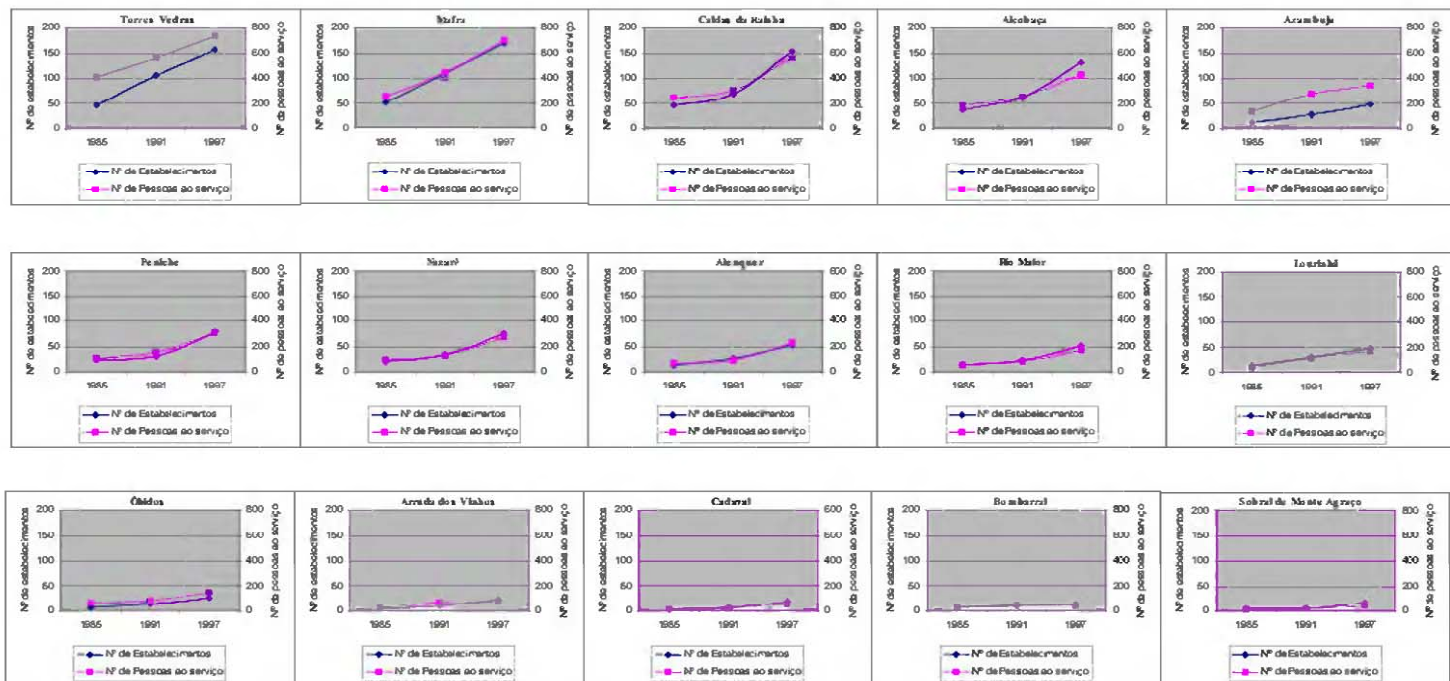
QUADRO 14- EVOLUÇÃO EMPRESARIAL DA HOTELARIA E RESTAURAÇÃO NO OESTE
(Análise por estabelecimentos)

CONCELHOS	Nº de Estabelecimentos			Variação 1985/97	Nº de Pessoas ao serviço			Variação 1985/97	Dimensão média		
	1985	1991	1997		1985	1991	1997		1985	1991	1997
Alcobaça	37	61	131	254,1%	183	256	431	135,5%	4,9	4,2	3,3
Bombarral	6	10	13	116,7%	30	46	40	33,3%	5,0	4,6	3,1
Caldas da Rainha	46	70	152	230,4%	244	303	557	128,3%	5,3	4,3	3,7
Nazaré	20	32	75	275,0%	93	121	268	188,2%	4,7	3,8	3,6
Óbidos	6	13	25	316,7%	56	79	145	158,9%	9,3	6,1	5,8
Peniche	23	30	76	230,4%	101	153	308	205,0%	4,4	5,1	4,1
Alenquer	12	25	53	341,7%	63	87	223	254,0%	5,3	3,5	4,2
Arruda dos Vinhos	3	9	21	600,0%	19	63	64	236,8%	6,3	7,0	3,0
Azambuja	11	28	48	336,4%	129	277	342	165,1%	11,7	9,9	7,1
Cadaval	2	6	18	800,0%	5	14	43	760,0%	2,5	2,3	2,4
Lourinhã	12	30	47	291,7%	40	109	161	302,5%	3,3	3,6	3,4
Mafra	51	109	169	231,4%	252	445	696	176,2%	4,9	4,1	4,1
Sobral de Monte Agr.	3	4	17	466,7%	9	18	37	311,1%	3,0	4,5	2,2
Torres Vedras	45	106	156	246,7%	406	559	733	80,5%	9,0	5,3	4,7
Rio Maior	12	21	51	325,0%	48	82	167	247,9%	4,0	3,9	3,3
TOTAL	289	554	1052	264,0%	1678	2612	4215	151,2%	5,8	4,7	4,0

FONTE: Departamento de Estatística do MTS

NOTA-As actividades da Hotelaria e Restauração abrangem a Subdivisão 6.3 da CAE de 1973 e a secção H da actual CAE

Figura 14 - Evolução empresarial da Hotelaria e Restauração, entre 1985 e 1997



Critério de ordenação: total de emprego na Hotelaria e Restauração, em 1997.

4.2.5. Transportes, Armazenagem e Comunicações

O Quadro 15 e a Figura 15 mostram que a generalidade dos concelhos teve uma evolução favorável destes sectores no período amplo que se analisam, quer em termos de estabelecimentos, quer em termos de emprego por conta de outrém:

Anos	Estabelecimentos (n^o)	Pessoal (n^o)
1985	122	2.320
1991	208	2.804
1997	398	4.491

A dinâmica de crescimento foi claramente superior no período de 1991/97 relativamente ao período de 1985/91, **facto a que não deve ser indiferente a melhoria de acessibilidades, quer através da A8, quer da A1**, fazendo destacar como cada vez mais importantes neste sector os concelhos de:

- ?? **Alenquer e Azambuja** – fortes beneficiários das melhorias no eixo da A1;
- ?? **Mafra e Torres Vedras** – fortes beneficiários das melhorias do eixo A8/IC1.

Assinale-se ainda o crescimento notável deste sector nos concelhos agrícolas de Arruda e Cadaval, a que não será indiferente o desenvolvimento de empresas de distribuição.

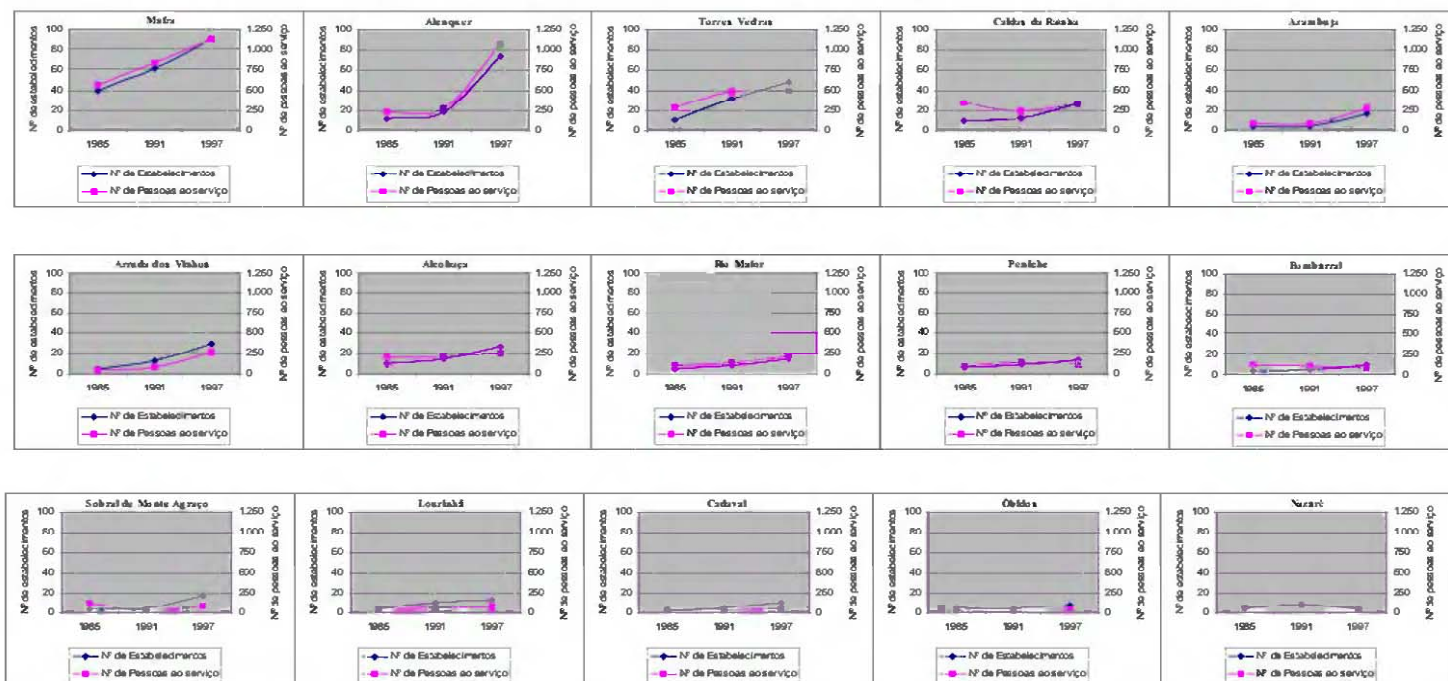
QUADRO 15 - EVOLUÇÃO EMPRESARIAL DOS TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES NO OESTE
(Análise por estabelecimentos)

CONCELHOS	Nº de Estabelecimentos			Variação 1985/97	Nº de Pessoas ao serviço			Variação 1985/97	Dimensão média		
	1985	1991	1997		1985	1991	1997		1985	1991	1997
Alcobaça	10	15	26	160,0%	206	210	254	23,3%	20,6	14,0	9,8
Bombarral	4	5	9	125,0%	111	105	83	-25,2%	27,8	21,0	9,2
Caldas da Rainha	9	12	26	188,9%	343	240	329	-4,1%	38,1	20,0	12,7
Nazaré	4	8	4	0,0%	67	95	32	-52,2%	16,8	11,9	8,0
Óbidos	5	4	7	40,0%	22	16	32	45,5%	4,4	4,0	4,6
Peniche	6	9	14	133,3%	87	151	128	47,1%	14,5	16,8	9,1
Alenquer	11	18	74	572,7%	231	274	1071	363,6%	21,0	15,2	14,5
Arruda dos Vinhos	5	13	29	480,0%	40	75	264	560,0%	8,0	5,8	9,1
Azambuja	4	4	16	300,0%	84	75	274	226,2%	21,0	18,8	17,1
Cadaval	2	5	10	400,0%	20	24	42	110,0%	10,0	4,8	4,2
Lourinhã	4	10	13	225,0%	49	62	66	34,7%	12,3	6,2	5,1
Mafra	40	61	90	125,0%	563	832	1127	100,2%	14,1	13,6	12,5
Sobral de Monte Agr.	3	4	17	466,7%	109	22	77	-29,4%	36,3	5,5	4,5
Torres Vedras	10	32	48	380,0%	286	488	495	73,1%	28,6	15,3	10,3
Rio Maior	5	8	15	200,0%	102	135	217	112,7%	20,4	16,9	14,5
TOTAL	122	208	398	226,2%	2320	2804	4491	93,6%	19,0	13,5	11,3

FONTE: Departamento de Estatística do MTS

NOTA-As actividades de Transportes, Comunicações e Armazenagem abrangem a Divisão 7 da CAE de 1973 e a secção I da actual CAE

Figura 15 - Evolução empresarial dos Transportes, Armazenagem e Comunicações, entre 1985 e 1997



Critério de ordenação: total de emprego nos Transportes, Armazenagem e Comunicações, em 1997.

4.2.6. Actividades financeiras, imobiliárias e de serviços a empresas

Nestas actividades o número de estabelecimentos quase **quintuplicou** e o número de pessoas ao serviço **quadruplicou** no período de 1985 a 1997:

Anos	Estabelecimentos (n^o)	Pessoal (n^o)
1985	160	1.496
1991	330	2.459
1997	863	5.784

O Quadro 16 e a Figura 16 evidenciam o percurso da Região Oeste em direcção **a uma economia de serviços**, e mostram, em grandeza absoluta, o papel reforçado que o **núcleo de Caldas da Rainha e o núcleo adjacente (Óbidos) estão a conseguir** com o crescimento notável de 1991 para 1997.

Entre os demais concelhos destacam-se **Azambuja e Alenquer**, cujo crescimento se referencia à A1 e à descentralização da Área Metropolitana de Lisboa.

**QUADRO 16 - EVOLUÇÃO EMPRESARIAL DAS ACTIVIDADES FINANCEIRAS,IMOBILIÁRIAS E SERVIÇOS A EMPRESAS
NO OESTE**

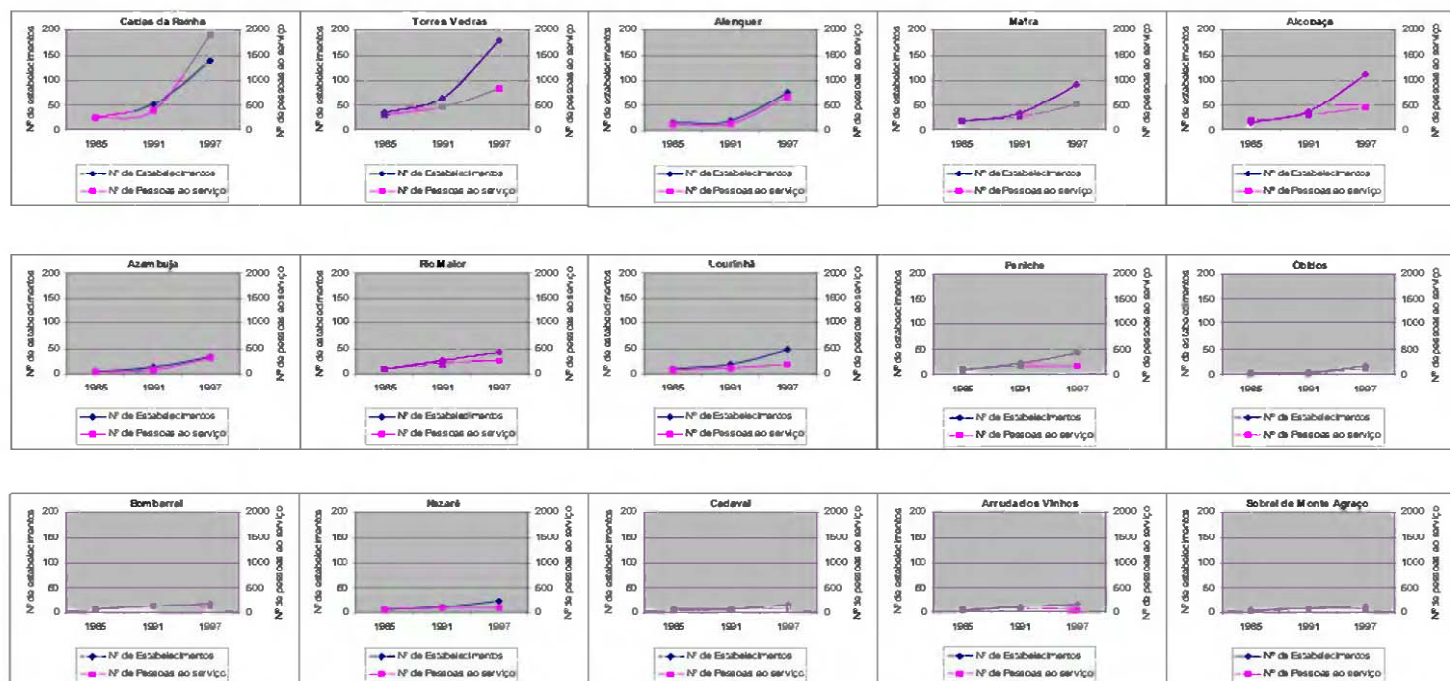
(Análise por estabelecimentos)

CONCELHOS	Nº de Estabelecimentos			Variação 1985/97	Nº de Pessoas ao serviço			Variação 1985/97	Dimensão média		
	1985	1991	1997		1985	1991	1997		1985	1991	1997
Alcobaça	15	36	110	633,3%	184	296	445	141,8%	12,3	8,2	4,0
Bombarral	5	12	19	280,0%	64	121	101	57,8%	12,8	10,1	5,3
Caldas da Rainha	23	50	139	504,3%	239	387	1893	692,1%	10,4	7,7	13,6
Nazaré	5	11	24	380,0%	46	90	95	106,5%	9,2	8,2	4,0
Óbidos	2	4	17	750,0%	20	23	102	410,0%	10,0	5,8	6,0
Peniche	9	21	41	355,6%	88	159	172	95,5%	9,8	7,6	4,2
Alenquer	14	18	76	442,9%	102	124	673	559,8%	7,3	6,9	8,9
Arruda dos Vinhos	3	11	16	433,3%	32	50	66	106,3%	10,7	4,5	4,1
Azambuja	4	12	32	700,0%	45	79	310	588,9%	11,3	6,6	9,7
Cadaval	5	6	17	240,0%	32	48	71	121,9%	6,4	8,0	4,2
Lourinhã	10	19	48	380,0%	74	111	177	139,2%	7,4	5,8	3,7
Mafra	17	32	91	435,3%	159	250	516	224,5%	9,4	7,8	5,7
Sobral de Monte Agr.	4	8	12	200,0%	27	66	65	140,7%	6,8	8,3	5,4
Torres Vedras	35	64	179	411,4%	297	460	842	183,5%	8,5	7,2	4,7
Rio Maior	9	26	42	366,7%	87	195	256	194,3%	9,7	7,5	6,1
TOTAL	160	330	863	439,4%	1496	2459	5784	286,6%	9,4	7,5	6,7

FONTE: Departamento de Estatística do MTS

NOTA-As actividades de Transportes, Comunicações e Armazenagem abrangem a Divisão 8 da CAE de 1973 e as secções J e K da actual CAE

Figura 16 - Evolução empresarial das Actividades Financeiras, Imobiliárias e Serviços às Empresas



Critério de ordenação: total de emprego Actividades Financeiras, Imobiliárias e Serviços às Empresas, em 1997.

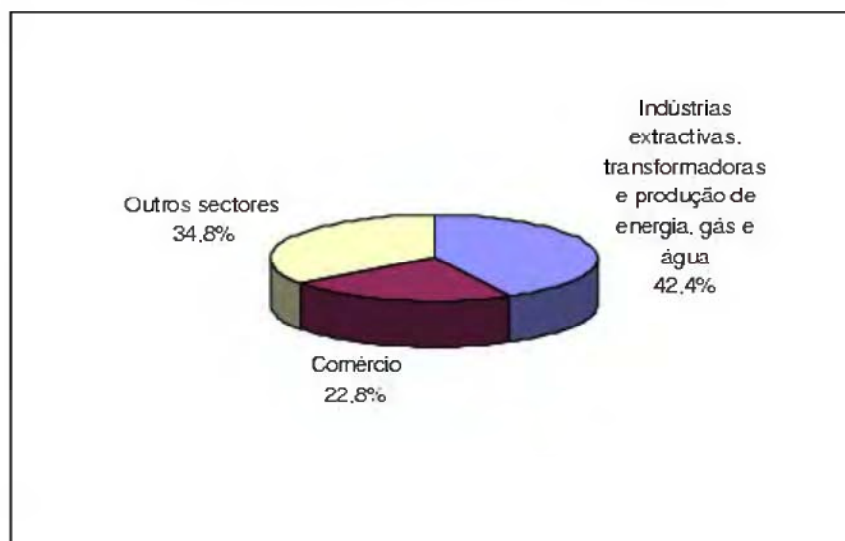
5. PERFIS DE ESPECIALIZAÇÃO NO COMÉRCIO E INDÚSTRIA NA REGIÃO, POR CONCELHOS

A estrutura do emprego nos estabelecimentos das empresas em actividade em 1997 na Região Oeste, de acordo com as análises desenvolvidas no capítulo precedente, era por ordem de importância a indicada no Quadro 17 e Figura 17:

QUADRO 17
ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO

Sectores	Emprego (nº)	%
- Indústria extractiva, transformadora e de produção de energia, gás e água	36.017	42,4
- Comércio	19.382	22,8
- Construção	6.470	7,6
- Actividades financeiras, imobiliárias e de serviços a empresas	5.804	6,8
- Transportes, armazenagem, comunicações	4.491	5,3
- Hotelaria e restauração	4.215	5,0
- Agricultura e pesca	3.393	4,0
- Outras actividades	5.217	6,1
TOTAL	84.989	100,0

FIGURA 17
ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO



Verifica-se, portanto, que nas actividades de economia formal, sob forma empresarial, e enquadradas pelas instituições de Trabalho e Segurança Social, trabalhavam cerca de **85.000** pessoas, com largo predomínio da **Indústria** e do **Comércio** (dois terços do emprego total).

Assim sendo, para os 15 concelhos da Região do Oeste foi aprofundado o tratamento da informação do Ministério do Trabalho e Solidariedade dos sectores CAE – Indústria Transformadora e Comércio, **identificando-se como representativas do perfil de especialização concelhia**, as 3 mais significativas actividades no ano de 1997, para cada concelho, e apreciando, além das variáveis **estabelecimentos** e **emprego**, a variável **ventas** como indicadora da **importância económica** das actividades.

5.1. Especialização em termos de estabelecimentos por concelhos

Relativamente ao número de estabelecimentos, o Quadro 18 e a Figura 18 mostram que a actividade mais representativa em todos os concelhos é o **Comércio a Retalho**, com excepção do concelho de Arruda dos Vinhos, onde o Comércio por Grosso ocupa o 1º lugar.

Em seis deles – Peniche, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras – as diversas actividades de comércio predominam claramente, ocupando as três primeiras posições.

Das restantes actividades, assinalam-se como importantes especializações em alguns concelhos as seguintes actividades industriais (classificadas no Quadro 18):

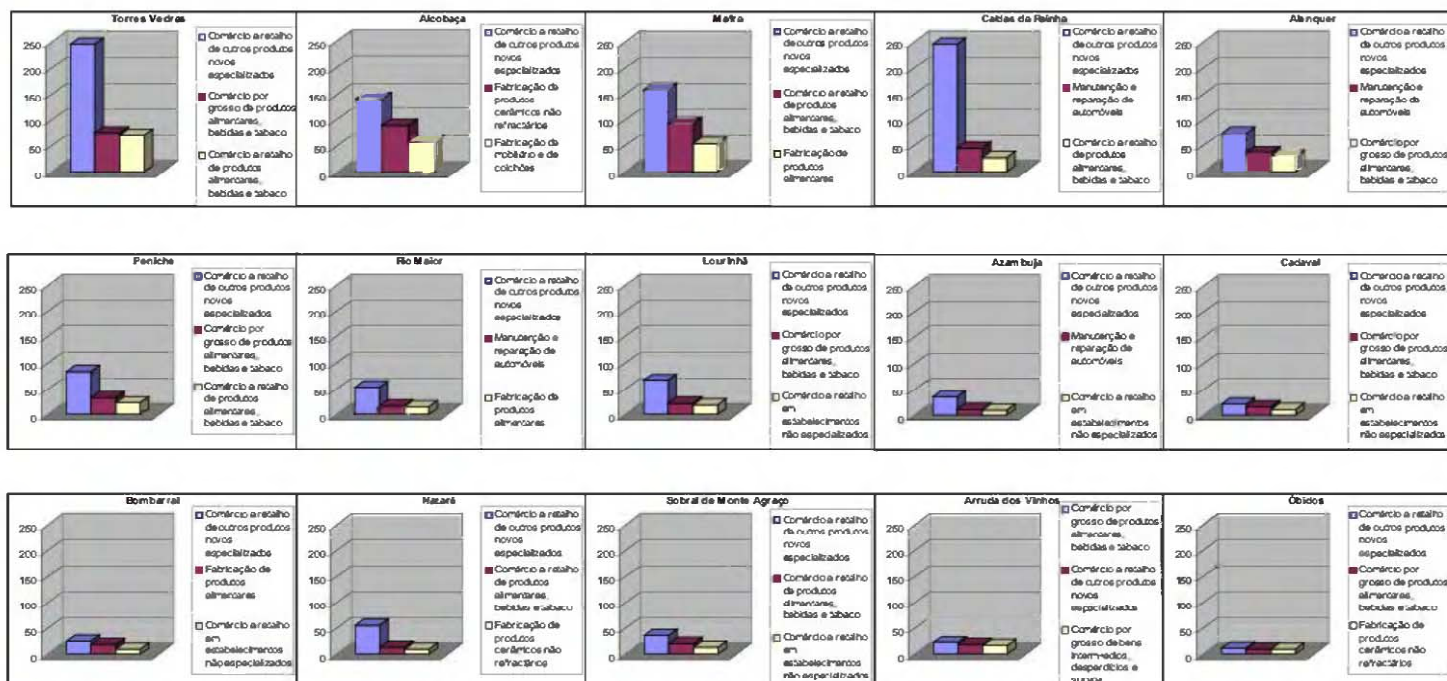
- **Fabricação de produtos cerâmicos** – Em Alcobaça, Nazaré e Óbidos.
- **Manutenção e reparação de automóveis** – Em Caldas da Rainha, Alenquer e Azambuja.

Quadro 18
Número de Estabelecimentos por CAE em 1997

Concelhos	CAE	Número Estabelec.
Açobaca	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	142
	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	89
	Fabricação de mobiliário e de colchões	58
Bombarral	Comércio de retalho de outros produtos novos especializados	26
	Fabricação de produtos alimentares	18
	Comércio a retalho em estab. não especializados	10
Caldas da Rainha	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	246
	Manutenção e reparação de automóveis	45
	Comércio de retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco	28
Nazaré	Comércio de retalho de outros produtos novos especializados	55
	Comércio de retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco	13
	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	10
Óbidos	Comércio de retalho de outros produtos novos especializados	11
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	10
	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	9
Peniche	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	83
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	33
	Comércio a retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco	23
Alenquer	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	73
	Manutenção e reparação de automóveis	37
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	30
Arruda dos Vinhos	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	23
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	18
	Comércio por grosso de bens interm., desperdícios e de sucata	17
Azambuja	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	36
	Manutenção e reparação de automóveis	11
	Comércio a retalho em estab. não especializados	10
	Fabricação de produtos alimentares	10
Cadaval	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	22
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	17
	Comércio a retalho em estab. não especializados	11
	Comércio a retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco	11
Lourinhã	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	67
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	22
	Comércio a retalho em estab. não especializados	19
Mafra	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	160
	Comércio a retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco	93
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	54
	Fabricação de produtos alimentares	54
Sobral de Monte Agraço	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	36
	Comércio a retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco	20
	Comércio a retalho em estab. não especializados	13
Torres Vedras	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	245
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	74
	Comércio a retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco	69
Rio Maior	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	54
	Manutenção e reparação de automóveis	16
	Fabricação de produtos alimentares	15

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Solidariedade trabalhados pela Equipa do Estudo

Figura 18 - Número de estabelecimentos na indústria e no comércio, em 1997



Critério de ordenação: total de estabelecimentos na indústria e no comércio.

5.2. Especialização em termos de pessoal por concelhos

Relativamente ao número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos, seis actividades destacam-se pelo volume de emprego – mais de 1.000 pessoas empregues:

- ?? CAE 262 - **Fabricação de produtos cerâmicos** não refractários com 3.188 pessoas e CAE 361 – **Fabricação de mobiliário e de colchões** com 1.118 pessoas no concelho de Alcobaça.
- ?? CAE 158 - **Fabricação de produtos alimentares** com 1.341 pessoas no concelho de Alenquer.
- ?? CAE 151 - **Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne** onde se encontram 1.237 pessoas no concelho de Mafra.
- ?? CAE 513 - **Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco** com 1.115 pessoas no concelho de Torres Vedras.
- ?? CAE 341 - **Fabricação de veículos automóveis** com 1.050 pessoas no concelho de Azambuja.

Pode pois afirmar-se que na Região, apesar da terciarização evidente, prevalecem ainda como mais importantes certas especializações das indústrias transformadoras que impulsionaram no passado a sua modernização, isto é, as **indústrias cerâmicas** e as **alimentares**.

Agrupando as três actividades com maior número de pessoas empregues por concelho, verifica-se no Quadro 19 e na Figura 19 que as actividades industriais são, naturalmente, as que empregam mais pessoas, sendo de destacar, como excepção, o comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco no concelho de Torres Vedras que emprega 1.115 pessoas.

De referir também o emprego na indústria produtora de produtos cerâmicos não refratários nos concelhos de Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos, que é, no conjunto das actividades em análise, aquela que emprega maior número de pessoas. Em Alenquer, esta actividade é a segunda mais importante face ao emprego.

Embora com menor peso a actividade de abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos derivados, gera um volume de emprego apreciável em seis concelhos: Mafra, Rio Maior, Azambuja, Lourinhã, Cadaval e Sobral de Monte Agraço.

Em síntese, e em termos de manchas geográficas de especialização da Região:

?? **Norte** (Caldas, Nazaré, Óbidos) – Indústrias cerâmicas;

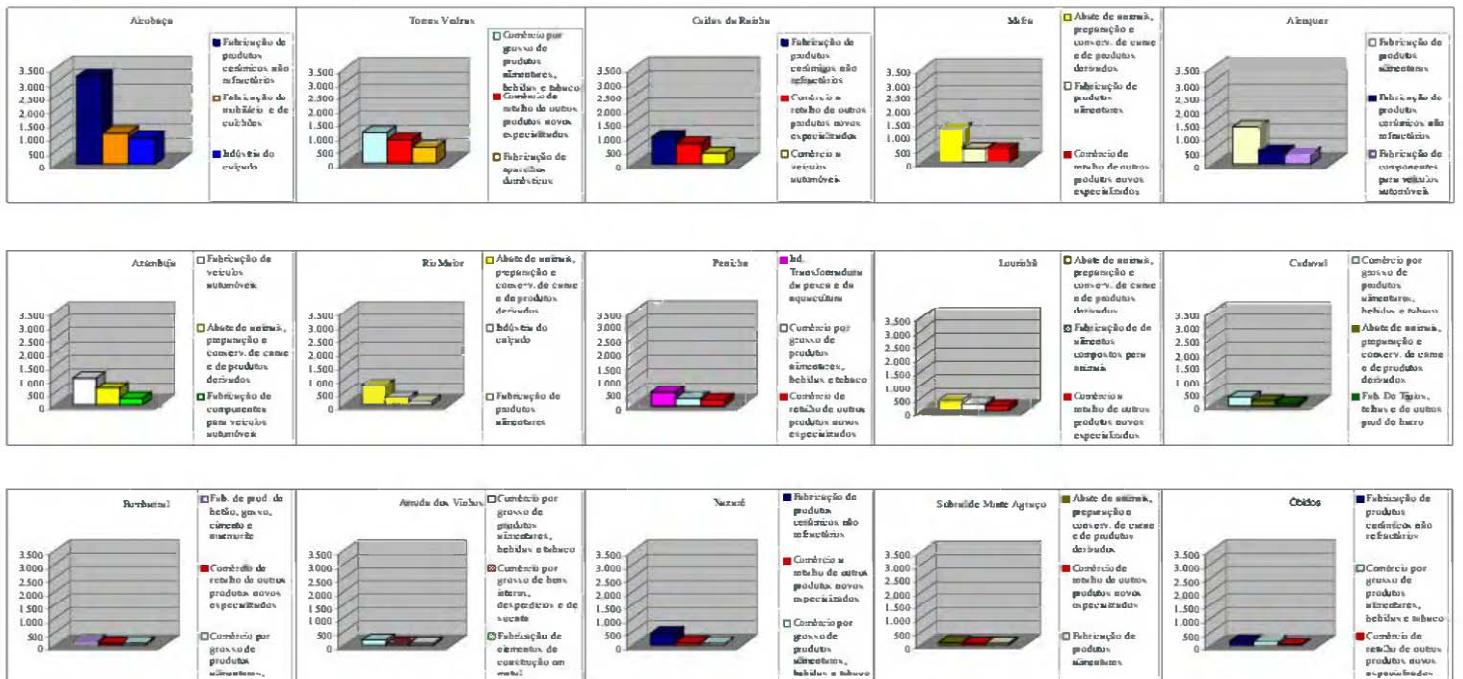
?? **Centro** (Rio Maior, Lourinhã, Cadaval) – Pecuária e indústria de carnes.

Quadro 19
Número de Pessoas nos sectores mais importantes de cada concelho (1997)

Concelhos	CAE	Número Pessoas
Alcobaça	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	3.188
	Fabricação de mobiliário e de colchões	1.118
	Indústria do calçado	942
Bombarral	Fab. de prod. de betão, gesso, cimento e mármore	156
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	78
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	77
Caldas da Rainha	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	969
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	726
	Comércio a veículos automóveis	374
Nazaré	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	436
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	101
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	72
Óbidos	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	139
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	133
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	33
Peniche	Ind. Transformadora da pesca e da aquacultura	505
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	272
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	221
Alenquer	Fabricação de produtos alimentares	1.341
	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	430
	Fabricação de componentes para veículos automóveis	359
Arruda dos Vinhos	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	194
	Comércio por grosso de bens interm., desperdícios e de sucata	77
	Fabricação de elementos de construção em metal	75
Azambuja	Fabricação de veículos automóveis	1.050
	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	658
	Fabricação de componentes para veículos automóveis	259
Cadaval	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	330
	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	180
	Fab. de tijolos, telhas e de outros prod de barro	102
Lourinhã	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	413
	Fabricação de de alimentos compostos para animais	260
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	171
Mafra	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	1.237
	Fabricação de produtos alimentares	513
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	489
Sobral de Monte Agraço	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	101
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	71
	Fabricação de produtos alimentares	61
Torres Vedras	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.115
	Comércio de retalho de outros produtos novos especializados	851
	Fabricação de aparelhos domésticos	580
Rio Maior	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	762
	Indústria do calçado	275
	Fabricação de produtos alimentares	146

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Solidariedade trabalhados pela Equipa de

Figura 19 - Número de pessoas empregadas na indústria e no comércio, em 1997



Critério de ordenação: total de emprego na indústria e no comércio.

5.3. Volume de vendas por actividade económica e por concelho

Em termos de importância económica, medida pelo volume de vendas (Quadro 20), destacam-se largamente os concelhos de Azambuja e Torres Vedras.

O **concelho de Azambuja** é o que regista, no universo de actividades em análise, os maiores valores para duas delas:

- Fabricação de veículos automóveis;
- Comércio de veículos.

Trata-se, portanto, de **um concelho com um perfil de especialização industrial afirmado**, cuja natureza de produtos/serviços implica, de um modo geral, valores de venda significativos, e que geralmente atrai para a envolvente actividades complementares (fabrico de componentes).

O concelho de Torres Vedras afirma também uma **forte liderança** no comércio da Região.

As actividades comerciais são as que naturalmente geram maiores volumes de vendas a seguir à indústria automóvel.

Outras actividades industriais (relevantes quanto ao indicador do volume de vendas superior a 10 milhões de contos) são:

- ?? **CAE 151 – Abate de animais, preparação e conservação de carne** e de produtos à base de carne.
- ?? **CAE 152 – Indústria transformadora de pescas e aquacultura.**
- ?? **CAE 157 – Fabricação de alimentos compostos para animais.**
- ?? **CAE 158 – Fabricação de outros produtos alimentares.**

?? CAE 262 – Fabricação de produtos cerâmicos não refractários.

Além dos casos destacados de Azambuja e Torres Vedras, observando os restantes concelhos, verifica-se que as actividades ligadas ao abate de animais, preparação, conservação de carne e produtos derivados (Mafra e Rio Maior), à fabricação de produtos alimentares (Alenquer) e à fabricação de alimentos compostos para animais (Lourinhã), são as que geram maior volume de vendas.

Todas as actividades destacadas são referenciáveis a investimentos realizados **antes da A8 ser construída**, isto é:

?? **Azambuja** – Investimentos da FORD e GENERAL MOTORS;

?? **Torres Vedras** – Investimentos da VALOURO, HORTO TORRES, AGROTEC, ACRAL;

?? **Mafra/Rio Maior** – Investimentos da SICASAL e CARNES NOBRE;

?? **Lourinhã** – Investimentos da VALOURO.

Quadro 20
Volume de Vendas por CAE em 1997

Concelhos	CAE	Volume Vendas (mil contos)
Alcobaça	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	11.822
	Comércio por grosso de prod. agrícolas brutos e animais vivos	11.716
	Fabricação de alimentos compostos para animais	10.802
Bombaral	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.266
	Comércio a retalho de prod. Alimentares, bebidas e tabaco	1.165
	Comércio de veículos automóveis	835
Caldas da Rainha	Comércio por grosso de bens interm., desperdícios e de sucata	9.044
	Comércio de veículos automóveis	8.754
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	7.611
Nazaré	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	2.834
	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	1.361
	Comércio de retalho de outros produtos novos especializados	771
Óbidos	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	4.311
	Comércio a retalho de combustíveis para veículos a motor	854
	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários	834
Peniche	Ind. Transformadora de pescas e da aquacultura	12.050
	Comércio de retalho em estab. não especializados	10.742
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	5.244
Alenquer	Fabricação de produtos alimentares	28.034
	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	8.269
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	6.575
Arruda dos Vinhos	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	6.601
	Comércio por grosso de bens interm., desperdícios e de sucata	2.830
	Fabricação de elementos de construção em metal	1.267
Azambuja	Fabricação de veículos automóveis	94.252
	Comércio de veículos automóveis	64.009
	Fabricação de artigos de matérias plásticas	3.745
Cadaval	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	9.292
	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	4.933
	Comércio de veículos automóveis	3.119
Lourinhã	Fabricação de alimentos compostos para animais	22.853
	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	10.911
	Comércio por grosso de prod. Interm., desperdícios e sucatas	5.989
Mafra	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	28.344
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	11.999
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	7.624
Sobral de Monte Agraço	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	2.288
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.941
	Comércio por grosso de prod. agrícolas brutos e animais vivos	1.264
Torres Vedras	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	41.806
	Comércio de veículos automóveis	17.272
	Comércio a retalho de outros produtos novos especializados	11.983
Rio Maior	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de produtos derivados	14.880
	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	6.450
	Comércio por grosso de prod. Agrícolas brutos e animais vivos	4.910

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Solidariedade trabalhados pela Equipa do Estudo

Tendo em conta o universo das actividades económicas em análise, foram elaborados três quadros (Quadros 21, 22 e 23) para o conjunto dos 15 concelhos, com as actividades de especialização local em termos de: **número de estabelecimentos, número de pessoas e volume de vendas.**

Quadro 21

Actividades de especialização quanto ao número de estabelecimentos

Concelho	CAE	Nº de Estab.
Caldas da Rainha	Comércio a retalho de produtos em estabelecimentos especializados - 524	246
Torres Vedras	Comércio a retalho de produtos em estabelecimentos especializados - 524	245
Mafra	Comércio a retalho de produtos em estabelecimentos especializados - 524	160
Alcobaça	Comércio a retalho de produtos em estabelecimentos especializados - 524	142
Mafra	Comércio de retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco – 522	93
Alcobaça	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários – 262	89
Peniche	Comércio a retalho de produtos em estabelecimentos especializados - 524	83
Torres Vedras	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco – 513	74
Alenquer	Comércio a retalho de produtos em estabelecimentos especializados - 524	73
Torres Vedras	Comércio de retalho de prod. alimentares, bebidas e tabaco – 522	69

Em termos de estabelecimentos, o comércio a retalho é a actividade mais representada, em particular nos concelhos com maior população, como é natural - Torres Vedras, Mafra, Alcobaça e Caldas da Rainha.

O número significativo de estabelecimentos não implica necessariamente um volume de emprego igualmente relevante. Com efeito, como se pode confirmar pelo Quadro 22, é a indústria cerâmica, nomeadamente em Alcobaça e Caldas da Rainha, que emprega mais mão de obra.

Quadro 22

Actividades de especialização quanto ao volume de emprego *

Concelhos	CAE	Nº de Pessoas
Alcobaça	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários – 262	3.188
Alenquer	Fabricação de produtos alimentares – 158	1.341
Mafra	Abate de animais, preparação e conserv. de prod à base de carne – 151	1.237
Alcobaça	Fabricação de mobiliário e de colchões – 361	1.118
Torres Vedras	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco - 513	1.115
Azambuja	Fabricação de veículos automóveis – 341	1.050

* Considerando o número de pessoas nos estabelecimentos

Para além da já referida fabricação de produtos cerâmicos não refractários, são de assinalar como empregadoras as seguintes actividades no conjunto dos quinze concelhos:

?? Fabricação de produtos alimentares;

?? Abate de animais, preparação e conservação de produtos à base de carne;

?? Fabricação de mobiliário e colchões;

?? Fabricação de veículos automóveis.

Em termos de vendas, isto é, de projecção económica e financeira das principais actividades produtoras concelhias, destacam-se, como já se referiu, os concelhos de Azambuja e Torres Vedras (Quadro 23).

Quadro 23

Actividades com especialização em volume de vendas

Concelhos	CAE	Volume de Vendas (mil contos)
Azambuja	Fabricação de veículos automóveis – 341	94.252
Azambuja	Comércio de veículos automóveis - 501	64.009
Torres Vedras	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco –513	41.806
Torres Vedras	Comércio de veículos automóveis - 501	17.272
Mafra	Abate de animais, preparação e cons. De prod à base de carne – 151	28.344
Alenquer	Fabricação de produtos alimentares – 158	28.034
Lourinhã	Fabricação de alimentos compostos para animais – 157	22.853
Rio Maior	Abate de animais, preparação e cons. De prod à base de carne – 151	14.880
Peniche	Indústria transformadora da pesca e da aquacultura – 152	12.050
Mafra	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco –513	11.999

A comparação em termos globais dos quinze concelhos (Quadro 24), em termos do respectivo emprego na indústria e no comércio, mostra que os concelhos mais importantes em qualquer destes sectores são **Alcobaça** e **Caldas** (a Norte) e **Torres Vedras** e **Mafra** (a Sul), constituindo os pólos demográficos e económicos da Região.

A mancha **Azambuja/Alenquer** segue-se, a alguma distância, anunciada por lógicas de crescimento não identificáveis com as melhorias de acessibilidade à Região Oeste.

Quadro 24

Distribuição do Número de Estabelecimentos e Emprego na Indústria e no Comércio

Concelhos	Nº de Pessoas nos Estabelecimentos				Nº de estabelecimentos			
	Indústria	%	Comércio	%	Indústria	%	Comércio	%
Alcobaça	9.943	29	2.106	11	491	27	483	13
Alenquer	3.649	11	1.569	9	132	7	283	7
Arruda dos Vinhos	461	1	479	3	36	2	99	3
Azambuja	2.551	7	548	3	54	3	109	3
Bombarral	634	2	459	2	54	3	83	2
Cadaval	520	2	647	4	42	2	99	3
Caldas da Rainha	3.437	10	2.654	14	174	10	533	14
Lourinhã	466	1	760	4	51	3	206	5
Mafra	3.749	11	2.296	12	276	15	546	14
Nazaré	584	2	342	2	31	2	106	3
Obidos	179	1	264	1	22	1	45	1
Peniche	993	3	922	5	58	3	221	6
Rio Maior	1.995	6	795	4	103	6	174	5
Sobral de Monte Agraço	365	1	259	1	34	2	103	3
Torres Vedras	4.723	14	4.281	23	258	14	723	19
Total	34.249	100	18.381	100	1.816	100	3.813	100

FONTE: MTS.

6. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA PÚBLICA LOCAL E CENTRAL

6.1. Actividade financeira dos Municípios

Trabalharam-se dados das receitas e despesas para os quinze municípios para os anos de referência do estudo – 1984, 1991 e 1998, resumidos na Figura 20.

Analisando os gráficos da Figura 20 verifica-se que as receitas e despesas (a preços correntes) **sofreram a subida mais acentuada precisamente nos concelhos de maior índice de urbanização e de actividade económica, Torres Vedras, Caldas da Rainha, Alcobaça e Alenquer a que se acrescenta o caso especial de Mafra.**

O concelho de Mafra destaca-se, quer na evolução das receitas e despesas, quer sobretudo por ser o único município da Região que ultrapassa os cinco milhões de contos de receitas, por ano, em 1998. Também o valor das despesas se destaca do conjunto, tendo, em 1998, atingido cerca 2,3 milhões de contos.

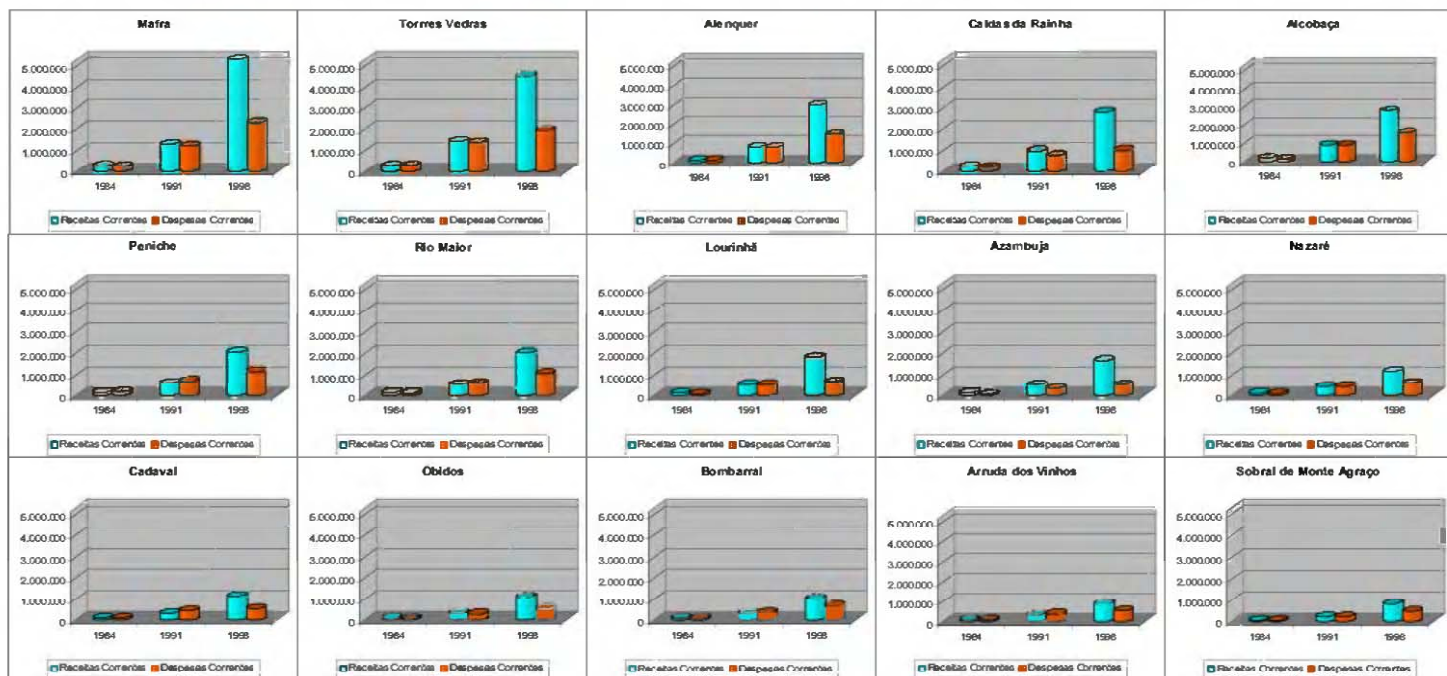
Em seguida encontra-se Torres Vedras que apresenta também um comportamento de realçar das receitas e despesas, comparativamente aos restantes municípios.

De um modo geral, todos os municípios registaram taxas de crescimento nas receitas, entre 1984 e 1998, superiores às despesas. Para uma melhor percepção da evolução ocorrida apresenta-se, no Quadro 25, a variação nas receitas e despesas (a preços correntes) de 1984 para 1991 e de 1991 para 1998:

Através do Quadro 25, analisando separadamente o período de 1984 a 1991 e o de 1991 a 1998, ressalta o facto de, em geral (ressalvadas as alterações do sistema de contabilidade autárquica), o crescimento das despesas no 1º período ter sido significativamente mais elevado do que no 2º. Em contraposição, a evolução das receitas teve um crescimento mais equilibrado para ambos os períodos.

Quanto às receitas, todos os municípios, à excepção do Cadaval, tiveram crescimentos relativos inferiores no 2º período face ao 1º. Este facto, é explicado, em parte, pela diminuição da taxa de inflação que se verificou no 2º período (pois ambos os períodos têm a mesma duração temporal e estamos a trabalhar com preços correntes).

Figura 20 - Evolução das receitas e despesas dos Municípios (1984-1998), em contos



Critério de ordenação: valor da receita corrente em 1998.

QUADRO 25

**VALOR E VARIACÃO (%) DAS RECEITAS E DESPESAS
ENTRE 1984 E 1998 (MILHARES DE CONTOS)**

Concelhos	Valores (mil contos)						Variação (%)			
	Receitas			Despesas			Receitas		Despesas	
	1984	1991	1998	1984	1991	1998	1984/91	1991/98	1984/91	1991/98
Alcobaça	228	926	2.804	149	915	1.571	306	203	514	72
Alenquer	158	841	3.001	178	813	1.490	432	257	357	83
Arruda dos Vinhos	97	320	866	84	389	538	230	171	363	38
Azambuja	132	521	1.663	53	359	529	295	219	577	47
Bombarral	82	308	1.027	70	359	674	276	233	413	88
Cadaval	87	299	1.125	89	445	537	244	276	400	21
Caldas da Rainha	253	971	2.806	209	778	1.024	284	189	272	32
Lourinhã	122	551	1.812	106	546	686	352	229	415	26
Mafra	293	1.283	5.293	255	1.202	2.309	338	313	371	92
Nazaré	113	441	1.156	103	453	617	290	162	340	36
Óbidos	71	302	1.095	55	285	497	325	263	418	74
Peniche	148	600	2.055	170	714	1.151	305	243	320	61
Rio Maior	147	561	2.024	121	617	1.068	282	261	410	73
Sobral de Monte Agraço	57	233	820	60	226	470	309	252	277	108
Torres Vedras	295	1.438	4.539	318	1.383	1.950	387	216	335	41

Os concelhos que no período de 1991 a 1998 tiveram um abrandamento mais acentuado da taxa de crescimento das receitas foram: Alenquer, Torres Vedras, Nazaré, Lourinhã e Alcobaça. Os que mais conseguiram manter essas taxas de crescimento, para além do Cadaval, foram Rio Maior e Mafra.

No que se refere a despesas, os municípios com taxas de crescimento mais reduzidas no período de 1991 para 1998 foram: Cadaval, Lourinhã, Caldas da Rainha e Arruda dos Vinhos. Em contrapartida, as maiores taxas foram as dos concelhos de Sobral de Monte Agraço, Mafra, Bombarral e Alenquer.

6.2. Investimentos da Administração Central e Investimento Directo Estrangeiro

Neste ponto foram analisados dados fornecidos pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, sobre o Investimento realizado nos concelhos em estudo para o período de 1989 a 1993, correspondente ao primeiro Quadro Comunitário de Apoio – QCA I – e para o período de 1994 a 1997, que corresponde a parte do período do QCA II (que terminou no início de 2000). À data de realização do presente Relatório – Setembro de 2000, não estão disponíveis dados relativos aos últimos anos do QCA II.

Para os períodos referidos foram analisados os valores dos investimentos realizados pela:

- ?? Administração Central – PIDDAC,
- ?? Administração Local – IAL,
- ?? Investimentos com financiamentos comunitários – Quadros de Apoio Comunitário,
- ?? Investimento Directo Estrangeiro - IDE.

Ressalte-se que nas comparações entre os dois períodos em análise há que ter em conta que o **primeiro se refere a cinco anos e o segundo a quatro anos**. Para além disso coloca-se outra questão: nos dois anteriores QCA (I e II) a execução financeira concentrou-se nos últimos anos do período de vigência.

Os investimentos das Administrações Públicas – central e local – pela sua definição têm como objectivo reforçar as estruturas económicas e sociais que permitam e facilitem o desenvolvimento económico e social.

Alguns dos investimentos realizados no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio também visam esse objectivo: Programas Regionais e Fundo de Coesão, outros direccionam-se mais directamente para a actividade económica, caso dos Programas Sectoriais e dos Incentivos/Iniciativas Comunitários.

A evolução dos investimentos de natureza privada, permitiu aferir a dinâmica e desenvolvimento de uma região ou concelho e a sua capacidade de criação de riqueza. Por isso, se numa determinada localidade/concelho existe investimento por parte dos agentes económicos privados – nacionais ou estrangeiros – é porque essa localidade/concelho reúne um conjunto condições, de tal modo, que os agentes económicos acreditam nas suas potencialidades, apostando e arriscando o seu capital, ou seja têm expectativas positivas de retorno do capital aplicado.

Essas condições dependem da capacidade conjunta dos órgãos públicos e dos agentes económicos privados. Os primeiros porque são responsáveis, porque deles depende um conjunto de condições necessárias para que os empreendedores/empresários invistam: infraestruturas básicas, processos burocráticos céleres, estratégias de desenvolvimento, etc..

Por seu lado os agentes privados terão que dispor das competências e valências necessárias, para se constituírem como parceiros de negócio dos potenciais investidores.

6.2.1-Síntese do Investimento nos Concelhos, no Período de 1989 a 1997

No Quadro 26 apresentam-se os dados relativos aos investimentos realizados nos períodos referidos, consoante a sua natureza, nos quinze concelhos do Oeste.

Refira-se que no caso dos QCA I e II nem todos os Programas apresentam as suas verbas regionalizadas, ou seja, identificadas por concelho. De qualquer modo, os números existentes permitem avaliar tendências.

Como se pode verificar, em ambos os períodos **os Quadros Comunitários de Apoio foram a principal fonte de financiamento do investimento público**, tendo no primeiro QCA sido responsáveis por 65% dos investimentos realizados nos quinze concelhos e 46% em parte do QCA II.

O investimento realizado pelas Autarquias não chega a 1/5 do Investimento Total no período de 1989 a 1993, o IDE foi responsável por 10% desse Investimento e por fim encontra-se o PIDDAC com 7%.

No período de 1994 a 1997 o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), perdeu peso – 8% do Investimento Total, tendo sido ultrapassado pelo PIDDAC (20% do Investimento Total).

Seguramente o peso do QCA irá aumentar quando concluídas as contas do período completo (1994-2000) de vigência.

A importância dos QCA é evidente, tal como a necessidade de potenciar e desenvolver os pontos fortes de cada um dos concelhos e da Região, contexto onde o QCA III se reveste de extrema relevância.

A componente relativa ao Investimento Directo Estrangeiro é também importante e um precioso contributo para a criação de riqueza, haja o

enquadramento e as condições necessárias. Comparando os dois períodos, e considerando que têm durações diferentes, regista-se uma quebra acentuada, com maior peso dado que, nomeadamente no Oeste esta componente do Investimento não é significativa.

6.2.2. Análise por Fontes de Financiamento

Cada uma das fontes de financiamento merece alguns breves comentários sobre a sua evolução.

QUADRO 26
INVESTIMENTO POR FONTE NOS CONCELHOS DO OESTE, AZAMBUJA E RIO MAIOR, NOS PERÍODOS 1989-1993 E 1994-1997

CONCELHOS	Carros														
	PIDDAC			IAL			OCAI e IC			OCA II, IC e FC (parte)			IDE		
	1989 a 1993	1994 a 1997	% 1994-97/1989-93	1989 a 1993	1994 a 1997	% 1994-97/1989-93	1989 a 1993	1994 a 1997	% 1994-97/1989-93	1989 a 1993	1994 a 1997	% 1994-97/1989-93	1989 a 1993	1994 a 1997	% 1994-97/1989-93
Alcobaça	1.342.888	854.328	-36%	5.714.814	5.007.158	-12%	14.986.482	10.813.306	-28%	249.117	196.044	-21%			
Alenquer	714.089	1.964.799	176%	2.839.071	3.674.660	28%	21.298.128	6.893.947	-67%	4.612.651	2.271.650	-50%			
Arruda dos Vinhos	204.200	277.771	36%	816.451	590.484	-28%	2.322.268	546.806	-76%	6.640	33.430	403%			
Azambuja	380.888	1.336.170	251%	1.412.373	1.336.170	-5%	25.224.042	3.202.872	-87%	2.445.216	853.300	-65%			
Bombarral	2.523.452	940.729	-63%	750.410	1.443.162	92%	2.614.293	3.324.618	27%	18.300	0	-100%			
Cadaval	110.610	12.511	-89%	911.215	1.096.613	20%	5.475.463	4.450.100	-19%	201.800	2.410	-99%			
Caldas da Rainha	3.950.270	7.436.144	88%	5.347.944	5.101.328	-5%	11.177.651	6.774.565	-39%	4.653.745	352.376	-92%			
Lourinhã	327.301	205.070	-37%	3.357.366	1.727.769	-49%	5.974.444	2.555.331	-57%	297.290	22.792	-92%			
Mafra	319.000	638.065	100%	4.094.073	2.011.029	-51%	7.647.169	4.317.369	-44%	3.888.038	5.441.112	40%			
Nazaré	148.100	93.321	-37%	1.975.698	1.138.232	-42%	2.601.652	2.135.906	-18%	31.220	3.900	-88%			
Obidos	105.322	46.961	-55%	1.469.435	1.717.782	15%	4.089.451	2.724.494	-33%	356.480	1.264.166	238%			
Peniche	1.784.859	2.161.052	22%	2.725.508	2.328.239	-15%	11.814.328	6.993.106	-41%	548.536	7.280	-99%			
Rio Maior	2.214.700	5.054.705	128%	4.025.407	5.064.705	26%	10.654.176	3.338.754	-69%	4.567.348	408.480	-91%			
Sobral de Monte Agraço	216.860	690.000	218%	673.498	772.252	15%	1.667.531	736.247	-56%	0	0				
Torres Vedras	1.705.658	7.709.770	352%	3.578.572	5.060.532	41%	18.063.440	9.071.027	-50%	218.188	1.540.497	608%			
TOTAL	16.048.195	29.461.422	84%	39.710.835	37.960.115	-4%	145.430.518	67.878.506	-53%	21.994.767	12.337.637	-44%			
OESTE	13.452.607	23.070.547	71%	34.273.055	31.569.240	-8%	109.602.300	61.336.880	-43%	14.982.203	11.075.857	-26%			

Fonte: CCR/LVI

a)-INVESTIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL – PIDDAC

O investimento da Administração Central registou um forte incremento, no conjunto dos quinze concelhos, entre os dois períodos em estudo, mais acentuado se considerarmos que o 2º período só contempla quatro anos.

Seis concelhos, apresentam reduções nos montantes investidos entre o 1º e o 2º período. Destes ressaltam dois, o Bombarral e Alcobaça, que viram o seu peso relativo no conjunto dos concelhos reduzir-se significativamente, de 16% - 1989-93 para 3% - 1994-97 e de 8% - 1989-93 para 3% - 1994-97, respectivamente (ver Anexo). O concelho do Cadaval também resalta pelo valor praticamente marginal de investimento PIDDAC – cerca de 12.500 contos.

b)-INVESTIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - IAL

O investimento da Administração Local evoluiu de forma regular, com excepção de três concelhos – Lourinhã, Mafra e Nazaré, onde registou uma quebra superior a 40%. O peso do investimento de cada um destes concelhos no conjunto dos quinze concelhos também baixou (ver Quadro Anexo 1). No entanto, estas quebras podem não traduzir necessariamente reduções no investimento por parte das respectivas autarquias, podendo ter por base programações de obras ou atrasos nas mesmas que originam diferimento na sua execução financeira.

No período de 1989 a 1993 **mais de um quarto do IAL dos quinze concelhos em estudo, foi aplicado em Comunicações e Transportes – 26,8% ? 10.633 contos - seguido do Saneamento e Salubridade com 24,1% ? 9.558 contos.** O Desenvolvimento Económico foi contemplado com 9,1% (? 3.620 contos) do Investimento Autárquico nesse período.

Para o período de 1994 a 1997 não se encontram disponíveis, à data, os dados sectoriais por concelho do IAL realizado.

c)-INVESTIMENTOS COM APOIO DA UE

O investimento com financiamento comunitário saldou-se no primeiro QCA, nos quinze concelhos, em praticamente 146 milhões de contos. Mais de quatro quintos desse investimento concentrou-se nos Programas Sectoriais, entre os quais se destacam o PEDIP - 38,3% do volume total investido - e a Agricultura e Silvicultura com 27,2% como se pode ver no seguinte resumo:

PESO DE CADA PROGRAMA NO QCA I

PROGRAMAS/ SUBPROGRAMAS	% no QCA I 1989 A 1993
PROGRAMAS SECTORIAIS	81,7%
dos quais :	
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	27,2%
PEDIP	38,3%
PROGRAMAS REGIONAIS	10,9%
INCENTIVOS	6,5%
INICIATIVAS COMUNITÁRIAS	1,0%
Total QCA I (89-93)	100%

Fonte: CCRLVT

Parte das verbas do PEDIP foram aplicadas nas estruturas, nomeadamente físicas, das associações empresariais locais e concelhias.

No que diz respeito ao segundo QCA e para os quatro anos com dados disponíveis, verifica-se uma redução no investimento, que tem seguramente relação com o facto da execução financeira se concentrar no final do período de vigência do Quadro Comunitário (situação que já tinha ocorrido com o primeiro QCA) e também pelo facto de alguns Programas terem sido lançados, ou melhor divulgados, na fase final do QCA II, caso, por exemplo, do IN-PME.

Ao nível sectorial no QCA II verifica-se o **Programa de Modernização do Tecido Económico (ver Quadro seguinte)**, foi aquele que mais verbas absorveu (2/3), no período entre 1994 e 1997, cerca de 45 milhões de contos. Dos seus sub-programas destacam-se a agricultura que representa 42,8% do total do QCA II para este período e a indústria com 11,9%.

PESO DE CADA PROGRAMA NO QCA II

(período 1994-1997)

PROGRAMAS/ SUBPROGRAMAS	QCA II 1994 a 1997
Bases do Conhecim. e da Inovação	3,42%
Formação Profissional e Emprego	0,20%
Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento	5,08%
Modernização do Tecido Económico	66,27%
dos quais:	
Agricultura	42,80%
Indústria	11,87%
Ambiente e Renovação Urbana	1,03%
Saúde e Integração Social	2,81%
POR de Lisboa e Vale do Tejo	20,32%
Iniciativas Comunitárias	0,64%
Fundo de Coesão	0,24%
TOTAL QCA II (94-97)	100%

Fonte: CCRLVT

Ao nível das actividades económicas o comércio e serviços apresentavam para o período de 1994-97, valores de investimento pouco significativos. **O Turismo também não regista valores de peso – 1,8 milhões de contos entre 1994-1997 – se tivermos em conta o enorme potencial desta sector na Região.**

A agricultura é claramente o sector económico mais contemplado em termos de investimento com financiamento comunitário, confirmando o

esforço de modernização que outros indicadores do presente estudo denunciam.

A distribuição das verbas investidas por concelho e por Programa/Sub-Programa, em cada um dos períodos é apresentada nos quadros do Anexo. Ressalve-se que nem todas os Programas têm a suas verbas regionalizadas a nível concelhio.

d) INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO - IDE

O IDE no período de 1989 a 1993, nos quinze concelhos em estudo cifrou-se em cerca de 22 milhões de contos, com **dois concelhos – Azambuja e Caldas da Rainha – a absorverem 80% do IDE total naquele período** (Quadro 27):

QUADRO 27

**IDE NOS CONCELHOS DO OESTE, AZAMBUJA E RIO MAIOR, NOS PERÍODOS:
[1989-1993] E [1994-1997]**

	<i>Contos</i>			
	1990-1993	% TOTAL	1994-1997	% TOTAL
Alcobaça	249.117	1,13%	196.044	1,59%
Alenquer	4.512.851	20,52%	2.271.850	18,41%
Arruda dos Vinhos	6.640	0,03%	33.430	0,27%
Azambuja	2.445.216	11,12%	853.300	6,92%
Bombarral	18.300	0,08%	0	0%
Cadaval	201.800	0,92%	2.410	0,02%
Caldas da Rainha	4.653.745	21,16%	352.376	2,86%
Lourinhã	297.290	1,35%	22.792	0,18%
Mafra	3.888.038	17,68%	5.441.112	44,10%
Nazaré	31.220	0,14%	3.900	0,03%
Óbidos	356.480	1,62%	1.204.166	9,76%
Peniche	548.536	2,49%	7.280	0,06%
Rio Maior	4.567.348	20,77%	408.480	3,31%
Sobral de Monte Agraço	0	0%	0	0%
Torres Vedras	218.186	0,99%	1.540.497	12,49%
TOTAL	21.994.767	100%	12.337.637	100%
RLVT	1.490.993.258		710.786.496	
% sobre RLVT	1,48%		2%	
CONTINENTE	1.929.199.013		995.749.655	
% sobre CONTINENTE	1,14%			

Fonte: CCRLVT

Entre 1994 e 1997 o IDE nos concelhos em estudo situou-se nos 12,3 milhões de contos, uma quebra acentuada mesmo tendo em conta que este período só contempla quatro anos. Essa tendência de quebra também se verificou quer ao nível da Região de Lisboa e Vale do Tejo, como do Continente. Entre os dois períodos a RLTV registou uma redução de 52% e o Continente 49%.

Relativamente aos sectores de actividade, em ambos os períodos, a indústria transformadora e os transportes, armazenagem e comunicações foram os que registaram maiores volumes de IDE.

Dos concelhos do Oeste os maiores receptores de IDE são:

- ~~✗~~ **Mafra – que viu a sua posição reforçada no segundo período;**
- ~~✗~~ **Alenquer – que absorveu praticamente 1/5 do IDE total;**
- ~~✗~~ **Torres Vedras – que melhorou substancialmente a sua posição entre 1994-1997;**
- ~~✗~~ **Obidos – cujo volume de IDE quase que quatuplicou entre os dois períodos, e**
- ~~✗~~ **Caldas da Rainha – embora tenha absorvido mais que um quinto do IDE total nos quinze concelhos entre 1989 e 1993, sofreu uma quebra acentuada entre 1994-1997, registando uma redução de 92%.**

Analisando o período de 1989 a 1997, Mafra e Alenquer ressaltam claramente do conjunto dos quinze concelhos, tendo absorvido respectivamente, 27% e 20% do IDE total naquele período. Em seguida encontram-se as Caldas da Rainha e Rio Maior, com 15% e 14% respectivamente. Estes quatro concelhos foram responsáveis, num período de nove anos (89-97), por $\frac{3}{4}$ do IDE realizado nos concelhos do Oeste, Azambuja e Rio Maior.

Os restantes concelhos do Oeste ou apresentam valores poucos significativos ou não registam qualquer investimento directo estrangeiro, caso

de Sobral de Monte Agraço e do Bombarral, (este sem qualquer IDE no período de 1994 a 1997).

No Anexo encontra-se a distribuição do IDE por concelho e por CAE, em cada um dos períodos em estudo.

Não se detectou um impacte directo da extensão da A8 nas actividades económicas:

- a) Primeiro porque a A8 não pode ser vista per-si, há que interligá-la com outros eixos rodoviários importantes como o IP6, IC11 que em conjunto com outras ligações secundárias, constituem o sistema rodoviário principal, que quando estiver em pleno funcionamento irá seguramente contribuir para o desenvolvimento económico da Região;
- b) Boas acessibilidades é uma das condições necessárias para o desenvolvimento económico, não é contudo uma condição suficiente, ou seja, a existência de um bom sistema rodoviário não tem como consequência imediata e directa o desenvolvimento económico, outros factores como, e entre outros:
 - ↳ Outras infraestruturas – saneamento básico, distribuição de água e energia,
 - ↳ Transportes ferroviários eficazes,
 - ↳ Mão de obra qualificada,
 - ↳ Incentivos ao investimento, nomeadamente no que diz respeito à celeridade e eficácia dos processos burocráticos,
 - ↳ Capacidade empresarial,
 - ↳ Capacidade técnica por parte das entidades públicas locais,

são igualmente importantes e determinantes para que o desenvolvimento económico seja efectivo. Em conjunto todos eles contribuem para esse desenvolvimento.

7. CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

7.1. Uso / Ocupação de Infraestruturas

7.1.1. Ocupação das infraestruturas rodoviárias (tráfego)

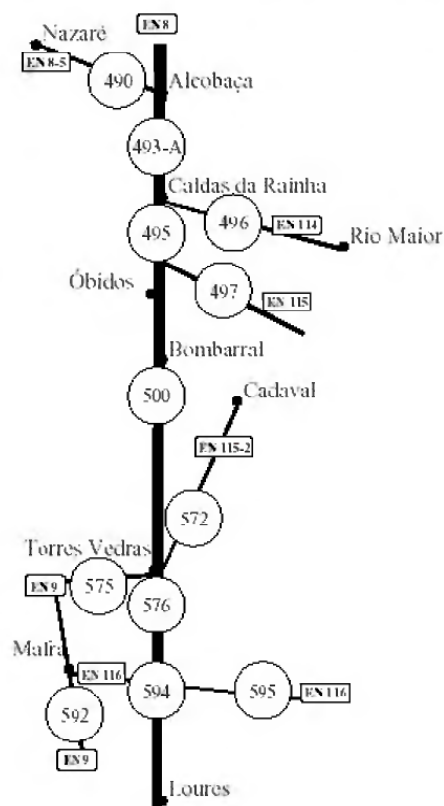
O indicador utilizado para avaliar os fluxos de trânsito havido nos troços rodoviários é o Tráfego Médio Diário Anual (TMDA) registado nos postos de contagem da ex-JAE. Estas contagens são, em geral, quinquenais. No entanto, depois de 1990 nem todos os postos têm contagens para os mesmos anos. Assim, a série estudada abrange dados relativos aos anos de 1980, 1985, 1990 e 1995 ou 1996 (dependendo da informação disponível).

Do grande número de postos de contagem com dados disponíveis foram seleccionados apenas 12 para a análise. O critério de selecção dos postos a estudar foi **a sua localização, em primeiro lugar, na EN 8, ou seja, a estrada nacional alternativa ao eixo A8/IC1 e, em segundo lugar, em alguns acessos importantes a essa mesma estrada.**

Como se pode observar pela Figura 21, foram seleccionados 5 postos ao longo da EN 8 desde a Malveira (cruzamento que liga a EN 8 a Mafra) até Alcobaça. Os acessos seleccionados foram as EN 8-5 (ligação à Nazaré), 114 (a Rio Maior), 115, 115-2 (ao Cadaval), 9 e 116 (a Mafra), sendo aí analisados 7 postos.

Das evoluções de tráfego em análise, no eixo ao longo da EN8, ressaltam os **crescimentos significativos registados na EN 8, entre 1985 e 1995/96, nos troços entre Óbidos e Caldas (posto 495) e entre Caldas da Rainha e Alcobaça (posto 493-A).** O troço junto ao Bombarral, tinha, em 1985, um tráfego com pouca expressão, mas nesse período teve um grande aumento relativo, passando de 1.066 para 5.016 veículos por dia (correspondeu a uma variação de +370% em apenas uma década, mas situa-se ainda muito abaixo dos demais).

FIGURA 21- ILUSTRAÇÃO DOS POSTOS DE CONTAGEM ANALISADOS

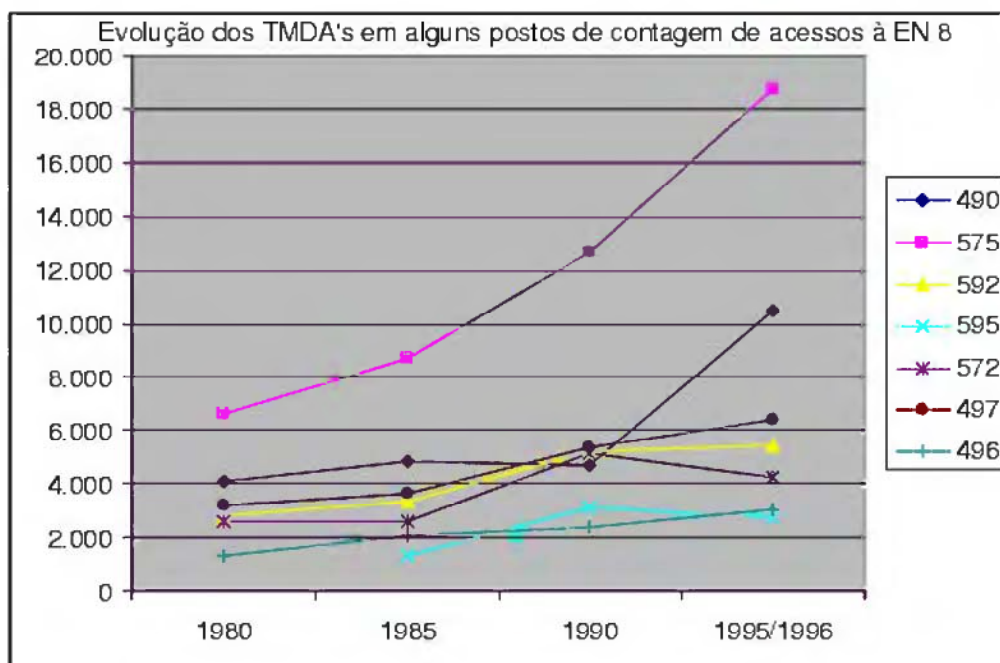
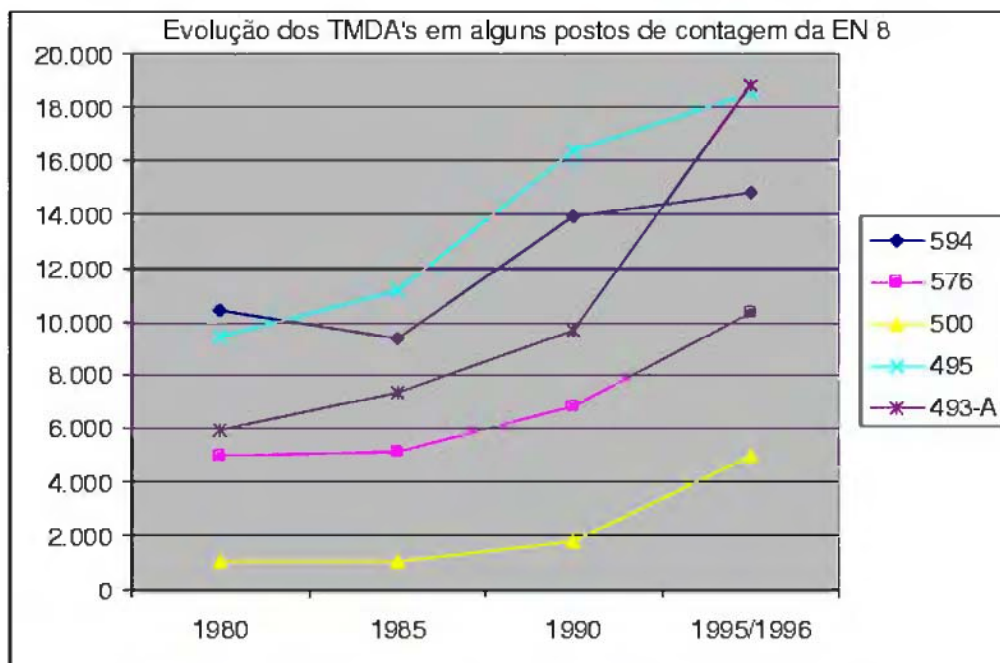


Postos de contagem analisados:

- **490** - Valado dos Fraídes (O). Alcobaça - Nazaré (1980, 1985, 1990, 1995)
- **493-A** - Alfeizerão (S) (1980, 1985, 1990, 1996)
- **495** - Caldeas da Rainha (S) (1980, 1985, 1990, 1995)
- **496** - Vidais (prox) (1980, 1985, 1990, 1995)
- **497** - Vila Verde (1980, 1985, 1990, 1995)
- **500** - Bombarral (S) (1980, 1985, 1990, 1996)
- **572** - Torres Vedras - Cruz EN 361 (prox Cadaval) (1980, 1985, 1990, 1996)
- **575** - Torres Vedras - São Pedro da Cadeira (1980, 1985, 1990, 1996)
- **576** - Torres Vedras (S) (1980, 1985, 1990, 1995)
- **592** - Pero Pinheiro - Mafra (1980, 1985, 1990, 1996)
- **594** - Malveira - Venda do Pinheiro (1980, 1985, 1990, 1995)
- **595** - A8 (Malveira) - Bucelas (1985, 1990, 1996)

FIGURA 22

EVOLUÇÃO DOS TMDA'S NOS POSTOS DE CONTAGEM ANALISADOS



Dos acessos analisados, destaca-se claramente o **posto de contagem da EN 9 junto a Torres Vedras (posto nº 575) que, entre 1980 e 1996, quase triplicou o seu volume de tráfego**, estando, em termos absolutos, muito acima de qualquer outro acesso. Outras evoluções positivas se registaram, fundamentalmente, nas estradas que fazem ligação à Nazaré, Caldas da Rainha e Rio Maior (EN 8-5, EN 114 e EN 115).

Solicitou-se também uma contagem recente à concessionária da A8 para aferir do movimento incremental de fim de semana **e medir indirectamente o efeito 2ª residência**.

Apesar de a análise se restringir à comparação de um dia normal de semana (4ª feira **06/09/2000**) com o período de fim de semana subsequente (fluxo e refluxo), as conclusões realçam a grande importância do efeito 2ª residência nos fluxos de tráfego, como se exemplifica para as barreiras de portagem seguintes:

?? tráfego entre as 15h e as 23 horas	4ª Feira	Domingo
1. Malveira	1.836	1.884
2. Enxara	295	299
3. T.V.Sul	677	832
4. T.V.Norte	651	1.763
5. Ramalhal	752	1.189
6. Campelos	121	236
7. Bombarral	973	1.749

É bem evidente o efeito das 2ª residências nos nós mais afastados de Lisboa e a quase insignificância desse efeito nos nós mais próximos.

7.2. Uso / Ocupação de Equipamentos

7.2.1. Educação

O Quadro 28 ilustra a distribuição concelhia dos alunos matriculados no ano lectivo de 1995/96.

Em termos globais, verifica-se que os principais aglomerados populacionais são aqueles com maior número de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino público e privado existentes na área concelhia (Torres Vedras, Alcobaça, Caldas da Rainha e Mafra).

QUADRO 28

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO LECTIVO DE 1995/96

Concelho	Básico e Secundário	Profissional	Superior	Total
Torres Vedras	8.604	225	332	9.161
Alcobaça	7.283	103	0	7.386
Caldas da Rainha	5.795	126	1.308	7.229
Mafra	5.414	0	0	5.414
Alenquer	4.203	0	0	4.203
Peniche	3.754	0	83	3.837
Lourinhã	3.115	0	0	3.115
Rio Maior	2.862	126	0	2.988
Azambuja	2.256	0	0	2.256
Nazaré	1.994	0	0	1.994
Bombarral	1.721	0	0	1.721
Cadaval	1.503	0	0	1.503
Arruda dos Vinhos	1.262	0	0	1.262
Óbidos	1.184	0	0	1.184
Sobral de Monte Agraço	1.140	0	0	1.140
TOTAL	52.090	580	1.723	54.393

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo INE, 1998.

No que se refere especificamente ao ensino superior, apenas 3 concelhos dispunham de estabelecimentos com esse nível de ensino, ressaltando,

marcadamente, Caldas da Rainha onde se concentraram, nesse ano, 76% dos estudantes universitários da Região do Oeste.

Ao nível do ensino profissional, apenas alguns concelhos tinham alunos a frequentar cursos profissionais: Torres Vedras, Caldas da Rainha, Rio Maior e Alcobaça.

Não está disponível informação mais recente, nem mesmo relativa a anos anteriores de modo que não foi possível identificar a evolução da utilização de equipamentos de educação.

7.2.2. Saúde

O Quadro 29 indica o número de consultas efectuadas e o número de internados nos hospitais e centros de saúde dos concelhos da Região. Note-se que no que se refere aos hospitais, apenas os concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras dispõe deste tipo de equipamento, sendo para lá encaminhados um grande número de utentes não residentes nesses concelhos.

Mais uma vez, e como seria de esperar, são os concelhos mais populosos os que maior uso fazem dos seus equipamentos de saúde: Caldas da Rainha, Torres Vedras, Alcobaça e Mafra. No entanto, Mafra teve um número reduzido de internados devido à inexistência de hospital na sua área concelhia.

Já Peniche, pelo facto de possuir um hospital teve um número relativamente significativo de internados.

À semelhança dos indicadores de uso de equipamentos de ensino, não nos foi possível fazer uma análise evolutiva.

QUADRO 29

UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE EM 1997

Concelho	Consultas			Internados		
	Hospitais	Centros de Saúde	Total	Hospitais	Centros de Saúde	Total
Alcobaça	14.294	164.380	178.674	3.721	0	3.721
Alenquer	0	85.904	85.904	0	0	0
Arruda dos Vinhos	0	19.692	19.692	0	0	0
Azambuja	0	47.076	47.076	0	34	34
Bombarral	0	45.474	45.474	0	78	78
Cadaval	0	43.618	43.618	0	81	81
Caldas da Rainha	48.475	161.903	210.378	7.200	0	7.200
Lourinhã	0	65.855	65.855	0	0	0
Mafra	0	146.983	146.983	0	94	94
Nazaré	0	52.283	52.283	0	0	0
Óbidos	0	34.257	34.257	0	0	0
Peniche	6.241	74.448	80.689	975	0	975
Rio Maior	0	53.718	53.718	0	123	123
Sobral de Monte Agraço	0	23.982	23.982	0	0	0
Torres Vedras	40.600	164.528	205.128	7.301	0	7.301
TOTAL	109.610	1.184.101	1.293.711	19.197	410	19.607

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo INE, 1998.

7.2.3. Evolução da Capacidade de Alojamento Turístico

Os dados estatísticos oficiais, disponíveis por concelho, encontram-se nos Anuários Estatísticos do INE, para a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT). A Direcção Geral do Turismo não dispõe de informação por concelho, somente por região turística.

Em qualquer destas fontes a informação é **parcelar**, por se referir apenas aos concelhos mais importantes e por não abranger todos os estabelecimentos que oferecem alojamento turístico.

Relativamente aos dados do INE, este organismo não apresenta dados de seis concelhos – Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Rio Maior e Sobral de Monte Agraço e os dados que apresenta revelam acentuada quebra da capacidade em alguns concelhos, o que oferece fortes reservas.

Relativamente aos dados da Direcção Geral do Turismo, existem dados por localidades (incluindo praias e termas) que se afiguram também incompletos (presumivelmente por só respeitarem a estabelecimentos com interesse ou utilidade turística).

No Quadro 30 mostram-se os dados que foi possível agrupar relativamente a anos extremos (1984 e 1997) para os concelhos principais.

É bem evidente a disparidade de evolução e a natureza acentuadamente negativa que os dados revelam e que nos suscitam as maiores reservas.

Actualmente o Oeste é muito mais frequentado turisticamente do que era em meados da década de 80 e o crescimento da capacidade de alojamento ter-se-á feito **provavelmente em áreas de economia informal** (utilização de 2^{as} residências, apartamentos turísticos não licenciados para turismo mas usados para esse fim, etc.).

QUADRO 30

CAPACIDADE E OCUPAÇÃO TURÍSTICA EM ALGUNS CONCELHOS DO OESTE EM ESTABELECIMENTOS OFICIAIS CLASSIFICADOS

Principais concelhos	Capacidade (camas)		Ocupação (dormidas)	
	1984	1997	1984	1997
Alcobaça	782	692	62.555	30.865
Caldas da Rainha	432	891	27.214	53.873
Lourinhã	216	337	5.870	12.753
Mafra	637	457	66.282	38.904
Nazaré	737	608	40.071	34.489
Torres Vedras	1.319	845	113.887	64.426
SOMA	4.123	3.866	275.808	235.310

Fontes: INE (1984) e DGT (1997).

QUADRO 30-A

ALOJAMENTOS DE USO SAZONAL NA REGIÃO DO OESTE EM 1991

Concelhos	Nº	%
Alcobaça	2.446	8,6
Alenquer	1.651	5,8
Arruda dos Vinhos	317	1,1
Azambuja	1.389	4,9
Bombarral	486	1,7
Cadaval	1.046	3,7
Caldas da Rainha	1.635	5,8
Lourinhã	1.389	4,9
Mafra	5.496	19,4
Nazaré	2.214	7,8
Óbidos	831	2,9
Peniche	2.759	9,7
Rio Maior	799	2,8
Sobral de Monte Agraço	438	1,5
Torres Vedras	5.443	19,2
SOMA	28.329	100,0

Fonte: INE.

É bem evidente a importância que o **alojamento de uso sazonal** tem na generalidade dos concelhos da Região como se mostra a partir dos dados do Censo de 1991.

Mesmo que a capacidade de cada alojamento sazonal fosse apenas de duas camas, existiria na Região **uma capacidade total, nestes meios de alojamento, de pelo menos 56.658 camas, incomparavelmente superior à capacidade de alojamento turístico que as estatísticas assinalam**. Tal capacidade concentra-se em Mafra, Torres Vedras, Alcobaça, Peniche e Nazaré, e principalmente nas seguintes localidades por concelhos:

Mafra – Ericeira

Torres Vedras – Praia de de Santa Cruz

Alcobaça – São Martinho do Porto

Peniche – Peniche, Baleal

Nazaré – Nazaré

Neste contexto pode concluir-se que as zonas balneares dos concelhos de Mafra, Torres Vedras, Alcobaça, Peniche e Nazaré concentram **65%** do total dos alojamentos **sazonais oferecidos**, e, são certamente o fulcro da capacidade e da ocupação turística da Região do Oeste, que, em contrapartida parece continuar a dispor de modesta **capacidade hoteleira** nos estabelecimentos oficiais.

ANEXOS

INQUÉRITO SOBRE O IMPACTE DA AUTO-ESTRADA A8 NA REGIÃO DO OESTE

Entidade: _____

Pessoa que respondeu: _____

1. Acha que, em termos gerais, a Auto-Estrada A8 teve até ao presente impactes globalmente positivos ou negativos na Região do Oeste?

Positivos Negativos

2. Avalie os impactes positivos (marque com um X), numa escala de 1 (sem significado) a 5 (muito importante), indicando os concelhos mais beneficiados.

	1	2	3	4	5	Concelhos mais beneficiados
População						
Parque habitacional						
Empresas/emprego						
Dotação/uso de equipamentos						
Investimento						

3. Relativamente a impactes negativos ou ausência de impactes, indique, entre as razões abaixo enunciadas, quais as que ajudam a explicar tal situação:

- Má qualidade da estrada Sim Não
- Preços (portagens) elevados Sim Não
- Má articulação com a restante rede viária existente na Região Sim Não
- Deficiente articulação com transportes colectivos Sim Não
- Aumento considerável dos terrenos junto aos nós Sim Não
- Incremento da procura de emprego e actividades fora da Região Sim Não
- Outras, quais: _____

4. Acha que a Auto-Estrada ajudou a criar emprego na Região? Sim Não
5. Acha que a Auto-Estrada criou empregos na Região para pessoas vindas de outras Regiões? Sim Não
6. Acha que a Auto-Estrada contribuiu para facilitar o emprego fora da Região a pessoas residentes na Região? Sim Não
7. Acha que a Auto-Estrada contribuiu para aumentar os fluxos turísticos para a Região? Sim Não

Se sim, qual o turismo mais beneficiado?

Nacional	Balnear
	Rural
	2ª residência (fim-de-semana)
Internacional	Congressos/negócios
	Desporto

8. Entre os sectores económicos abaixo enunciados, indique por ordem, quais os que na sua opinião foram mais beneficiados (1,2,3,4,5, sendo 1 o mais beneficiado).

___ Agricultura	___ Indústria Extractiva	___ Comércio
___ Pecuária	___ Indústria Transformadora	___ Bancos e Seguros
___ Silvicultura	___ Construção	___ Serviços Sociais
___ Pesca	___ Transportes	___ Serviços Pessoais
	___ Armazenagem (distribuição)	___ Serviços às Empresas

9. Em sua opinião, o que é preciso fazer para maximizar os impactes?

Muito obrigado pela sua opinião.